

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTI-INSTITUCIONAL EM DIFUSÃO DO
CONHECIMENTO**

ANTÔNIO RIBEIRO BOMFIM

**ALDEIA INDÍGENA PATAXÓ DE COROA VERMELHA: UMA
COMUNIDADE PLURIATIVA, UM SÍTIOSIMBÓLICO DE
PERTENCIMENTO**

Salvador
2021

ANTÔNIO RIBEIRO BOMFIM

**ALDEIA INDÍGENA PATAXÓ DE COROA VERMELHA: UMA
COMUNIDADE PLURIATIVA, UM SÍTIO SIMBÓLICO DE
PERTENCIMENTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Multi-Institucional em Difusão do Conhecimento,
como requisito parcial para obtenção do título de
Doutor/a em Difusão do Conhecimento.

Áreas de Concentração: Modelagem da Geração e
Difusão do Conhecimento

Linha 2 – Difusão do Conhecimento – Informação, Comunicação e Gestão

Orientador(a): Prof. Dr. Gustavo Bittencourt Machado
Coorientador(a): Prof. Dr. Erivelton Nonato de Santana

Salvador
2021

Bomfim, Antônio Ribeiro.

Aldeia indígena Pataxó de Coroa Vermelha : uma comunidade pluriativa, um sítio simbólico de pertencimento / Antônio Ribeiro Bomfim. - 2020.
141 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Bittencourt Machado.

Coorientador: Prof. Dr. Erivelton Nonato de Santana.

Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) - Programa de Pós- Graduação Multi-institucional em Difusão do Conhecimento, Salvador, 2020.

1. Índios Pataxó. 2. Atividades econômicas. 3. Economia. 4. Comunidade - Desenvolvimento. I. Machado, Gustavo Bittencourt. II. Santana, Erivelton Nonato de. III. Programa de Pós-Graduação Multi-institucional em Difusão do Conhecimento. IV. Título.

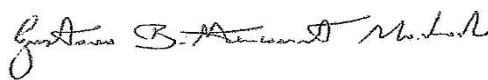
CDD 980.41 - 23. ed.

ALDEIA INDÍGENA PATAXÓ DE COROA VERMELHA: UMA COMUNIDADE
PLURIATIVA, UM SÍTIO SIMBÓLICO DE PERTENCIMENTO

Tese parcial apresentada em Exame de Qualificação como requisito para obtenção do grau de Doutor em Difusão do Conhecimento, Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento.

Aprovada em 18/11/2020.

Banca Examinadora:



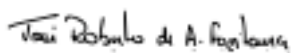
Prof. Dr. Gustavo Bittencourt Machado (Orientador)



Prof. Dr. Erivelton Nonato de Santana



Prof. Dr. José Wellington Marinho de Aragão



Prof. Dr. José Roberto De Araújo Fontoura



Prof. Dr. Carlos Benitez Trinidad

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por tem permitido gozar de plena saúde (física e mental) para poder cursar o programa.

Agradeço à professora Terezinha Fróes, quem primeiro me acolheu, e a professora Leliana Santos de Sousa, pelos conselhos, paciência e por ter acompanhado e orientado meu trabalho até esse estágio, antes da qualificação. Minha orientação foi alterada antes do Exame de Qualificação, sendo que atualmenete esse trabalho é orientado pelo Prof. Dr. Gustavo Bittencourt Machado, a quem agradeço gentilmente por ter aceitado orientar-me na condução dessa pesquisa.

Agradeço a Ana Cláudia, companheira e amiga, por entender que dedicação é importante para iniciar e terminar uma jornada acadêmica.

Agradeço a Maria Silva de Jesus, por estar sempre presente ao longo da jornada. Agradeço a Dona Maria e Maria Aparecida Ribeiro, pela luz que lançaram em meu caminho, ajudando na caminhada.

Agradeço também à minha família, por entender que a ausência tem uma justificativa, e em especial, minha irmã Luciene Ribeiro (*in memorian*), que me ajudou na conquista, porém, não pôde esperar o final, para comemorármós. Também agradeço a Joaquim Ribeiro, por fornecer forças que possibilitam manter-me firme.

Pois ouro os que procuram cavam muita terra e o encontram pouco.

(Heráclito)

BOMFIM, Antônio Ribeiro. Aldeia indígena pataxó de coroa vermelha: uma comunidade pluriativa, um sítio simbólico de pertencimento. 131 f. il. 2020. Tese (Doutorado) – Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, Salvador, 2020.

RESUMO

Sabe-se que nenhum trabalho é perfeito o suficiente que não possa ser melhorado. A comunidade indígena Pataxó de Coroa Vermelha (CIPCV) possui características próprias, diante das peculiaridades de sua formação, com a urbanização, crescimento econômico e relativo desenvolvimento na região onde a mesma está inserida. Existem razões evidentes para se transitar pela seara da pluriatividade, com relação à comunidade estudada, pois foi possível identificar que os membros da comunidade indígena Pataxó de Coroa Vermelha dispõem de algumas atividades ocupacionais e geradoras de renda, dentre as quais destacam-se a agricultura, a pesca, o artesanato e o comércio, além do trabalho assalariado. A idéia do desenvolvimento local não tem por objetivo competir ou mesmo substituir o modelo de desenvolvimento capitalista; visa-se inserir no contexto econômico aquelas localidades (bairros, cidades, regiões, países) que, por algum motivo, ainda não alcançaram o desenvolvimento esperado para proporcionar aos seus cidadãos a qualidade de vida desejável. Certamente que a CIPCV pode ser estudada sob várias perspectivas. Aqui estudaram-se as atividades econômicas praticadas pelas famílias Pataxós na busca por rendimentos, que contribuem para a subsistência dessas unidades familiares. No que diz respeito à educação escolar indígena, são necessárias mudanças nos currículos e nas práticas pedagógicas para que todos os indivíduos adquiram um nível de formação e desenvolvam aprendizagem sobre o trabalho que lhes viabilizem a obtenção de um emprego, preservando sua identidade. O objetivo deste trabalho é pesquisa na comunidade indígena de Coroa Vermelha, a pluriatividade econômica desenvolvida pelos Pataxós e como elas contribuem para o desenvolvimento local nos municípios de Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro - Bahia, considerando-se, também, o seu modo de existir. Usou-se de metodologia qualitativa e exploratória, com visita de campo e história oral para sustentar a pesquisa bibliográfica. Os resultados obtidos mostram que a CIPCV é pluriativa, que os Pataxós do Extremo Sul baiano formam um Sítio Simbólico de Pertencimento, sendo que sua presença, atividades econômicas e modo de existir contribuem para o fortalecimento da atividade turística e do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Pataxó. Pluriatividade. Economia. Desenvolvimento Local.

BOMFIM, Antônio Ribeiro. Aldeia indígena pataxó de coroa vermelha: uma comunidade pluriativa, um sítio simbólico de pertencimento. 131 f. il. 2020. Tese (Doutorado) – Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, Salvador, 2020.

ABSTRACT

It is known that no job is perfect enough that it cannot be improved. The Pataxó de Coroa Vermelha indigenous community has its own characteristics, given the peculiarities of its formation, and through the process of modernization and development through which the region where it is inserted has experienced. There are clear reasons for moving through the pluriactivity area, in relation to the community studied, as it was possible to identify that the members of the Pataxó indigenous community of Coroa Vermelha have some occupational and income-generating activities, among which we highlight agriculture, fishing, handicrafts and commerce, in addition to wage labor. The idea of local development does not aim to compete or even replace the capitalist development model, it aims to insert in the economic context those localities (neighborhoods, cities, regions, countries) that, for some reason, have not yet achieved the expected development to provide its citizens the desirable quality of life. Certainly, the CIPCV can be studied from several perspectives. Here we studied the economic activities practiced by the Pataxós families in the search for income, which contribute to the subsistence of these family units. With regard to indigenous school education, changes in curricula and pedagogical practices are necessary so that all individuals acquire a level of training and develop learning about work that will enable them to obtain a job, preserving their identity. The objective of this work is research in the indigenous community of Coroa Vermelha, the economic pluriactivity developed by the Pataxós and how they contribute to local development in the municipalities of Santa Cruz de Cabrália and Porto Seguro - Bahia, also considering their way of exist. Use of qualitative and exploratory methodology, with field visit and oral history to support bibliographic research. The results obtained show that the CIPCV is pluriactive, that the Pataxós of the Extreme South of Bahia form a Symbolic Site of Belonging, and that their presence, economic activities and way of existing contribute to the strengthening of tourist activity and local development.

Keywords: Pataxó. Pluriativity. Economy. Local Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Esquema do pressuposto metodológico.....	18
Figura 02 - Placas fixadas na entrada da Aldeia de Coroa Vermelha.....	34
Figura 03 - Vista aérea do Axé-Moi.....	75
Figura 04 - Passarela do Álcool, Porto Seguro-Ba.....	76
Figura 05 - Comércio na CIPCV.....	85
Figura 06 - Família Pataxó comercializando.....	86
Figura 07 - Aldeias Pataxó nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália-Ba...89	
Figura 08 - Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha.....	104
Figura 09 - Escola Municipal Indígena Pataxó de Coroa Vermelha.....	105
Figura 10 - Escola Estadual Indígena Pataxó de Coroa Vermelha.....	106
Figura 11 - Adolescentes e crianças comercializando artesanato.....	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Indígenas com nível superior.....	121
Gráfico 02 - Famílias que desenvolvem mais de 2 atividades econômicas.....	122
Gráfico 03 - Famílias que possuem loja para venda de artesanato.....	123
Gráfico 04 - Famílias que possuem barraca de praia.....	123
Gráfico 05 - Indígenas que lecionam na EIPCV.....	124
Gráfico 06 - Famílias que trabalham com outras atividades econômicas.....	125
Gráfico 07 - Mulheres indígenas que trabalham.....	126

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E TERMOS

- BACT – Boletim das Atividades Características do Turismo da Bahia
- Bahiatura – Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia
- CIPCV – Comunidade Indígena Pataxó de Coroa Vermelha
- DL – Desenvolvimento local
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- EMIPCV – Escola Municipal Indígena Pataxó de Coroa Vermelha
- ESP – Economia dos Setores Populares
- FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
- GI – Guarda Indígena
- IES – Instituições de Ensino Superior
- ITJ – Instituto Tribos Jovens
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- ONG – Organização Não-Governamental
- PIB – Produto Interno Bruto
- PNB – Produto Nacional Bruto
- SSP – Sítio Simbólico de Pertencimento
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- TI – Terra Indígena
- UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
- UNEB – Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1 Introdução	13
1.2 Objetivos	
1.2.1 Objetivo Geral	16
1.2.2 Objetivo Específico	16
1.3 Problema.....	16
1.4 Crença.....	17
1.5 Pressuposto.....	17
1.6 Hipótese.....	17
1.7 Questão de pesquisa.....	17
1.8 Fundamentação Teórica.....	17
1.9 Metodologia	20
2 Trajetória, memória e história	24
2.1 A Graduação	24
2.2 A Especialização	26
2.3 O Mestrado	28
2.4 O Doutorado	32
3 Trabalho e economia na perspectiva da comunidade indígena pataxó de coroa vermelha	35
3.1 Origem da Terra Indígena (TI) de Coroa Vermelha	37
3.2 Atividades econômica: de Barra Velha à Coroa Vermelha	41
3.3 Nossa experiência	48
4 A pluriatividade no contexto da comunidade indígena pataxó de coroa vermelha	51
4.1 Conceito de pluriatividade	54
4.2 Pluriatividade: tipos e contextos de adaptação	58
5 Do crescimento e desenvolvimento econômico: uma releitura para falarmos de desenvolvimento local	65
5.1 Crescimento econômico	67
5.2 Desenvolvimento Econômico	69

5.3 Desenvolvimento Local	74
6 Aldeia Indígena Pataxó de Coroa Vermelha: uma comunidade pluriativa, um Sítio Simbólico de Pertencimento	79
6.1 Turismo e trabalho na CIPCV	80
6.2 A pluriatividade no trabalho dos Pataxós	85
6.3 Pluriatividade e a economia dos setores populares	88
6.4 A comunidade Pataxó como Sítio Simbólico de Pertencimento	94
6.5 Os Pataxós de Coroa Vermelha e o Desenvolvimento Local (DL)....	98
7 Afirmação cultural e identitária a partir da educação no espaço escolar: o caso da escola indígena Pataxó de Coroa Vermelha	103
7.1 A educação “escolar” indígena	105
7.2 A escola indígena Pataxó de Coroa Vermelha	109
7.3 Educação de Jovens e Adultos (EJA) na (EIPCV)	114
8. Da visita de campo, coleta e análise dos dados.....	120
8.1. Análise dos dados.....	121
Conclusão	129
Referências	

1. INTRODUÇÃO

Ao longo de sua existência, a tradicional comunidade indígena Pataxó de Coroa Vermelha, disposta pelo Extremo Sul da Bahia, é conhecida por significativa ligação com a terra, fundada na economia de subsistência do tipo autossuficiente, cuja base está no extrativismo, na agricultura e no artesanato.

Muitas foram as circunstâncias adversas que contribuíram para a fragmentação e dispersão dos Pataxós pelo território baiano, culminando com o chamado “Fogo de 51”, conflito deflagrado na aldeia de Barra Velha, no município de Porto Seguro, o que quase causou a extinção da etnia. Uma parte dos Pataxós de Barra Velha, também conhecida como “Aldeia Mãe”, fugindo do conflito e buscando local seguro para estabelecerem-se, fixaram residência no ilhéu de Coroa Vermelha, no município de Santa Cruz Cabrália-Ba.

Por possuir grande legado histórico no tocante à chegada dos portugueses nas terras brasileiras, o local possui grande potencial turístico, sendo visitado o ano inteiro, por turistas de diversas partes do Brasil e do mundo. As atuais condições de vida às quais a comunidade Pataxó, de Coroa Vermelha, tem sido submetida nos últimos tempos, especialmente após o avanço das fronteiras de modernização e das políticas de exposição indígena e suas terras, instaura-se uma situação de escassez de recursos naturais e de terra. Em dado momento, tais fatos tornaram frágil (econômica e culturalmente) a comunidade Pataxó, evidenciando que esta não conseguiria mais suprir suas necessidades mais básicas de sobrevivência dentro da aldeia.

As condições encontradas em Coroa Vermelha foram bem diferentes da realidade vivenciada em Barra Velha. A disponibilidade de terras e recursos não era a mesma. Sendo assim, os Pataxós de Coroa Vermelha viram obrigados a encontrar novas formas de subsistência, abandonando costumes milenares como a agricultura e a domesticação de animais, e precisaram se adaptar a nova realidade local. Contato intenso com turistas do mundo inteiro, uma avalanche de diferentes culturas tencionando com a cultural do povo local.

Economicamente, as atenções voltaram-se para o turismo, em especial a produção de artesanato para serem comercializados, inicialmente na aldeia, aos turistas que diariamente visitam a área da aldeia. Posteriormente esse comércio foi ampliado para outros produtos e locais, tornando os Pataxós de Coroa Vermelha comerciantes em potencial. Por causa de tal problemática, a comunidade Pataxó

necessitou buscar novas alternativas econômicas de sobrevivência fora da aldeia. Dentre as alternativas possíveis, o seu olhar e ações voltaram-se para a confecção e o comércio de artesanato, para o trabalho assalariado em hotéis e para o trabalho realizado na Reserva da Jaqueira, conhecida como “Gleba B”, onde são praticadas algumas atividades econômicas, tais como: o extrativismo, o ecoturismo e o comércio artesanal.

A Reserva da Jaqueira foi reconhecida como terra indígena em 1996, com uma área de 1.420 hectares. Ela está localizada no distrito de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabrália, Extremo Sul do Estado da Bahia. A referida Reserva foi demarcada por meio de decreto governamental, na década de 1990, e é hoje um importante e freqüentado ponto turístico. A gestão da área é feita por órgãos federais e à comunidade indígena foi concedido o uso dos recursos para sua subsistência e afirmação.

Toda a dinâmica socioeconômica local causou uma forte descaracterização da aldeia de Coroa Vermelha. As relações com não índios é tão intensa e os limites da aldeia são tão pressionados pela especulação imobiliária que, para aqueles que não conhecem a região, é difícil distinguir índio de não índio e aldeia de área urbana normal.

No entanto, a presença dos indígenas na localidade fortalece a presença de turistas em Coroa Vermelha, os visitantes nutrem a curiosidade de ver os remanescentes dos habitantes originários das terras brasileiras. Esse volume de turistas visitando o local fez surgir ali um comércio forte e intenso, dinamizando a economia local e proporcionando trabalho e renda para índios e não índios.

Considerando os aspectos anteriormente mencionados, cabe esclarecer que esta pesquisa tem como justificativa o viés de ordem socioeconômica, sendo que o estudo aqui proposto buscou promover uma reflexão sobre a presença da comunidade indígena em Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro, que demandam crescente participação e protagonismo em todas as atividades (turismo e economia) que lhes dizem respeito. Portanto, pretende-se contribuir para o aprofundamento de tais pesquisas, considerando este espaço como promotor e agente de desenvolvimento local.

Toda essa problemática está intimamente ligada à questão territorial, resultado de processos de perda da terra que se deu de maneira diferente para com os povos indígenas. De outra parte, defende-se que é a partir desses territórios, considerados

essenciais para os povos indígenas, que tais comunidades, tendo como referência suas cosmovisões, poderão ser protagonistas de suas próprias tomadas de decisão, gerir seus territórios e garantir sua sobrevivência com o mínimo de qualidade de vida.

Este trabalho está estruturado conforme segue:

No capítulo 1, é apresentada a estrutura da pesquisa, nele destacando-se informações técnicas sobre a pesquisa, a saber: objetivos, problema de pesquisa, crença, pressupostos, questão de pesquisa, uma breve fundamentação teórica e a metodologia. No capítulo 2, intitulado “TRAJETÓRIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA”, apresento um pouco da minha trajetória acadêmica. Não é comum encontrar essa parte nas teses de doutorado, porém, ensina-se na disciplina de “Seminário de Tese” que isso é importante e que o pesquisador precisa sair da “caixinha” da mesmice, e tentei fazer isso.

No capítulo 3, são apresentadas as perspectivas de trabalho e renda na comunidade Pataxó de Coroa Vermelha, sua origem e, também, as mudanças mais perceptíveis entre as atividades praticadas em Barra Velha e as atuais, desenvolvidas em Coroa Vermelha. A pesquisa de Maria do Rosário Carvalho, realizada em 1977, foi fundamental nesta parte. No capítulo 4, aqui são usados os termos “pluriatividade” e “plurirendimentos” para apresentar a realidade sócio-econômica na qual está inserida a comunidade estudada. Buscou-se entender o conceito de “Pluriatividade” e como esse conceito possibilitaria o entendimento da dinâmica ocorrida na estrutura ocupacional da Comunidade Indígena Pataxó de Coroa Vermelha (CIPCV).

No capítulo 5, o objetivo é analisar a literatura clássica dos conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico e, a partir daí, tentar traçar uma compreensão sobre o conceito de desenvolvimento local, suas características, operacionalidade e perspectivas. Buscou-se entender a importância e o papel da CIPCV para o desenvolvimento local da região onde está inserida. Já no capítulo 6, estudaram-se as atividades econômicas praticadas pelas famílias Pataxós na busca por rendimentos, a partir do estudo destas atividades econômicas, foi possível analisar o modo de ser da comunidade, levando-se em conta teorias desenvolvidas para explicar sistemas com características iguais as da CIPCV, tais como: economia dos setores populares (ESP), sítios simbólicos de Pertencimento (SSP), desenvolvimento local (DL).

No sétimo e último capítulo, objetivou-se entender como a educação da escola indígena Pataxó contribui para a conservação do conhecimento tradicional, afirmação

cultural e identitária dos membros da comunidade estudada. O trabalho foi estruturado para que cada capítulo seja um artigo que será publicado, posteriormente.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Pesquisar, na comunidade indígena de Coroa Vermelha, a pluriatividade econômica desenvolvida pelos Pataxós, e como elas contribuem para o desenvolvimento local nos municípios de Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro - Bahia, considerando-se, também, o seu modo de existir.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar, junto à comunidade Pataxó, as atividades econômicas praticadas;
- b) compreender a importância do subsistema econômico Pataxó para a economia local;
- c) conhecer como essas atividades econômicas influenciam o modo de existir da comunidade.

1.3 PROBLEMA

A Comunidade Indígena Pataxó de Coroa Vermelha (CIPCV) pode ser considerada pluriativa a partir das atividades econômicas desenvolvidas, tendo estas sido alteradas pelo potencial turístico da região, alterando seu modo de existir e provocando perda de identidade cultural.

1.4 CRENÇA

As atividades econômicas desenvolvidas pela CIPCV e seu modo de ser, na atualidade, a caracteriza como pluriativa, um “Sítio Simbólico de Pertencimento”, levando-a a contribuir para o desenvolvimento local da região onde está inserida.

1.5 PRESSUPOSTO

O potencial turístico da região contribuiu para mudanças nas atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade, tornando-a pluriativa, alterando significativamente seu modo de existir.

1.6 HIPÓTESE

É possível que a comunidade Pataxó empreendendo suas atividades econômicas, contribua para o desenvolvimento local e tenha perdido sua identidade cultural, seu modo de existir.

1.7 QUESTÃO DE PESQUISA

É possível que a CIPCV seja pluriativa, com isso contribua para a promoção do desenvolvimento local nos municípios de Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro-Bahia, sem alterar seu modo de existir, e perda de sua identidade cultural?

1.8 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O desenvolvimento local vem sendo estudado e promovido em alguns países, principalmente naquelas nações que buscam alavancar o desenvolvimento econômico. Os conceitos, metodologias e aplicações variam em detrimento de uma série de fatores: tecnologia disponível, políticas de financiamento, nível de educação da população (KRONEMBERGER, 2011).

No Brasil, o tema é encarado como recente, ganhado força a partir da década de 1990, com o processo de descentralização deflagrado pela Constituição de 1988, e criação de organizações sociais que objetivam o fortalecimento de fatores produtivos

locais. Inúmeros municípios, regiões, comunidades, cidades construíram espaços de mobilização democrática e produtiva, onde os atores sociais se organizam para mobilizar o potencial local (INSTITUTO CIDADANIA, 2006).

O desenvolvimento local é um processo endógeno (BUARQUE, 1999), que busca o aproveitamento das potencialidades, oportunidades e vantagens comparativas da localidade (MDS, 2006). De acordo com Kronemberger (2011), os termos comuns desse paradigma são: protagonismo comunitário, participação social, cidadania, voluntariado, redes sociais, parcerias, controle social, cooperação, empreendedorismo, responsabilidade socioambiental, governança.

Acompanhando as tendências globais, o desenvolvimento econômico passou a preocupar-se com questões ligadas à sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável (DS), sem dúvida, tem sido um dos temas mais discutidos na atualidade, dada a preocupação da sociedade mundial com um desenvolvimento que seja economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente justo (CMMAD, 1988). Além disso, esse desenvolvimento deve proporcionar melhorias da qualidade de vida da sociedade, tanto local quanto global (VEIGA, 2005).

O capital social local deve ser entendido como a ideia que tem a ver com o poder das pessoas para fazer, coletivamente, alguma coisa (FRANCO, 2004). A construção de sociedades sustentáveis pressupõe o alcance de metas previstas no desenvolvimento local sustentável (MUTIM, 2007), e a participação da sociedade é imprescindível para essa construção. O governo, através de uma gestão pública democrática e descentralizada, em seus diversos níveis (federal, estadual e municipal) desempenha um papel estratégico e central no processo de desenvolvimento local. Além dos serviços essenciais (saúde, educação, segurança) o Estado precisa atuar como facilitador, promotor do desenvolvimento local sustentável, com a criação de políticas públicas que estimulem os atores locais articulados (FURTADO & FURTADO, 2000).

A história da comunidade indígena Pataxó em Coroa Vermelha está intimamente ligada ao desenvolvimento da atividade turística da região. Segundo a história, Coroa Vermelha foi o local onde frei Henrique, no dia 26 de Abril de 1500, celebrou a primeira missa em terras brasileiras. Essa terra era conhecida pelos portugueses como Terra de Santa Cruz. Porque este nome? Por causa da cruz colocada na Coroa de areia (banco de areia), junto a um recife. Ali foi celebrada a primeira missa no Brasil (Ferreira e Santos, 2019:15).

Dessa forma, a localidade tornou-se um dos pontos turísticos mais visitados. A presença indígena sempre foi marcante na região, recepcionando os turistas e comercializando o artesanato local (NEVES, 2015). A partir da década de 1990, com a criação da Reserva da Jaqueira (SAMPAIO, 2000), as contribuições da comunidade pataxó para a promoção do desenvolvimento local sustentável ganharam mais intensidade.

Além da fabricação e comércio de artesanato, a Reserva da Jaqueira proporcionou também a prática do ecoturismo, uma estratégia desenvolvida com as agências de turismo local que proporcionou o aquecimento da atividade turística (NEVES, 2015). O uso sustentável e racional dos recursos naturais na Reserva contribui para a conservação ambiental, podendo qualificar o turismo ali praticado como atividade sustentável, onde os visitantes mantêm contato direto com a natureza e aprendem sobre a importância da conservação.

Além disso, a Reserva da Jaqueira passou a ser o local de afirmação cultural da comunidade indígena, em manifestações como a “ARAGWAKSÃ”, comemorada todos os anos, “onde os índios se reúnem para fortalecer a comunidade e o espírito enquanto guerreiros, através das danças, dos cantos ao som do maracá e das pisadas firmes sobre a terra” (NEVES, 2015). É com esse tripé (ecoturismo, conservação ambiental e afirmação cultural) que a comunidade indígena Pataxó está envolvida em todo contexto e de promoção do desenvolvimento local sustentável.

O conhecimento tradicional, ao longo de muitos anos, foi ignorado e tratado como irrelevante e inferior, sendo que essa maneira de entender e tratar o conhecimento das comunidades tradicionais retardou o desenvolvimento e “*empoderamento*” dessas comunidades (NETTO et. al., 2014). Porém, entendemos que o conhecimento formal, oferecido pelas instituições de ensino, num processo de fusão com o conhecimento tradicional, produzido pelas comunidades, baseado em suas culturas, pode contribuir para a formação de recursos humanos capazes de empreender ações para fomentar o desenvolvimento comunitário endógeno, melhorando a qualidade de vida da comunidade e seu entorno.

A produção e difusão do conhecimento hibridizado (educação formal e conhecimento tradicional) pode formar um indivíduo mais informado, despertando nele o senso de pertencimento, garantindo, assim, de modo mais efetivo, sua adesão aos programas de desenvolvimento local sustentável. Tal problemática possui relação com a linha de pesquisa “**Cultura e Conhecimento: Transversalidade,**

Interseccionalidade e (in)formação”, tendo em vista que esta considera o entrecruzamento de diversas perspectivas de cognição e cultura, levando em conta mediações epistemológicas que dão informação das tensões dos processos de cognição pelas rupturas e transformações que são constitutivas da cognição humana em cada espaço de produção do conhecimento. Neste sentido, métodos de gestão que envolvem o conhecimento das populações tradicionais podem ser decisivos para preservação de sua tradição, bem como na criação de novos modos de subsistência (NETTO *et al*, 2014).

1.9 METODOLOGIA

Qualquer proposta de pesquisa sobre qualquer que seja o tema precisa definir os métodos e as técnicas de pesquisa para que os objetivos propostos possam ser alcançados.

De acordo com Gerhardt e Souza (2009) metodologia científica é o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas. Nessa linha, os autores reconhecem que a metodologia em geral, o método científico compreende basicamente um conjunto de dados iniciais e um sistema de operações ordenadas adequado para a formulação de conclusões, de acordo com certos objetivos predeterminados. Assim sendo, pode-se afirmar que a metodologia servirá de alicerce, para traçar o caminho que será seguido no processo de pesquisa e a metodologia não funciona somente como método para elaboração de trabalhos acadêmicos, mas também como um instrumento na construção do conhecimento.

Os pressupostos metodológicos aqui trabalhados, como em qualquer pesquisa de cunho científico, compreendem três fundamentos básicos, a saber: abordagem, técnicas e procedimentos. Dessa forma, a metodologia não funciona somente como método para elaboração de trabalhos acadêmicos, mas também como um instrumento na construção do conhecimento.

Utilizaram-se nesta pesquisa as abordagens qualitativas e exploratórias. Segundo Ludke e André (1986), a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados discutidos para análise por meio da interação do pesquisador com o contexto de

estudo [...]. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem (AUGUSTO et. al, 2013).

Gil (2008) afirma que as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Já para Alyrio (2009) a pesquisa exploratória é caracterizada pela existência de poucos dados disponíveis, em que se procura aprofundar e apurar idéias e a construção de hipóteses. Ainda segundo Gil, pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

As técnicas utilizadas foram as seguintes: pesquisa bibliográfica, história oral, pesquisa de campo e observação direta. A pesquisa bibliográfica é, na verdade, uma das primeiras etapas de uma pesquisa, nesse momento que serão reunidas as informações e os dados que servirão de base para a construção do processo de investigação.

Para Lakatos e Marconi (2003):

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão (p. 182).

Sobre a pesquisa de campo observa-se a afirmação de Gonçalves (2001, p. 67, apud PIANA, 2009, p. 169):

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Segundo Barreto, Mesquita e Santos (2013:70) a história oral trata-se de diálogo, de entrelaçamentos de imagens percebidas e concebidas, pela aventura do movimento produzido no momento da relação feita na diluição, na inteireza do sujeito e sujeitos, do sujeito e objeto de pesquisa. Para David (2013:159) a história oral traz os benefícios de elencar sentimentos, ações e informações preciosas para o campo historiográfico, hoje somos capazes de reconhecer sua importância como método

adequado para visualizar diversos pontos de vista de um determinado fato histórico. Já Olivo (2018:2) afirma que associado às fontes documentais históricas, o uso da história oral tornou-se um elo fundamental entre o passado e o presente para a reconstrução daquilo que foi vivido.

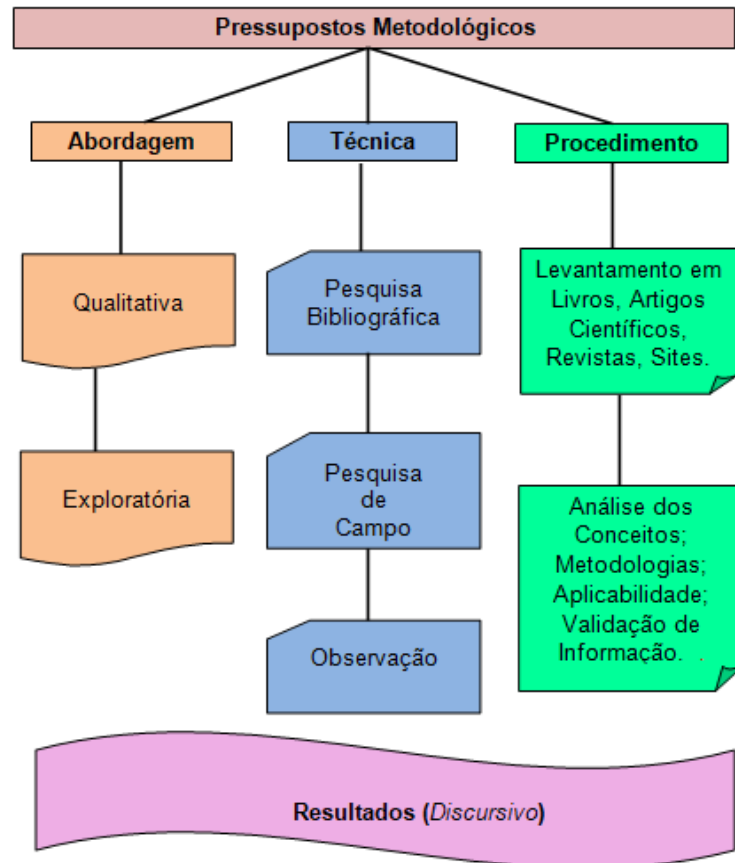
Como o local da pesquisa já é conhecido pelo pesquisador, a pesquisa de campo objetivou rever o local, confirmar algumas informações obtidas através da pesquisa bibliográfica, além de identificar possíveis alterações nas relações econômicas estabelecidas na região e também na comunidade pesquisada.

Sobre a observação Augusto *et. al* (2013) reconhecem que é um método de análise visual que consiste em se aproximar do ambiente natural em que um determinado fenômeno ocorre, visando chegar mais perto da perspectiva dos sujeitos investigados.

Para Gil (2008) a observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano. Para o autor a observação apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. O uso da observação teve como objetivo, além de validação dos dados secundários, acompanhar o desenvolvimento de algumas das atividades econômicas praticadas, registrar algumas imagens e conversas informais.

Os resultados desse trabalho serão apresentados de maneira discursiva, quando necessário, usam-se tabelas, gráficos e outros meios necessários para esse fim. Salvo no decorrer da pesquisa algum fato novo, que seja necessário o uso de outra abordagem.

Figura 01: Esquema do pressuposto metodológico.



Fonte: O próprio autor (2020).

2 TRAJETÓRIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA

O presente texto tem por objetivo apresentar a minha trajetória acadêmica, percorrida ao longo destes anos, que já são mais de dez, e que foram preenchidos com diversas experiências de cunho intelectual, didático-pedagógico, profissional e, por que não dizer, pessoal. Neste memorial, serão narradas algumas das minhas vivências e descobertas, as atividades e práticas que contribuíram para definir o que

sou hoje: um professor e pesquisador em busca de novas experiências profissionais e intelectuais, capazes de contribuir para promover não somente o meu crescimento individual, mas também, e principalmente, o desenvolvimento da comunidade acadêmica e da comunidade indígena Pataxó em Coroa Vermelha.

2.1 A Graduação

Bem, minha história acadêmica começa no município de Santa Cruz Cabrália, Extremo Sul da Bahia, onde cresci e morei, até um pouco depois de terminar a graduação em Administração Geral. Antes, farei um breve histórico de como chegamos a Porto Seguro, lugar de onde guardo boas recordações.

Minha mãe, Dona Laura Ribeiro Bomfim, é uma remanescente Maracás, povo indígena que ocupou boa parte do território baiano. Ela nasceu nos arredores de Maracás, cidade localizada no sudoeste baiano e que leva este nome em homenagem aos seus antigos habitantes (FONSECA, 2006). Com a ocupação da região pelas fazendas de café e, conseqüentemente, a expulsão dos indígenas daquela localidade, os poucos remanescentes tiveram que buscar outros locais para viverem (BANDEIRA, 2007). Meu pai, filho de agricultores do Baixo Sul baiano, mais precisamente do município de Ituberá, casou-se com minha mãe e, diante das dificuldades encontradas nas terras onde minha mãe nasceu e cresceu, mudaram-se com seus quatro filhos para Coroa Vermelha, distrito de Santa Cruz Cabrália. Ali, na aldeia indígena pataxó, foi onde eu e minhas três irmãs crescemos.

No Colégio Municipal Prof^a. Nair Sambrano Bezerra, com muitas dificuldades, conclui meu ensino médio, em 1999. Não existia a perspectiva de cursar uma faculdade, pois não existia na região instituições de ensino superior, nem meus pais – ambos não-alfabetizados – dispunham de condições financeiras e instrução suficiente para enviar-me a estudar em outra localidade. Tudo mudou em Dezembro de 2001, quando conheci um homem que, de certa forma, mudou significativamente o rumo da minha vida.

Em Dezembro de 2001, estava trabalhando como recepcionista num hotel em Porto Seguro. Ali, conheci o professor Arruda (João Alberto Arruda), que veio de Brasília (DF), passar o réveillon com sua família. Foi ele quem me inspirou, quem me mostrou o caminho e me disse que a educação poderia mudar minha vida. Estimulado com as palavras e ensinamentos do professor Arruda, iniciei o ano de 2002 com o

objetivo de cursar uma faculdade. Naquela conjuntura, minhas opções eram escassas, uma vez que, na região, não existiam Instituições de Ensino Superior (IES). Mas dentro de mim, a chama acesa pelas conversas com o professor Arruda teimava em continuar acesa, impulsionando-me a buscar por educação.

Como já trabalhava no segmento do turismo em Porto Seguro, minha ideia inicial era cursar a faculdade de turismo. Porém, quando da inscrição, conversando com um funcionário, que depois se tornou meu amigo, decidi cursar administração – e deu certo! Minha identificação com o curso e os professores foi o suficiente para eu me dedicar ainda mais, com o intuito de obter uma boa formação e conseguir um bom nível de conhecimento.

O ingresso no curso de Administração de Empresas nas Faculdades do Descobrimento aconteceu em 2002, quando fiz parte da primeira turma daquela instituição, um projeto que mudaria completamente a minha vida. Foi o início da construção de uma nova trajetória de vida pessoal, profissional e intelectual. A partir daí, uma nova postura diante do conhecimento surgia em mim, pois eu iniciava uma nova trajetória na qual o antigo era desvendado e o novo estava à espera de ser descoberto.

Os primeiros semestres na graduação foram de muitas descobertas, inquietações e amadurecimento. Neste período, frequentei aulas que me ensinaram a ver o aprendizado e ensinamento da Gestão de maneira diferente: a diversidade cultural, os estilos de liderança, a concorrência, a mudança visão por diversos ângulos, tudo isto contribuiu para aperfeiçoar a minha vida profissional, e ajudou a me preparar para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e, mais tarde, minha trajetória na docência, que reuniu e reúne alunos impregnados com uma visão tradicional do ensino de Administração.

Nos semestres seguintes, cursei disciplinas mais complexas que, dentre outras possibilidades, me permitiram lançar outro olhar, mais maduro e consciente, a respeito da prática da leitura e produção de textos relacionados a minha área de estudos. Dentre elas, merece destaque a disciplina Gestão da Qualidade Total, que traz uma nova visão sobre a forma de produzir bens e serviços: eliminar desperdícios, produzir com qualidade e produção enxuta (MAXIMIANO, 1995). Esses aspectos contribuíram significativamente para que eu adotasse novas posturas diante da forma de ver e ensinar a Administração. Além disso, estabeleci contato com as disciplinas da área de

Contabilidade e Economia, as quais me auxiliaram no aperfeiçoamento do exercício da gestão e, mais tarde, da minha prática docente.

Antes mesmo de concluir o curso de Bacharelado, no segundo semestre de 2006, já estava atuando profissionalmente, isso me ajudou a descobrir e superar o grande abismo existente entre a academia e o mercado de trabalho. Com o intuito de aperfeiçoar e ampliar meus conhecimentos e aprimorar minhas habilidades, busquei acrescentar a minha formação acadêmica, cursos de curta duração, da educação continuada, em instituições como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (Bahiatursa) e Instituições de Ensino Superior (IES). A junção da teoria com a prática foi algo enriquecedor, uma vez que contribuiu muito para eu desenvolver uma visão crítica e uma postura profissional mais próxima da realidade das organizações. Também me mostrou caminhos em direção ao material de investigação escolhido para realizar pesquisas posteriores na pós-graduação, conforme comentarei mais adiante.

No bacharelado, tive boa identificação com algumas disciplinas como: Economia, Planejamento Estratégico, Gestão da Qualidade Total e Sociologia. Em paralelo à realização deste curso, minha inquietação e o desejo de selar a parceria entre o mercado de trabalho e a academia, nesta trajetória acadêmica particular, conduziram-me a dar continuidade aos estudos em gestão. E assim o fiz.

2.2 A Especialização

Após a conclusão do curso de bacharelado, ingressei na Especialização, no curso de Meio Ambiente e Desenvolvimento, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Itapetinga, no primeiro semestre de 2008. Este curso, além de ampliar meus conhecimentos a respeito do tema em questão, influenciou decisivamente os rumos da minha trajetória acadêmica, fazendo com que eu me definisse pelos estudos socioeconômicos, partidos desta perspectiva discursiva, que permite promover interseções entre economia, crescimento econômico e meio ambiente.

Morando em Santa Cruz Cabralia, no Extremo Sul da Bahia, trabalhando diariamente e, cursando a especialização em Itapetinga, Sudoeste Baiano, busquei com afinco focar meus estudos e com persistência desenvolver minhas pesquisas,

estando próximo ao contexto profissional que vivia e da minha realidade enquanto indivíduo e ator social.

Minha participação nas atividades acadêmicas esteve mais diretamente ligada às disciplinas feitas ao longo do curso, tanto de bacharelado como de Especialização. Ganham destaque, sobretudo, as disciplinas da Especialização, nas quais pude experimentar a prática da pesquisa em suas várias modalidades, adquirindo conhecimentos a respeito de técnicas e estratégias a serem utilizadas nos momentos adequados para os objetos de estudos adequados.

Como fruto das minhas leituras e pesquisas, sobe a orientação dos professores das disciplinas e participação dos colegas de curso, apresentamos alguns trabalhos em eventos e publicamos outros em periódicos. Dentre os trabalhos publicados, quando cursava a Especialização, destaco estes: *Diagnóstico do gerenciamento de resíduos sólidos urbanos em Porto Seguro - Ba*; *Impactos ambientais causados pela atividade mineradora (extração de areia) em Porto Seguro-Ba*; *Crescimento econômico e ação antrópica: obstáculos para o desenvolvimento sustentável*; *O hiato ambiental e suas divergências entre querer e efetivar ações em benefício do meio ambiente*; *Prática cooperativista e gestão democrática*; esses dois últimos publicados pela Enciclopédia Biosfera, do Instituto Conhecer, entre os anos de 2008 e 2009.

Destaco, ainda, a apresentação do trabalho *Sustentabilidade: um desafio para a humanidade*, apresentado no III Seminário Internacional: Potencial Humano, Patrimônio Territorial e Desenvolvimento Sustentável, promovido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 2008. Outro que faço questão de destacar é o trabalho intitulado *Desenvolvimento sustentável: no meio do caminho o homem*, apresentado no V Seminário de Negociações Internacionais, realizado pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em 2009.

Vale ressaltar que a escolha por esse curso de Especialização foi motivada pela minha experiência profissional em uma Organização Não-Governamental (ONG), que possui seu foco de atuação em ações socioambientais. Essa vivência com as questões ligadas a conservação e preservação do meio ambiente despertou-me o interesse por entender todo o mecanismo que envolve os fatores econômicos e ambientais. Algumas disciplinas foram fundamentais para o direcionamento das minhas pesquisas, dentre as quais posso citar: Ecologia e Conservação dos Recursos Naturais e Educação, Meio Ambiente e Sustentabilidade ministrada pela professora

Sandra Lúcia da Cunha e Silva; Planejamento Ambiental e Gestão Urbana, ministrada pela professora Nelma Gusmão de Oliveira, entre outras.

O objetivo da minha pesquisa, na ocasião, foi descobrir a relação entre o crescimento econômico e a conservação do meio ambiente. Como as ações antrópicas visando o crescimento econômico das nações constituem-se como obstáculos para a prática de um desenvolvimento sustentável? A pesquisa permitiu fazer alusões e incursões pelo terreno da Sustentabilidade, disciplina inserida na área de Ciências da Terra e do Ambiente e que serviria como suporte teórico para as minhas pesquisas no Mestrado.

Apesar de ter dedicado maior atenção às pesquisas vinculadas às disciplinas da grade curricular, registro aqui a minha participação em eventos oferecidos por outras instituições, tais como: Desenvolvimento Territorial, curso de extensão promovido pelo Ministério da Integração nacional e oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Curso para Reflorestadores, oferecido pela ONG Movimento de Defesa de Porto Seguro; Oficina de Saneamento Básico em Meios Rurais e em Assentamentos em Áreas Indígenas (NURE NE/ReCESA-UFBA); Curso Básico de Capacitação em Cooperativismo e Associativismo (Instituto BIOATLÂNTICA); II Seminário "Biocombustíveis na Bahia: desafios e perspectivas" (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia); Curso de Colheita de Sementes e Produção de Mudanças de Árvores Nativas do Sul da Bahia (PROEX/UDESC).

2.3 O Mestrado

Sempre pensando em evoluir, adentrando a seara acadêmica, em 2010, candidatei-me para uma das vagas do Programa de Pós-graduação em Modogalem, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde fui aprovado. Foi uma experiência enriquecedora e muito importante para minha vida pessoal e profissional. Na vida pessoal, foi importante por estabelecer relações com professores e colegas que muito contribuíram para o processo de socialização; na vida acadêmica, possibilitou-me a ampliação nos horizontes do conhecimento.

Para mim, foi uma sensação extremamente prazerosa e estimulante, foi como se eu tivesse sido aprovado em um novo vestibular, porém muito mais exigente e rigoroso: era o prenúncio de um tempo em que eu enfrentaria vários desafios e, por

isso, deveria ter disciplina, determinação e disposição para estudar. Nessa etapa da minha vida, tive que transferir meu domicílio de Santa Cruz Cabralia para Feira de Santana, distante cerca de 700 quilômetros. No início, foi extremamente difícil, pois recebia ajuda dos meus familiares para manter as despesas básicas. Como havia necessidade de fazer investimentos em livros, material de leitura e pesquisa, dentre outras despesas, e também por ter dificuldades financeiras a enfrentar, tentei pleitear bolsa de estudos, sabendo que este era o objetivo de muitos outros estudantes. Mesmo assim, fiz o pedido de bolsa para ingressar em instituições mantenedoras de pesquisa. O pedido foi aprovado e tive mais uma satisfação pessoal e intelectual: a de ser contemplado com uma bolsa de estudos, importante premiação acadêmica que me levou a fazer parte do quadro de estudantes pesquisadores da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

A premiação com a bolsa de mestrado abriu a possibilidade de me dedicar mais intensamente aos estudos e a produção intelectual. A partir daí, passei a vivenciar, de maneira mais efetiva, as atividades acadêmicas, não só na condição de ouvinte, como também na condição de colaborador no processo organizativo do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Modelagem da UEFS. Além disso, participei do cotidiano universitário apresentando trabalhos nas sessões de comunicação em diferentes encontros, seminários e eventos desta natureza. Estes trabalhos, elaborados por mim e orientados pela Professora Joselisa Maria Chaves, resultaram de pesquisas iniciadas a partir do momento em que ingressei no mestrado.

Dos trabalhos apresentados quando cursava o mestrado, destaco os relacionados a seguir: *Dinâmicas e conflitos territoriais na construção e desenvolvimento do espaço agrário do município de Porto Seguro-Bahia: a gangorra dos ciclos econômicos*, apresentado no V Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA) e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, realizado pela Universidade Federal do Pará, também em 2011; *Gestão da microbacia hidrográfica do rio dos Mangues (MHRM), município de Porto Seguro - BA: projeto de implantação*, apresentado no II Congresso Nacional de Educação Ambiental e IV Encontro Nordestino de Biogeografia, realizado pela Universidade Federal da Paraíba, em 2011; *Gestão de Recursos Hídricos: o caso da microbacia hidrográfica do rio dos Mangues, município de Porto Seguro-Bahia*, apresentado no V Simpósio Regional de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto, realizado pela UEFS, em 2011.

Participar de diferentes atividades acadêmicas colaborou significativamente com a minha formação acadêmica e profissional.

No mestrado (2010-2012), direcionei minhas pesquisas para as ações antrópicas e a dinâmica socioambiental na microbacia hidrográfica dos rios dos Mangues, no município de Porto Seguro (Bahia), sob a orientação da Prof^a Dr^a Joselisa Maria Chaves.

Segundo Almeida (1999),

A bacia do Rio dos Mangues está totalmente inserida no município de Porto Seguro, na região dos tabuleiros costeiros, áreas de grandes platôs intercalados por vales, por onde passam os cursos d'água. Pode-se considerar que seu quadro ambiental se caracteriza por um desgaste crescente dos recursos naturais, com a conseqüente deterioração de seus ecossistemas, decorrente de: utilização de processos agropecuários inadequados, desmatamentos, com perda de biodiversidade, processo adiantado de erosão e perda de solos, reduzida disponibilidade de informação sobre o uso da água, instabilidade e desequilíbrio na regulação do balanço hídrico, economia extrativista, ausência de planejamento urbano e municipal (p.7).

Foi uma pesquisa de campo, de abordagem quali-quantitativa e de metodologia de análise de conteúdo. Na dissertação, ao me debruçar sobre esta temática, objectivei provocar reflexão crítica, e ultrapassar as ideias e modelos preconcebidos. A conservação ambiental depende de uma série de fatores, da participação de diversos atores e da colaboração de distintas organizações. Algumas disciplinas contribuíram significativamente para o desenvolvimento da minha pesquisa, dentre as quais, posso mencionar: *Etnociência e Etnoecologia, Gestão de Áreas de Conservação, Sensoriamento Remoto, História Ambiental, Geoquímica Ambiental e Terra em Transformação.*

Em 2012, comecei a lecionar em algumas Instituições de Ensino Superior, sendo que, inicialmente, minhas atividades docentes foram desenvolvidas em Instituições privadas, todas em Feira de Santana. Na Escola de Negócios do Estado da Bahia (ENEB), lecionei as disciplina Teoria Geral da Administração para os cursos de Administração e Ciências Contábeis. Já no Centro Educacional Leonardo Da Vinci (UNIASSELVI), trabalhei como Professor-Tutor nos cursos de Tecnólogo em Logística e no curso de graduação em Administração. E, na UNIFACS, lecionei a disciplina Meio Ambiente e Sustentabilidade, no curso de Administração.

Ainda no ano de 2012, tentei a seleção para professor substituto da UNEB, no Campus de Alagoinhas, ficando em terceira colocação, conforme publicado no Diário Oficial do Estado. Em 2013, atuei como Professor Pesquisador Orientador no curso de Especialização em Coordenação Pedagógica (CECOP 2), FAGED/UFBA, com a disciplina TCC. Em 2014, fui aprovado em primeiro lugar na seleção para professor substituto da UNEB, no Campus de Serrinha, onde atuei por um semestre.

Posteriormente, minha atuação acadêmica esteve muito voltada para o exercício do magistério superior, na Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, como professor substituto, onde tive a oportunidade de ministrar aulas de várias disciplinas na área de gestão. Esta atuação, evidentemente, não se restringiu à sala de aula, pois sempre procurei envolver-me com as decisões acadêmicas relativas ao ensino e à pesquisa. Por isso, participo do Grupo de Pesquisa em Educação, Etnicidade e Desenvolvimento Regional (GEEDR/CPEDR) na UNEB. Além disso, estive sempre à disposição dos alunos, com o objetivo de orientá-los nas suas produções textuais acadêmicas.

O capítulo atual da minha odisseia universitária/acadêmica está sendo o curso de doutorado em Difusão do Conhecimento, na Universidade Federal da Bahia. Minha dedicação a essa nova etapa está sendo intensa e cheia de expectativas. Mais uma vez pretendo envolver minhas origens nas pesquisas acadêmicas que almejo desenvolver. Parte da minha pesquisa será na Reserva Indígena da Jaqueira, em Porto Seguro, no Extremo Sul da Bahia, onde estão os Pataxó, povo indígena com quem fui criado e muito me orgulho.

Tenho a convicção de que estou preparado para essa nova fase, esse novo desafio, e pretendo concluí-lo com louvor como o fiz em todos os projetos que empreendi. Acredito que estou preparado para continuar a escrever outros tantos capítulos, e que estas minhas experiências podem ser muito úteis para fazer crescer ainda mais as Instituições nas quais estiver inserido, tanto no âmbito da pesquisa, como na área do ensino. Espero obter êxito neste doutorado e ter a possibilidade de começar a escrever os próximos capítulos desta história.

2.4 O Doutorado

Meu acesso ao Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar e Multiinstitucional em Difusão do Conhecimento (DMMDC) aconteceu em 2016.1, após o processo de seleção realizado pelo Programa. Foi um objetivo que vinha perseguindo e, em 2016, consegui alcançar. Minha aprovação no DMMDC deu-se pela Linha de Pesquisa III - Cultura e Conhecimento: Transversalidade, Interseccionalidade e (in) formação. Tive a honra de ser acolhido pela professora Leliana Santos de Sousa. Minha participação no Grupo de Pesquisa em Educação, Etnicidade e Desenvolvimento Regional (GEEDR/CPEDR/UNEB) continua ativa, sob a coordenação da minha orientadora.

De início, percebemos o desafio de cursar um Programa multidisciplinar, com uma grade de disciplinas que possibilita ao discente transitar por áreas do conhecimento que não, a de sua formação. Confessamos que adentrar a seara da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, multirreferencialidade possibilita nossa saída das tais “caixinhas” da formação acadêmica inicial.

Visando cumprir os créditos e atender às exigências do Programa, iniciei os trabalhos, visando também, e desde já, a parte da produção acadêmica, bem como encontrar caminhos que me ajudassem na construção do meu trabalho de pesquisa. No primeiro semestre cursei as seguintes disciplinas: *Epistemologia e Construção do Conhecimento; Sistemas Complexos; Análise Cognitiva I*. Também nesse semestre, juntamente com minha orientadora, produzimos um trabalho que se tornou capítulo do livro “*Saberes e Práticas: multirreferência e interdisciplinaridade*”.

No segundo semestre, dando continuidade ao cumprimento dos créditos, cursei as disciplinas: *Metodologia de Análise dos Processos Cognitivos; Sistemas de Representação do Conhecimento; Análise Cognitiva II*. A partir daí, já com uma percepção mais racional da proposta do Programa e da pesquisa que conduziu inicialmente meus trabalhos nesse sentido.

Em 2017, já trabalhando na minha pesquisa, e sob a orientação da professora Leliana, produzimos um trabalho com ênfase na importância da educação para o desenvolvimento local. Esse trabalho tornou-se capítulo do livro “*Dialogando com a inclusão e EJA*”, da editora EDUFBA. Ainda em 2017.1, cursei a disciplina Seminário de Tese I, que trouxe contribuições significativas para a construção do meu trabalho de pesquisa.

Como parte do nosso compromisso com o DMMDC, buscamos sempre participar das atividades e eventos promovidos pelo Programa. No segundo semestre

de 2017, foram dois: I Workshop Internacional em Difusão do Conhecimento: Tecnologia Social, Empreendedorismo Social e Economia Criativa, realizado em julho do referido ano, no Campus da Universidade do Estado da Bahia, em Alagoinhas-Bahia; II Sianco – Seminário Internacional em Análise Cognitiva. Em ambos, nossa participação foi com apresentação de trabalhos. Dando continuidade aos meus estudos no doutorado, em 2017.2, cursei as disciplinas Política de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Em 2018.1, matriculamo-nos nas disciplinas Tecnologias da Informação e Difusão Social do Conhecimento e Seminário de Tese II, vale destacar aqui, nossa participação no III Seminário – Ação Itinerante, evento esse que é parte da Rede de Saberes e Práticas Itinerantes, ação promovida pelo GEEDR/CPEDR/UNEB, grupo de pesquisa coordenado por minha orientadora e do qual fazemos parte. O referido seminário aconteceu no Gravatá de Baixo, município de Muritiba - Bahia.

A idéia inicial era qualificar no semestre 2018.1, porém, o desenvolvimento de uma pesquisa sempre reserva alguma surpresa, e com a nossa não foi diferente. Para agravar ainda mais, tive alguns problemas pessoais que contribuíram para a prorrogação do exame qualificação.

Com foco no trabalho, visando o prazo para a qualificação, o ano de 2018 não teve o volume de apresentação e publicação de trabalhos que tivemos no ano anterior. Nossa proposta é cumprir os prazos estabelecidos pelo Programa e, em 2019, retomarmos o caminho das publicações científicas.

Estamos certos de que até o final do nosso compromisso aqui, muita coisa ainda vai acontecer. Ainda há muito que aprender: o conhecimento é infinito e certamente não descansaremos. Ainda há muito a produzir: a continuidade e conclusão da pesquisa nos levarão a isso. Muito que contribuir: continuaremos a participar dos eventos promovidos pelo Programa. Muito que corrigir: sabemos que nenhum trabalho é perfeito o suficiente que não possa ser melhorado.

3 Trabalho e economia na perspectiva da comunidade indígena pataxó de coroa vermelha

Ter vivido a maior parte de sua vida (a melhor parte), segundo Antonio Ribeiro, nessa comunidade torna prazerosa, mas não menos difícil e delicada a tarefa de falar sobre a Comunidade Indígena de Coroa Vermelha, na atualidade, tendo em vista alguns fatores: as inúmeras pesquisas realizadas sobre o povo Pataxó nos seus diversos aspectos; as incessantes mudanças pelas quais passam essa comunidade,

devido a aspectos que vão desde a proximidade com os não-índios; a desconfiguração e reconfiguração cultural até as circunstâncias a que o povo Pataxó foi e está sendo submetido ao longo de sua existência.

O desafio se explicita ao estudar as atividades econômicas praticadas por essa comunidade, na perspectiva de ampliação das opções de trabalho de que dispõem os membros da mesma a partir de dois pontos: o levantamento de estudos realizados envolvendo os Pataxós de Coroa Vermelha sobre as atividades econômicas; a experiência de conhecer de perto a realidade da comunidade.

As pesquisas que fundamentam nosso trabalho foram realizadas pelos autores citados abaixo, em épocas diferentes e objetos de estudos também diferentes, mas que, mesmo indiretamente, abordaram as atividades econômicas desenvolvidas pelos Pataxós. Dentre as diversas pesquisas, focaremos algumas as quais consideramos como mais relevantes, pois contribuíram de modo mais significativo para nosso entendimento do tema, dada sua importância e qualidade. Dentre elas, podemos citar: CARVALHO (1977); (GRÜNEWALD, 1999); MIRANDA (2009); REGO (2012); NEVES (2015), além das pesquisas dos autores citados que também serviram como referências no desenvolvimento da tese aqui apresentada.

A comunidade indígena Pataxó de Coroa Vermelha possui características próprias, dadas as peculiaridades de sua formação, e mediante o processo de modernização e desenvolvimento pelo qual a região onde a mesma está inserida vivenciou. A dinâmica desse processo fez com que essa comunidade fosse descrita ou entendida de diferentes maneiras pelos pesquisadores que se dedicaram a estudá-la. Desse modo, os escritos apresentados nesta pesquisa explicitam um dos olhares que compartilham da percepção da existência de um movimento histórico, territorial e socioeconômico de um povo como pode-se observar.

Miranda (2009), afirma ser esta “*uma aldeia urbana*”. Em sua dissertação intitulada “Aprendendo a ser Pataxó: um olhar etnográfico sobre as habilidades produtivas das crianças de Coroa Vermelha, Ba”, a pesquisadora afirma que a principal fonte de renda dessa comunidade é oriunda do comércio de artesanato e do “turismo étnico”, sendo, inclusive, projetada para a visitação turística. Em seu trabalho, ela afirma, ainda, que as crianças indígenas desempenham papel fundamental nos processos de territorialização e fortalecimento da identidade étnica e cidadania Pataxó. Sobre a produção e comercialização de artesanato, Miranda reconhece que esta atividade se consolidou como principal elemento de reafirmação da identidade

étnica.

Na tese “*Uma aldeia diferenciada: Conflitos e sua administração em Coroa Vermelha/BA*”, defendida em 2012, André Gondim do Rego aborda a administração dos conflitos existentes na comunidade Pataxó de Coroa Vermelha, com destaque para a criação e operação da Guarda Indígena. Sobre o assentamento dos Pataxós em Coroa Vermelha, o autor afirma que:

[...] na ocasião, o prefeito de Santa Cruz Cabrália, vendo na figura do índio outra modalidade de atração turística, concedeu aos pataxós uma área situada junto ao referido monumento, onde foram construídos estereótipos de casas indígenas. (REGO, 2012, p. 61)

Falando sobre a vocação do local para a atividade do turismo, esse mesmo autor reconhece que “Coroa Vermelha surgiu e cresceu através do comércio de artesanato voltado ao turismo, atividade esta que se tornaria elemento fundamental na caracterização étnico-identitária do grupo” (REGO, 2012, p. 61). Atualmente sabe-se que Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, municípios localizados no Extremo Sul baiano são pólos turísticos de grande expressão no cenário nacional, sendo, por isso, importantes para a economia regional e do Estado da Bahia - Brasil.

Tais características atraíram investidores dispostos a explorarem o turismo como atividade econômica, além de pessoas das mais diversas partes do Brasil e do mundo, as quais buscavam fonte de renda e local tranquilo para firmarem residência. O que dá margem a se pensar sobre a urbanização e a especulação imobiliária, o que talvez justifique o termo “*uma aldeia urbana*”, utilizado por Miranda (2009).

Rego (2012) descreve a comunidade Pataxó de Coroa Vermelha como sendo uma “*aldeia diferenciada*”. Porém, segundo o autor, são os próprios membros da comunidade indígena que assim a reconhecem, dadas as peculiaridades que caracterizam a comunidade. Não obstante, é preciso observar a intensidade das interações entre índios e não-índios, “o que as torna indistinguíveis ao olhar desavisado”.

“*Turistificada*”. É assim que Sandro Campos Neves (2015, p. 132) descreve a principal área ocupada pelos índios Pataxó em Coroa Vermelha em seu trabalho intitulado “O Índio não gosta de ficar cativo: Trabalho e Tradição nas Atividades Econômicas dos Pataxó da Aldeia de Coroa Vermelha”, publicado na Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, em 2015. Sobre a tradição dos Pataxó e suas

atividades econômicas desenvolvidas, Neves (2015) considera tratar-se de

[...] um esforço no sentido de compreender a construção da idéia de tradição entre os Pataxó na medida em que essa idéia liga-se ao tipo de atividade econômica exercida, classificadas em uma hierarquia de atividades mais tradicionais e menos tradicionais. (NEVES, 2015, p. 132)

3.1 Origem da Terra Indígena (TI) de Coroa Vermelha

Inicialmente é importante lembrar que, apesar de seu protagonismo no ilhéu de Coroa Vermelha, é sabido que os Pataxós não são originários deste local, nem aí estavam quando da chegada dos portugueses em 1500. A detalhada descrição etnográfica contida na carta de Pero Vaz de Caminha não deixa dúvida de que os índios presentes na ocasião do Descobrimento do Brasil eram, na verdade, da etnia Tupiniquim, que na época habitavam o extremo sul da Bahia (SAMPAIO, 2000, citado por MAURO, 2007:49).

O Instituto Tribos Jovens (ITJ), no Inventário Cultural Pataxó: tradições do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia, de 2011, explica que “a aldeia de Barra Velha é reconhecida como a Aldeia Mãe, onde, em 1861, foram aldeados índios de diversas etnias, sendo os Pataxós o grupo étnico mais representativo” (2011, p. 46).

Sobre os Pataxós destaca-se a afirmação de Carvalho (1977:84-85) de que só em 1951, chega ao conhecimento público a existência da aldeia de Barra Velha, figurando seu nome nos noticiários dos jornais em função de um movimento de sublevação em que se viram envolvidos os Pataxó.

Muitos trabalhos já foram publicados tratando sobre como foi constituída a aldeia de Coroa Vermelha. É evidente que tudo começa com o “fogo de 51”, conforme Sampaio (2000:126). Evento em que a aldeia de Barra Velha foi atacada e incendiada, provocando a fuga e dispersão dos indígenas. Essa tese é ratificada por Grünewald (1999:102) quando afirma que Vitorino Batista da Cruz, um morador de Caraíva, ateou fogo nas casas, esperando assim que os índios não voltassem mais para a aldeia, que foi totalmente saqueada (até o grande sino da igreja), teve sua casa de farinha destruída e o forno quebrado etc.

Segundo Cunha (2010:23) o *Fogo de 51* foi mais uma tentativa de domínio ou expropriação de terras, por interesses de não-índios e, ao mesmo tempo, resistência dos Pataxó de permanecerem em sua área territorial.

Foi a partir dessa dispersão que os Pataxós chegaram à Coroa Vermelha, ainda na década de 1970. Ao examinar a história da aldeia da Coroa Vermelha, percebe-se, logo de saída, que a mesma se formou a partir do estabelecimento de índios Pataxós oriundos de outras aldeias, em especial de Barra Velha (GRUNEWALD, 1996:30). Corroborando com Grunewald, Mauro (2007, 54-55) afirma que em novembro de 1972, a aldeia de Coroa Vermelha começou a ser formada, quando uma família Pataxó se estabeleceu no local onde ocorreu o Descobrimento do Brasil.

Existem relatos sobre as condições precárias em que viviam os Pataxós na aldeia de Barra Velha. A dispersão para outras localidade pode ter sido uma busca por melhores condições de vida, visando assim sua subsistência. O expressivo crescimento demográfico de Coroa Vermelha nas décadas de setenta e oitenta está associado não só ao desenvolvimento do turismo local, mas também às dificuldades vividas pelos índios em outras aldeias e agrupamentos (MAURO, 2007:55-56).

A esse respeito, Grünewald (1999) afirma que Coroa Vermelha teve origem simultaneamente com a formação desta aldeia a partir do ano de 1972. Também falando sobre a formação da comunidade indígena pesquisada, Rego (2012) faz a seguinte narrativa:

A primeira “barraca” surgiu em 1973, a partir da anuência informal do responsável pela Capitania dos Portos de Porto Seguro e do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem. O local, no entanto, ainda apresentava certo isolamento. Este quadro começaria a se alterar a partir de 1974, com a inauguração da BR-367 e a instalação de um cruzeiro em homenagem a Primeira Missa do Brasil. Na ocasião, o prefeito de Santa Cruz Cabrália, vendo na figura do índio outra modalidade de atração turística, concedeu aos pataxós uma área situada junto ao referido monumento, onde foram construídos estereótipos de casas indígenas (p. 61).

Sobre as origens dos indígenas que chegavam à Coroa Vermelha para constituírem uma nova aldeia, os estudos realizados nos esclarecem, com unanimidade, que de Barra Velha, também conhecida como “*aldeia mãe*”, e adjacências saíram os indígenas que deram origem a aldeia indígena Pataxó de

Coroa vermelha. Em 1973 já tinha grande quantidade de índios Pataxó existente nessa área, que começaram a fazer as suas moradias. Depois foram chegando outros índios e os não índios, onde, foram se casando e se misturando (FERREIRA e SANTOS, 2019:15).

Grünewald (1999) esclarece que os Pataxós sempre foram índios de caminhar muito, em grandes deslocamentos nos quais faziam trocas, ou seja, estabeleciam relações comerciais — e deve-se perceber que, através de uma diáspora a partir de Barra Velha em 1951, novas aldeias surgiram. Esse mesmo autor reafirma sua declaração por várias vezes ao longo do seu trabalho, escrevendo que, de uma maneira geral, a estratégia dos índios da Coroa Vermelha – quando perguntados por um pajé – é a de afirmar que o mesmo se encontra na aldeia de Barra Velha, a “aldeia-mãe”. Ainda sobre alguns dos primeiro pataxó a chegarem à localidade, ele esclarece que, depois do Itambé, teriam se mudado para a Coroa Vermelha os índios da Barra Velha Zé Lapa, Chico Branco, Joel e o Saracura, este vindo de Caramuru.

Os Pataxós chegaram em Coroa Vermelha, aí se estabeleceram, são reconhecidos e fazem parte da história e do cenário atual, a figura XX mostra um pouco isso.

Figura 02: Placas fixadas na entrada da Aldeia de Coroa Vermelha.



Fonte: Autoria própria.

3.2 Atividades econômica: de Barra Velha à Coroa Vermelha

Mostrar que a Aldeia de Coroa Vermelha tem origem na aldeia de Barra Velha não é por acaso. Dentre os trabalhos que embasam nossa pesquisa, destaca-se o realizado pela professora Maria do Rosário G. de Carvalho, no mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), no ano de 1977, intitulado “Os Pataxó de Barra Velha: seu subsistema econômico”. Este trabalho tem importância singular para a nossa pesquisa por alguns motivos bem pontuais e específicos: o primeiro porque conhecer as atividades praticadas na “aldeia mãe” – aldeia de Coroa Vermelha, originária de Barra Velha – ajudará a entender as que são atualmente praticadas em Coroa Vermelha; segundo porque isso nos permitiu diagnosticar as mudanças, evoluções e inovações com relação às atividades praticadas em Barra Velha.

Ao conceituar um subsistema econômico, Carvalho (1977) relativiza o movimento porquanto resultado da ação humana sobre o ambiente que desencadearia formas de organização social e ideológica. Com relação às atividades desenvolvidas para provimento de sustento pelos índios de Barra Velha, a autora afirma serem eles totalmente dependentes de recursos extraídos do ambiente natural e, só ocasionalmente, pelo trabalho assalariado fora dos limites da reserva.

Sobre a capacidade de autosuficiência Carvalho (1977) reconhece que esta é uma economia fraca e instável, implicando na debilidade do poder político interno. Em seu trabalho, a professora e pesquisadora ressalta que o grupo apresenta pequena capacidade de mobilização, transferindo para o órgão tutelador a iniciativa na solução de seus problemas mais graves. A pesquisa de Carvalho (1977) revelou também que a população economicamente ativa de Barra Velha distribui-se de forma extensiva sobre o ambiente, utilizando-se de todos os tipos de espaços economicamente capazes de produzir.

Outro aspecto importante descoberto a partir dessa pesquisa foi que os Pataxós da “aldeia mãe” diversificam as formas de ação econômica e atingem maior rentabilidade ou equilíbrio pela utilização simultânea de espaços econômicos e/ou comerciais diversos. Isso contribui para revelar que a comunidade pesquisada tem acesso a todos os meios de produção naturais – terra, mar, mangue e florestas – mediante os quais define sua posição no subsistema econômico.

Os níveis ocupacionais polares que configuram a estrutura ocupacional da

Aldeia de Barra Velha são: 1. Agricultura; 2. Pesca; 3. Artesanato; 4. Comércio (CARVALHO, 1977). A autora nos apresenta as principais atividades econômicas ou subsistemas econômicos com os quais os Pataxós de Barra Velha adquirem sua sobrevivência. No entanto, os resultados apresentados deixam evidente que os atores pesquisados usam de certa flexibilidade para atuarem em duas e até três dessas atividades combinadamente. Existem aqueles que possuem a agricultura como atividade principal, tomando maior parte de seu tempo e dedicação, porém têm a pesca ou o artesanato como segunda opção de trabalho.

Segundo Carvalho (1977) a população economicamente ativa entre os Pataxós estava assim dividida: maior parte na agricultura – 36,4%; 45,4% como agricultores que também exercem outras atividades, das quais a maior concentração está relacionada ao artesanato; 7,5% como exclusivamente pescadores (de acordo com a autora da pesquisa, a pesca vem em segundo plano, sendo que 4,5% da população afirmou ter a pesca como atividade predominante). Por fim, a autora diz que os 6% restantes tem o artesanato e comércio suas atividades econômicas básicas, e que 6% não exercia qualquer atividade econômica autônoma, sobrevivendo graças à venda da sua força de trabalho. Assim, a agricultura e a pesca podem ser consideradas, juntamente com o artesanato, como as atividades econômicas mais importantes na estrutura atual (CARVALHO, 1977).

A pesquisa da professora Maria do Rosário de Carvalho é rica em detalhes e bastante esclarecedora sobre a reorganização Pataxó no Extremo Sul da Bahia, além de apresentar, com muita pertinência, a estrutura socioeconômica desse povo. Esse estudo embasou e continua embasando muitas outras pesquisas empreendidas depois dela. E, com este trabalho, não foi diferente.

A partir da pesquisa de Carvalho (1977), tivemos a curiosidade de conhecer mais sobre como esses subsistemas econômicos estão sendo mantidos na atualidade. Será que ocorreram mudanças significativas de modo a criar um subsistema novo? Algum deixou de existir?

Ribeiro (1982, *apud* Grunewald, 1999) afirma que os Pataxós com certeza teriam se configurado como um “Povo-Novo”, o qual, entretanto, teria deixado de existir finalmente na primeira metade do século XX, hostilizados pelos civilizados nas matas que transitavam em território baiano. É o próprio Grunewald (1999) que tenta esclarecer a afirmação de Ribeiro:

Mas na verdade o que se encontra hoje é um grupo indígena Pataxó

extenso espalhado pelo sul da Bahia com aspecto de “Povo-Novo”, mas que se afirma “Povo-Testemunho”, lembrando a chegada de Cabral e da continuidade de crenças, valores e até tradições que remontariam ao encontro dos portugueses com eles em um dos territórios que habitam atualmente (p. 122-123).

Apesar de possuir aspecto de povo novo, com características novas e próprias, mudanças em sua estrutura socioeconômica e cultural, os Pataxós se declaram a continuidade dos indígenas que aqui estavam com o desembarque das naus capitaneadas por Cabral. Assim, fica em foco também neste capítulo a constituição da aldeia situada no local onde Pedro Álvares Cabral desembarcou – arena na qual o discurso de “Índios do descobrimento” é prioritariamente construído (GRÜNEWALD, 1999, p.123).

Em sua tese intitulada “Os ‘Índios do Descobrimento’: Tradição e Turismo”, concluída em 1999, Rodrigo de Azeredo Grunewald nos apresenta uma atividade econômica, praticada pelos Pataxós de Coroa Vermelha, diferente das quatro apresentadas por Carvalho, no ano de 1977. Seria esse um aspecto novo, do “Povo-Novo” de Ribeiro, os quais se afirmam “Povo-Testemunho” em Grunewald?

Segundo Grunewald (1999), de uma maneira geral, os índios de todas as aldeias Pataxó do Extremo Sul Baiano estão, de algum modo, ligados ao turismo, uma vez que esta atividade movimenta em grande parte a economia regional, pois o turismo passa a oferecer uma atividade econômica nova, diferente e diversificada para o Pataxó de Coroa Vermelha.

A pesquisa de Grunewald (1999) foi realizada num momento em que Coroa Vermelha já era consolidada enquanto ponto turístico, com fluxo considerável de visitantes. O autor evidencia que Coroa Vermelha é visitada basicamente por turistas, e traz uma informação que vai contribuir para esclarecer algumas mudanças enfrentadas pelos membros dessa aldeia: os Pataxós da Coroa Vermelha vivem quase que exclusivamente da venda de artesanato para turistas.

Destaca-se duas expressões na afirmação do autor: *artesanato* e *turistas*. Os turistas constituem-se como uma espécie de gatilho deflagrador para mudanças bruscas na estrutura econômica do Pataxó de Coroa Vermelha, não apenas com o fortalecimento da produção de artesanato, mas também de outras atividades e ocupações que serão a base de sustento para os membros dessa aldeia.

No caso do artesanato é importante lembrar que, na pesquisa de Carvalho

(1977), a autora evidencia que era muito pequena (6% apenas) a parcela dos Pataxó de Barra Velha que tinham o artesanato com atividade principal, embora uma parte dos indígenas tivesse o artesanato como atividade secundária, dedicando-se maior tempo à agricultura. Observa-se que essa alteração nas atividades econômicas dos Pataxós se deve à mudança do local (de Barra Velha para Coroa Vermelha).

Grünewald (1999) afirma que o artesanato nem sempre foi confeccionado para fins comerciais. O autor esclarece que, inicialmente, a produção de artesanato era para atender as demandas familiares e domésticas da aldeia, apenas após o fortalecimento da atividade turística na região que essa produção passa a ser empreendida com o objetivo de promover a comercialização. Ele argumenta que

A idéia de trabalho aplicada ao artesanato parece ter se iniciado somente quando se começou a fazer as peças com a finalidade de troca – atividade que hoje é a base da economia de muitos Pataxó, em especial da Coroa Vermelha onde “a roça do índio é o artesanato” movimentado pelo turismo (Grünewald, 1999, p. 212).

O trabalho de Grünewald não trata de outras atividades econômicas, tal como o fez Carvalho. Agricultura e pesca não são abordadas e a questão do comércio é restrita ao artesanato, apesar de o autor reconhecer que os índios Pataxó sempre foram comerciantes, sempre fizeram longas caminhadas quando trocavam produtos (piaçava, cera, peixe salgado, farinha, mel etc) entre si, ou seja, entre os próprios pataxós, mas também com outros grupos.

Miranda (2009) traz em seu trabalho pertinente relato sobre a exploração do artesanato como principal atividade econômica desenvolvida pelos Pataxó da Terra Indígena (TI) de Coroa Vermelha. Segundo a autora, a própria criação da TI, na década de 1970, teve como motivação principal o mercado de artesanato, que se apresentou, à época, como alternativa para a subsistência de inúmeras famílias indígenas no extremo-sul da Bahia.

Historicamente, a Coroa Vermelha foi o local onde Frei Henrique Soares de Coimbra realizou, a pedido do capitão-mor, a primeira missa em terra firme. A TI de Coroa Vermelha foi constituída exatamente nesse local, tornando-se uma forte atração turística, com um apelo histórico relevante, que liga o mercado de artesanato indígena – assim como toda a comunidade de Coroa Vermelha – à atividade turística, mostrando que estão fortemente entrelaçados e nutrindo-se da particular força

simbólica do marco histórico (MIRANDA, 2009).

Sobre a força do turismo em Coroa Vermelha e o comércio de artesanato indígena, a autora reconhece que:

Em termos econômicos, devido à intensa atividade turística que em seu território se desenvolve, é para ela que aflui grande parte da produção artesanal (em madeira) realizada pelas comunidades do entorno do Monte Pascoal, tanto de produtos finalizados, quanto de peças semi-prontas para acabamento (polimento) (MIRANDA, 2009, p. 36).

Nesse contexto, segundo o Instituto Tribo Jovem (ITJ) (2011) das aldeias pesquisadas, os Pataxó contemporâneos têm suas principais atividades econômicas baseadas na venda de artesanato indígena, no investimento no etnoturismo e em atividades de subsistência, como pesca, mariscagem e roçado.

O ITJ reconhece que atividades de pesca, mariscagem (extração) e roçado (agricultura de baixa intensidade) são atividades de subsistência, ou seja, quase nunca evidenciam um viés econômico-comercial e, sim, são utilizados para garantir o sustento da família.

Além do artesanato indígena, tradicionalmente produzido com madeira, alguns indígenas dedicam-se ao comércio de outros artigos ou artesanatos produzidos por não índios. Particularmente, a aldeia de Coroa Vermelha também investe na venda de produtos de praia e produtos associados à cultura nordestina (cangas, rendas, redes, cerâmicas etc), além do comércio em geral (ITJ, 2011).

Entre os autores que trataram das atividades econômicas desenvolvidas pelos Pataxó da TI de Coroa Vermelha, o ITJ (2011) anuncia novo dado informacional: além das atividades já mencionadas, é comum que, no período de maior movimentação turística, algumas pessoas trabalhem na rede de serviços, como hotéis e barracas de praia nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.

Aqui tem-se que alguns Pataxó vendem sua força de trabalho para empresas que exploram a atividade turística na região, com destaque para o período de maior movimentação (alta estação, verão), momento em que a demanda por mão de obra cresce e a possibilidade de emprego e ganho torna-se viável e mais intensa.

Rego (2012) também confirma a vocação da TI de Coroa Vermelha para a atividade turística e a força de representação do artesanato indígena para o povo

Pataxó, quando diz que Coroa Vermelha surgiu e cresceu através do comércio de artesanato voltado ao turismo, atividade esta que se tornaria elemento fundamental na caracterização étnico-identitária do grupo.

Em seu trabalho intitulado “O Índio não gosta de ficar cativo - Trabalho e Tradição nas Atividades Econômicas dos Pataxo da Aldeia de Coroa Vermelha”, Neves (2015) apresenta resultado de pesquisa empírica realizada na TI de Coroa Vermelha, onde entrevistou 31 grupos domésticos (famílias). A referida pesquisa trouxe uma abordagem das “[...] modificações nas representações sobre a tradição e as atividades econômicas, compreendendo-as como ligadas aos fluxos econômicos da atividade econômica que se tornou mais relevante, o turismo” (NEVES, 2015, p. 132). Ao tratar sobre o intenso fluxo de turistas que visitam Coroa Vermelha, ele também afirma que

Desde os anos 1970, em decorrência de melhorias significativas na malha rodoviária brasileira na porção costeira da região Nordeste, sobretudo a conclusão de trechos das rodovias BR 101 e 367, os índios da aldeia de Coroa Vermelha habituaram-se a receber crescente afluência de turistas em seu território (NEVES, 2015, p. 132).

Neves (2015), e outros autores já mencionados aqui, caracterizam a TI de Coroa Vermelha como sendo um ponto turístico com potencial para o comércio de artesanato e outras mercadorias, além de serviços que são oferecidos para os turistas, tais como barraca de praia, passeio de barco, caiaque e bicicleta. É a região altamente turistificada e, embora existam ali residências, é principalmente ocupada por lojas de artesanato e outras edificações consideradas fundamentalmente turísticas (NEVES, 2015). De acordo com esse autor,

Todo o empreendimento de análise está fortemente ligado à questão da atividade turística. Em última instância, o turismo acaba por ser, na região, o responsável por fluxos humanos que precipitam modificações que já vinham se dando por outros meios, mas que encontram na atividade turística resposta econômica fundamental (NEVES, 2015, p. 132).

Conforme o entendimento de Neves (2015), os Pataxó, em seu processo de afirmação, enfrentaram desorganização de seus costumes e tradições, inclusive no que diz respeito ao saber fazer, dada a mistura com outras etnias, até reconfigurar e

chegar ao que existe atualmente. Tal reconfiguração atingiu a produção do artesanato local, que uma vez exercida para subsistência, passa a ter um foco comercial em virtude do turismo.

Em sua pesquisa, Neves (2015) dá maior ênfase a três atividades praticadas pelos Pataxó de Coroa Vermelha: Agricultura, pesca e produção doméstica do artesanato. E daí surge o título do trabalho de Neves: “*O Índio não gosta de ficar cativo*”. Os indígenas preferem as atividades que proporcionem autonomia e flexibilidade no tocante à escolha dos horários de trabalho e do ritmo da produção (NEVES, 2015).

As análises de Carvalho e de Neves explicitam que alguns indígenas desenvolvem duas atividades econômicas. Os referidos autores citam o caso de famílias que pescam, mas também produzem e comercializam artesanato. Neves, por sua vez, deixa evidente que as atividades de pesca, não estão entre as mais produtivas para os Pataxó de Coroa Vermelha. Ele esclarece, ainda, que

A atual geração, embora tenha sido beneficiada pela facilidade de acesso a escola, tendo escola própria na aldeia, melhor alimentação, serviços de saúde e um conjunto de outros benefícios ligados a idéia de qualidade de vida, não tem interesse pelo trabalho e, portanto, não cultiva as tradições indígenas (NEVES, 2015, p. 136).

O acesso à educação na própria aldeia, com a Escola Indígena, e o acesso de alguns indígenas à universidade, além dos mais jovens optarem por trabalhar com o turismo, justifica a afirmação do autor.

Sobre a agricultura, Neves (2015) reconhece que nenhuma das famílias entrevistadas afirmou ter como atividade principal a agricultura. E ratifica que na Coroa Vermelha atual, “a roça” não está entre as atividades mais importantes, mesmo estando ligada ao turismo.

Com relação à produção e comercialização de artesanato, Neves afirma que a grande maioria das famílias pesquisadas descreveu como principal atividade econômica o artesanato.

Dos 31 (Trinta e um) GD’s que participaram do primeiro levantamento, 24 (Vinte e quatro) descreveram como principal atividade econômica o artesanato, ao passo que, tal como visto, os 7 (sete) restantes caracterizaram como sendo a pesca, nenhum identificando a roça como atividade principal (NEVES, 2015, p. 139).

A pesquisa desvela que o turismo passou a influenciar de tal forma a vida dos indígenas de Coroa vermelha que os próprios costumes e tradições precisaram ser reconfigurados para adaptar-se a essa nova realidade.

3.3 Nossa Experiência

Trazer aqui nosso olhar sobre as atividades econômicas praticadas pelos Pataxós da Terra Indígena de Coroa Vermelha, funda-se na perspectiva de compreensão das transformações dos arranjos de subsistência e da economia territorial. Esta se configura como uma ação dialógica e uma reflexão a partir dos anos de experiência de vida junto aos Pataxó e contatos com as aldeias indígenas, quando tivemos a oportunidade de vivenciar e acompanhar a comunidade e o desenrolar de muitos momentos importantes na história indígena naquela localidade. Nesse processo de vida percebemos que a cultura e seus processos originam-se sob circunstâncias definidas na relação histórica específica, portanto não é uma produção acidental, diria Paul Willis (1991). Entretanto, o reconhecimento da determinação não descarta a criatividade, que, por sua vez, não está em nenhum ato individual, e sim na lógica do grupo social, portanto na comunidade.

Das atividades elencadas por Carvalho em 1977, até a pesquisa de Neves em 2015, muita coisa aconteceu e foi modificada nesse intervalo de tempo. A agricultura definitivamente não é mais a atividade principal dos Pataxó. Essa atividade é, na contemporaneidade, praticada por uma parcela pequena dos indígenas de Coroa Vermelha, que corresponde à geração dos indivíduos mais velhos. A pesca é outra atividade atualmente insipiente entre os membros da comunidade; pouco se faz da pesca artesanal com objetivo de suprir as necessidades. E menos ainda da pesca como atividade econômica.

O artesanato se constitui como um trabalho muito influente entre os que desenvolvem uma atividade econômica. Vale destacar que dos artesanatos comercializados no comércio indígena, nas praias, feiras e eventos tanto na região como em eventos pelo Brasil, um percentual é produzido por pessoas externas a aldeia. Colares e adereços são produzidos por membros da comunidade estudada.

Porém, artesanatos de madeira e outros materiais são produzidos por indígenas de diferentes aldeias e também por não índios.

O comércio é a atividade econômica mais forte e intensa praticada pelos Pataxós. Não apenas artesanato, mas uma diversidade muito grande de produtos é comercializada pelos indígenas de Coroa Vermelha. Esse comércio migrou do artesanato para outros produtos e serviços. Chamamos de “serviços de praia” aqueles que surgiram e contribuem para a renda indígena. As barracas de praia oferecem comida e bebida diversificada. Algumas dessas barracas são arrendadas para não índios que querem manter comércio na área da Terra Indígena de Coroa Vermelha.

Aluguel de caiaque, bicicleta e passeio de cavalo são serviços que complementam o leque de opções das atividades oferecidas para os indígenas e desempenhadas por eles. Além das lojas no shopping indígena, muitos indígenas construíram suas lojas em seus terrenos e estabeleceram comércio. Existem aqueles que arrendam as lojas e vivem dessa renda.

Com a demanda por mão de obra no setor hoteleiro e nas barracas de praia em Porto Seguro e região, alguns indígenas optaram por trabalhar em hotéis, pousadas e barracas de praia. Esses exercem funções como garçom, camareira, cozinheiro, segurança entre outras. Existem indígenas trabalhando como pedreiros e como ajudantes de pedreiros.

Muitos indígenas, a partir do acesso às universidades, ingressaram no setor da educação. Além do curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena, oferecido por instituições como a Universidade do Estado da Bahia e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia e Universidade Federal de Minas Gerais, existem outros cursos preferidos pelos indígenas.

Além da Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, que emprega muitos indígenas, nas diversas funções (professor indígena, secretário escolar, segurança, merendeira, serviço geral e etc), também existe a escola situada na Reserva Indígena da Jaqueira, que emprega indígenas nas funções mencionadas. A cultura localizada se configura como parte da cultura geral, fornecendo um conjunto de critérios, oficiais e não oficiais pelos quais se pode refletir qual situação de trabalho e serviços é ou se torna mais necessária e relevante para a comunidade.

Enfim, pode-se afirmar que as atividades econômicas praticadas pelos Pataxós de Coroa Vermelha estão concentradas no turismo e atividades associadas a essa área, cujo foco principal recai sobre o artesanato, comércio e prestação de serviços

em empresas que exploram o turismo na região. Essa realidade nos remete a questões sobre o pertencimento étnico-ético e cultural-histórico, cujo conhecimento: não é um objeto dado a ser criado exterior a um contexto, comprado, possuído ou vendido como um equipamento de produção, uma máquina, ou mesmo um imóvel, ou, pelo menos, não deveria ser (SOUSA; SANTOS, 2012, p. 27).

Todos esses aspectos nos fazem refletir, promovendo um diálogo com autores como NEVES (2015), REGO (2012) e GRÜNEWALD (1999), visando compreender que toda essa dinâmica ocorrida nas atividades econômicas praticadas pelos Pataxós provocou alterações também em seus costumes, tradições e significações desse povo, de forma histórica, no sentido da luta pelo reconhecimento da alteridade e indissociabilidade territorial e cultural.

4 A PLURIATIVIDADE NO CONTEXTO DA COMUNIDADE INDÍGENA PATAXÓ DE COROA VERMELHA

No capítulo anterior, intitulado “*Trabalho e economia na perspectiva da comunidade indígena pataxó de coroa vermelha*”, a abordagem feita apresentou o

estudo sobre as atividades praticadas por essa comunidade, na perspectiva de ampliação das opções de trabalho e obtenção de renda. A pesquisa supracitada apresentou um levantamento, a partir de estudos realizados anteriormente e que muito ajudaram no entendimento na mudança ocorrida nas atividades empreendidas pelos membros da comunidade estudada, visando seu sustento.

Foi apresentado o trabalho de Carvalho (1977), que estudou as atividades desenvolvidas para provimento de sustento pelos índios de Barra Velha, aldeia mãe da comunidade indígena de Coroa Vermelha. Em seu trabalho, Carvalho apresenta os níveis ocupacionais polares que configuram a estrutura ocupacional da Aldeia de Barra Velha, que são: 1) Agricultura; 2) Pesca; 3) Artesanato; 4) Comércio. Conforme destacado anteriormente, este trabalho teve importância singular para a nossa pesquisa por alguns motivos bem pontuais e específicos: o primeiro porque conhecer as atividades praticadas na “aldeia mãe” – aldeia de Coroa Vermelha, originária de Barra Velha – ajudou a entender as que são atualmente praticadas em Coroa Vermelha; segundo porque isso permitiu diagnosticar as mudanças, evoluções e inovações com relação às atividades praticadas em Barra Velha.

Analisando pesquisas realizadas entre 1977 e 2015, foi possível constatar mudanças na estrutura ocupacional da comunidade indígena, sendo que algumas das atividades quase deixaram de existir e outras ganharam maior importância no que tange à obtenção de renda para os Pataxós de Coroa Vermelha.

Durante a realização da pesquisa, dois termos chamaram bastante atenção, a saber: pluriatividade e plurirrendimentos. Inicialmente, é importante destacar que o termo “pluriatividade” foi e é muito utilizado na agricultura, mais especificamente na agricultura familiar. Pluriatividade é o termo usado por estudiosos para descrever a situação em que, em uma unidade familiar agrícola, as atividades desenvolvidas não são totalmente empreendidas na agropecuária. São as situações em que parcela crescente dos agricultores dedica apenas uma parte de sua jornada de trabalho às atividades agrícolas (ESCHER *et al*, 2014, p. 645).

Plurirrendimentos é o termo utilizado para explicar as diferentes formas de receitas que constituem a renda total do núcleo familiar. Pode ser entendido como sendo a acumulação das receitas e renda provenientes de várias atividades. Cruz (2019, p. 2) afirma que as famílias camponesas tornaram a exercer “pluriatividades” com plurirrendimentos, transformando o campo num espaço “multifuncional” com valor patrimonial.

Antes de continuar falando sobre os termos mencionados, será feita uma ressalva com o objetivo de associar o uso desses termos com o estudo da comunidade indígena Pataxó de Coroa Vermelha. Conforme já mencionado, ambos os termos são oriundos de estudos e pesquisas sobre a agricultura familiar.

Já foi apresentado que os Pataxós, quando viviam na Aldeia Mãe (Barra Velha), tinham como principal fonte de renda a agricultura e a pesca, em menor proporção. Totalmente na dependência de recursos extraídos do ambiente, e, só ocasionalmente, pelo trabalho assalariado fora dos limites da reserva (CARVALHO, 1977, 136). Também foram apresentadas as atividades que atualmente geram receitas para as famílias Pataxós de Coroa Vermelha, sendo que o turismo na região influencia e impulsiona as atividades que produzem receitas e rendas para as famílias da comunidade. Segundo Miranda (1999, p. 15), trata-se de uma aldeia urbana cuja principal fonte de renda é oriunda do comércio de artesanato e do “turismo étnico”, sendo, inclusive, projetada para a visitação turística.

Para isso serão usados os termos “pluriatividade” e “plurirendimentos” para apresentar a realidade sócio-econômica na qual está inserida a comunidade estudada. Como se sabe, já apresentado nesse trabalho, essa comunidade conheceu mudanças estruturais que estão alterando várias de suas características históricas, socioeconômicas e espaciais (ESCHER *et al*, 2014, p. 645).

O fato de estudar as diferentes atividades praticadas pelos Pataxós visando sua subsistência, bem como qual dessas atividades possuía maior peso na obtenção de renda e ocupação dos indígenas, buscou-se entender o conceito de “Pluriatividade” e como esse conceito possibilitaria o entendimento da dinâmica ocorrida na estrutura ocupacional da comunidade estudada. Nas palavras de Neves (2015, p. 132), os Pataxó passaram por diversos processos de dominação interétnica que levaram a desestabilização de costumes e tradições locais e sua conseqüente reconfiguração à luz tanto da cosmologia indígena quanto das injunções do novo contexto social.

Existem razões evidentes para transitar-se pela ceara da pluriatividade, com relação à comunidade estudada, pois foi possível identificar que os membros da comunidade indígena Pataxó de Coroa Vermelha dispõem de algumas atividades ocupacionais e geradoras de renda, dentre as quais destacam-se a agricultura, a pesca, o artesanato e o comércio, além do trabalho assalariado. Além disso, o conceito de pluriatividade envolve a prática de mais de uma atividade por uma família ou mesmo de um dos membros dessa família.

Para além das perspectivas anteriormente expostas, justifica-se o uso do conceito de pluriatividade por outro motivo importante: a comunidade indígena tem como atividade econômica original, a agricultura. O vínculo do índio com a terra pode ser considerado como a relação econômica fundamental, dependendo dessa relação primeira todo o equilíbrio do seu sistema (CARVALHO, 1977, p. 138).

A pesquisa de Carvalho (1977) comprova que a principal atividade desenvolvida pelos Pataxós da aldeia “mãe” Barra Velha era a agricultura. Além disso, a autora atesta também que a pesca, o artesanato e o comércio eram atividades complementares, sendo o artesanato produzido mais para atender as necessidades internas e o comércio, por sua vez, incipiente. Nas pesquisas realizadas por Rego (2012) e Neves (2015) sobre os Pataxó de Coroa Vermelha, ambos constataram que as principais atividades praticadas pela comunidade eram o artesanato e o comércio.

Conforme se evidenciou no capítulo anterior, a realidade ambiental que envolve a comunidade de Coroa Vermelha é diferente da realidade vivida pelos Pataxó de Barra Velha. Os fatores sociais e econômicos influenciaram fortemente a combinação das atividades ocupacionais e de obtenção de renda dos membros da comunidade de Coroa Vermelha. Neves (2015) reconhece que, em última instância, o turismo acaba por ser, na região, o responsável por fluxos humanos que precipitam modificações que já vinham se dando por outros meios, mas que encontram na atividade turística resposta econômica fundamental.

O objetivo desse capítulo é apresentar estudos sobre a dinâmica da estrutura ocupacional e de obtenção de renda da comunidade Pataxó de Coroa Vermelha, a partir do conceito da pluriatividade. Seria a comunidade Pataxó de Coroa Vermelha pluriativa? Pode-se considerar que a pluriatividade, da perspectiva e realidade da comunidade Pataxó de Coroa Vermelha, foi determinante para sua sobrevivência? Até que ponto a pluriatividade alterou o modo de ser, contribuindo para a perda de identidade da comunidade estudada? Para tentar responder tais questionamentos, fez-se uma breve imersão na literatura disponível sobre a temática.

Conforme já mencionado, para melhor entender a combinação entre atividades praticadas pela comunidade Pataxó de Coroa Vermelha, que são formas complementares de trabalho e renda, disponíveis para os membros dessa comunidade, buscou-se o suporte no conceito da “*pluriatividade*”. As razões para isso também já foram apresentadas. Assim sendo, vamos ao conceito e entendimento sobre a pluriatividade.

4.1 CONCEITOS DE PLURIATIVIDADE

Sobre a temática em questão, os trabalhos de Sérgio Schneider foram os primeiros a serem pesquisados para esta tese. Foi a partir do trabalho de Schneider que se tomou conhecimento sobre a pluriatividade e buscou-se o aporte teórico de autores e produções acadêmicas para ampliar o conhecimento com relação à temática e fundamentar essa pesquisa.

Inicia-se esse arcabouço conceitual com um trabalho desenvolvido pelo pesquisador Luciano Zanetti Pessoa Candioto, intitulado “*Pluriatividade: aspectos históricos e conceituais*”. Buscando definir pluriatividade, Candioto (2007) afirma que esta se encontra associada à agricultura familiar, pois o fundamento da pluriatividade reside, primeiramente, na existência de uma ou mais atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade, combinada com uma ou mais atividades não agrícolas, desenvolvidas dentro ou fora da propriedade.

Essa definição é objetiva quanto ao entendimento sobre as diversas atividades empreendidas pela comunidade para composição dos rendimentos das famílias. Não é bastante lembrar que a comunidade estudada teve, em determinado momento de sua história, a agricultura como principal atividade. Tal afirmativa encontra respaldo em Carvalho (1977, 149) que admite: agricultura e pesca podem ser considerados, juntamente com o artesanato, como aqueles mais importantes na estrutura atual.

Uma série de fatores, combinados, contribuiu para mudanças na estrutura social e econômica da comunidade, o que já foi discutido anteriormente. Atualmente, a principal atividade desenvolvida pela comunidade é o comércio, muito influenciado pelo forte apelo turístico da região onde está situada a aldeia Pataxó de Coroa Vermelha. De uma maneira geral, os índios de todas as aldeias Pataxó do Extremo Sul Baiano estão, de algum modo, ligados ao turismo, uma vez que este movimenta em grande parte a economia regional (GRÜNEWALD, 1999, p. 275).

Certamente que a exploração da atividade turística foi um dos fatores que contribuíram para a mudança das atividades da comunidade, mesmo porque o turismo oportunizou o comércio além de outras atividades diretamente ligas ao setor. Tal situação foi tencionada, fazendo com que as famílias indígenas tivessem que buscar as opções de atividades disponíveis, auferindo rendimentos para sua subsistência.

Assim, muitas vezes, a adoção da pluriatividade, em suas diversas formas, apresenta-se como uma das poucas oportunidades de ampliação da renda da família, e até de sobrevivência da mesma (CANDIOTTO, 2007, p. 200).

Em sua pesquisa, Candiotto aduz que o mix de atividades disponíveis no mercado, como opção de obtenção de renda, podem estar em qualquer dos setores da economia. Tais atividades não agrícolas podem estar vinculadas à indústria, comércio ou serviços públicos e privados, e são realizadas tanto em áreas consideradas rurais, como também nas urbanas (CANDIOTTO, 2007, p. 192).

O conceito de pluriatividade apresentado por Candiotto é compartilhado por outro autor, o qual possui várias pesquisas e trabalhos sobre essa temática. Sergio Schneider está entre os autores mais citados nas publicações sobre o tema em questão. Segundo Schneider (2009), enquanto não se configurar uma situação que implique na combinação de diferentes atividades com a agricultura, não se pode falar em pluriatividade.

Aqui, claramente, Schneider concorda com Candiotto que a Pluriatividade consiste na prática de outras atividades que proporcionem rendimentos, combinadas com a atividade agropecuária. Mas esse não é o único ponto de concordância entre os autores. Schneider também afirma que a busca por outras atividades econômicas é desencadeada por mudanças e pressões enfrentadas pela comunidade, no tocante a obtenção de renda para seu sustento, conforme segue:

A pluriatividade também está relacionada ao repertório cada vez mais complexo de respostas dos agricultores aos contextos em que vivem e às situações adversas que enfrentam, notadamente em face dos problemas advindos de sua crescente vulnerabilidade e perda de autonomia (SCHNEIDER, 2009, p. 24-25)

Para Schneider, os membros da comunidade buscam outras ocupações como forma de renda, quando reconhece o seguinte:

Trabalhos mostraram que em algumas regiões e contextos sociais específicos, os membros das famílias rurais eram levados a buscar algum tipo de trabalho e/ou obtenção de renda, geralmente em tempo parcial, fora das suas propriedades rurais, configurando-se a dupla ocupação (SCHNEIDER, 2009, p. 01).

Schneider (2009) entende que a pluriatividade ocorre no meio rural referindo-

se a um fenômeno que pressupõem a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura. Para o autor, a pluriatividade fundamenta-se em três variáveis: combinação de atividades, formas complementares de trabalho e renda e dupla atividade.

As pesquisas de Schneider sobre pluriatividade continuaram e, em 2014, juntamente com outros pesquisadores, ele publica um novo trabalho usando como fonte de pesquisa a base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principalmente das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD's). Nesse novo trabalho, os autores afirmam que a pluriatividade é a interação entre atividades agrícolas, para-agrícolas e não agrícolas e a sua combinação no âmbito da família com seus membros residentes em um estabelecimento agropecuário (ESCHER *et al*, 2014, p. 648).

Esses autores também reconhecem que a pluriatividade surge a partir da realidade socioeconômica do ambiente onde as famílias estão inseridas, bem como da necessidade de proverem sustento para manutenção das mesmas.

A noção de pluriatividade surgiu sendo evocada para compreender as formas através das quais as explorações de caráter familiar reagem diante das adversidades do ambiente social e econômico em que se acham inseridas, bem como das pressões internas decorrentes da necessidade de assegurar o atendimento das necessidades materiais do núcleo familiar (ESCHER *et al*, 2014, p. 650).

Certamente, pode-se afirmar que a pluriatividade está relacionada com a renda das famílias (da agricultura), rendimentos esses oriundos de atividades não agrícolas, desenvolvidas pelo chefe da família ou qualquer outro membro dessa. Isso porque as pesquisas sobre a pluriatividade visam, apenas, conhecer e analisar as atividades desenvolvidas pelos núcleos familiares da agricultura, tais pesquisas estudam outras variáveis imprescindíveis para compreensão do tema. Os estudos em torno do tema da pluriatividade envolvem também a análise das ocupações agrícolas e não agrícolas, das fontes de renda e receita, das dinâmicas dos mercados de trabalho, das economias locais e do desenvolvimento territorial.

Escher *et. al*, (2014) afirmam que, em havendo pluriatividade, também existem plurirrendimentos ou, pelo menos, pluri ou múltiplas fontes de ingresso. Atualmente existe, entre os teóricos, a discussão se a pluriatividade é restrita a agricultura familiar, bem como se as atividades não agrícolas levadas em consideração são apenas as

praticadas dentro da propriedade agrícola. Isso não é objeto dessa pesquisa, assim sendo, tal debate não será desenvolvido aqui.

Esse entendimento de que a pluriatividade está relacionada com múltiplas atividades e múltiplos rendimentos, contribuindo para a formação da renda das famílias, é consenso entre pesquisadores e notório nos trabalhos publicados. Rocha, Vinhaes e Hespanhol (2019:7788) reconhecem que a busca da obtenção de rendas fora da agricultura e a combinação de diferentes tipos de rendas e atividades (agrícolas e não-agrícolas) reforçam o caráter múltiplo e plural das famílias rurais.

Nunca é bastante lembrar que a multiplicidade de atividade e renda está diretamente relacionada com as mudanças socioeconômicas, as quais afetam a vida das famílias agrícolas e, nesse caso, da comunidade indígena estudada. A pluriatividade aparece como um dos elementos importantes para o entendimento das transformações verificadas no espaço rural e nas relações estabelecidas entre o campo e a cidade (Rocha, Vinhaes e Hespanhol, 2019, p. 7788).

Souza (2003, *apud* Rocha, Vinhaes e Hespanhol, 2019) aduz que o que realmente está ocorrendo é a diminuição dos empregos no setor agrícola e o crescimento dos empregos assalariados não-agrícolas.

No tocante ao conceito de pluriatividade, os referidos autores afirmam que

A pluriatividade pode ser entendida como uma forma de estratégia que foi resultado de escolhas e decisões realizadas pelos indivíduos de uma família perante as pressões econômicas e sociais que a agropecuária, principalmente em regime familiar, sofre diante da realidade a que foi imposta pelo mercado econômico existente. (ROCHA, VINHAES E HESPANHOL, 2019, p. 7790-7791).

A estratégia a que se referem os autores diz respeito às escolhas feitas pelas famílias, às ações empreendidas por essas famílias para superar as pressões econômicas e sociais enfrentadas e à busca por atividades distintas que contribuam para a constituição da renda familiar, a qual permitirá a subsistência destas famílias. Para ratificar tal afirmação, os autores supracitados dizem que

A pluriatividade constitui-se num fenômeno em que, os rendimentos são obtidos por meio do desenvolvimento de diferentes atividades, tanto no “interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração” (SACCO DOS ANJOS, 2003:90 citado por ROCHA, VINHAES E HESPANHOL, 2019, p. 7788).

4.2 PLURIATIVIDADE: TIPOS E CONTEXTO DE ADAPTAÇÕES

O Infopédia (Dicionário Porto Editora) (2020) define pluriatividade como sendo a prática de diversas atividades remuneradas e ligadas a setores econômicos diferentes, pela mesma pessoa. Comparando essa definição com as apresentadas nos conceitos dos autores citados no tópico anterior, percebe-se a ausência de referências a agricultura familiar e ao meio agrícola. Isso por que não existe um único modelo de pluriatividade, sendo esse um conceito dinâmico e flexível. Foram Escher *et al* (2014:648) quem reconheceram que não existe um único tipo de pluriatividade e que sua variação decorre dos próprios fatores que estimulam o seu aparecimento.

A evolução dos estudos sobre a pluriatividade permite identificar que os autores não reconhecem a mesma como ocorrendo apenas no âmbito da agricultura e sim nos diferentes setores da economia, dependendo da comunidade estudada, do ambiente em que esta esteja inserida e do contexto econômico enfrentado. Assim sendo, podemos afirmar que não existe apenas um tipo de pluriatividade, e foi exatamente essa característica que despertou nossa atenção nos estudos das atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade indígena Pataxó de Coroa Vermelha. Em geral, são atividades cuja realização ocorre em outros setores ou ramos da economia, sendo os mais tradicionais a indústria, o comércio e os serviços (ESCHER *et al*, 2014).

É importante lembrar que a pluriatividade pode ser de um indivíduo isoladamente ou dos membros de uma família; portanto, para ser considerada pluriativa, uma unidade de exploração familiar deve ter algum membro da família envolvido em atividades não agrícolas, e ao mesmo tempo, manter o trabalho agrícola (CANDIOTTO, 2007). Esse pensamento de Candiotto é reforçado pelo estudo de Schneider (2009) o qual aduz que se pode falar da pluriatividade de uma pessoa, quando esta exerce mais de uma atividade, ou da pluriatividade de uma família ou ainda de parte dos membros que integram a família.

Escher *et al* (2014) reconhecem que existem algumas condicionantes que nos permitem afirmar não existir um único tipo de pluriatividade e que sua variação decorre dos próprios fatores que estimulam o seu aparecimento. Essa afirmativa está

embasada no estudo publicado por Schneider, tendo esse autor feito a seguinte afirmação:

Os indivíduos que formam uma família podem optar entre combinar duas ou mais ocupações (assumindo a condição de pluriativos) ou escolher pela troca de ocupação, deixando o trabalho agrícola e passando a ocupar-se exclusivamente em atividades não-agrícolas, mesmo sem deixar de residir no meio rural (SCHNEIDER, 2009, p. 03).

Sabe-se que a comunidade estudada não pode ser considerada agrícola. Já foram apresentados argumentos que classificam a comunidade indígena de Coroa Vermelha como sendo uma aldeia urbana, que tem no comércio sua principal fonte de renda. Conforme já mencionado, os casos de membros da comunidade que ainda desenvolvem atividades agrícolas são raros, sendo que a agricultura não proporciona rendimentos para as famílias da comunidade. Os rendimentos das famílias Pataxós de Coroa Vermelha provem, principalmente, do comércio de artesanato, influenciado pela atividade turística na região. Basicamente, as roças são plantadas com o intuito de atender as necessidades da subsistência nos períodos em que, eventualmente, o artesanato não seja suficiente (NEVES, 2015).

Os autores Escher *et al* (2014) falam sobre dois tipos de pluriatividade: a primeira é a pluriatividade intersetorial, decorrente do crescente processo de encadeamento e articulação da agricultura com os demais setores da economia; a segunda é a pluriatividade agrária, que ocorre a partir da combinação de diversas atividades dentro do próprio setor agropecuário e ligadas à sua dinâmica.

Deduz-se daí que a tipologia da pluriatividade vai variar conforme a composição das famílias estudadas, de quantos membros compõe o núcleo familiar. Porém, para ser considerada pluriativa, todos os membros da família devem desenvolver alguma atividade diferente da agrícola, ou mesmo que um único membro dessa unidade familiar obtenha rendimento com atividade não-agrícola. Os autores Rocha, Vinhaes e Hespanhol fazem a seguinte afirmação sobre a caracterização da pluriatividade:

Deste modo, o que vai caracterizar a família como sendo pluriativa ou não, são: as atividades para-agrícolas (processamento de alimentos, agregação de valor, produção de vinho etc.); as atividades desenvolvidas na própria unidade sem vínculos agrícolas (chácaras de lazer, pesque-pague, artesanato etc.); e, os trabalhos externos (empregos em diversos setores da economia, como indústria, comércio, prestação de serviço etc.) (2019, p. 7789).

É importante lembrar que o estudo da pluriatividade envolve bem mais que as atividades desenvolvidas por uma família ou um dos membros dessa. A pluriatividade envolve também a análise das ocupações agrícolas e não agrícolas, das fontes de renda e receita, das dinâmicas dos mercados de trabalho, das economias locais e do desenvolvimento territorial (ESCHER *et al*, 2014).

Schneider (2009) reconhece que a pluriatividade surge a partir das transformações dos mercados de trabalho e das alterações do perfil sócio-profissional e identitário das famílias.

A pluriatividade está diretamente associada às transformações econômicas e, conseqüentemente, sociais ocorridas mundialmente. Essas transformações vão do nível mundial para o local, ocorrendo no Brasil e suas diferentes regiões. A pluriatividade resulta da interação do agricultor familiar com o circuito mercantil e com o ambiente social e econômico externo e dessa interação com as características sociais prévias existentes no território (ROCHA, 2016).

É exatamente a realidade da comunidade estudada, fortemente afetada pelas mudanças na economia local, mudanças essas influenciadas pelo turismo, o que culminou em mudanças sociais e culturais abruptas. Sobre o contexto em que vivem as famílias, Moreira faz a seguinte observação:

Considera-se a pluriatividade um fenômeno que pode ocorrer tanto em áreas com forte potencial agrícola, como naquelas vinculadas ao turismo, à prestação de serviço ou à descentralização industrial, ou mesmo em áreas sem nenhuma dessas características, mas com expressivo processo de urbanização [...] (MOREIRA, 2007, p. 55).

A partir de levantamentos feitos, das observações realizadas nas visitas de campo e das conversas informais realizadas com membros da comunidade estudada, é possível afirmar que a pluriatividade foi uma opção encontrada pela comunidade Pataxó de Coroa Vermelha, para obter os rendimentos necessários à manutenção e sustento das famílias. Pode-se admitir que foi uma estratégia de adaptação e sobrevivência, visando superar as mudanças ocorridas na região, alterando, assim, o modo de vida da comunidade.

Conforme já mencionado, Coroa Vermelha é um dos pontos turísticos da Costa do Descobrimento, sendo que o grande número de turistas que visitam o local explica-

se pela presença da comunidade Pataxó residente na localidade. Segundo Moreira (2007) se a região tem um potencial turístico, agrícola ou industrial, os meios e mecanismos para a prática destas atividades serão distintos. A adoção de estratégias depende deste jogo de variáveis.

Tal afirmação contribui para o entendimento de que o ambiente no qual as famílias estão inseridas é determinante na promoção de mudanças que funcionam como gatilho deflagrador para ocorrência da pluriatividade. Sobre isso, Candiotto (2007) afirma que:

[...] as estratégias de cada família são fundamentais nas decisões em relação à incorporação de determinada técnica ou atividade. Porém, tais estratégias são profundamente influenciadas por oportunidades e ações provenientes de elementos externos à unidade familiar, seja na esfera da economia, cultura ou política (Candiotto, 2007, p. 199).

Porém, toda mudança possui um gatilho deflagrador e é precedida de uma necessidade de adaptação por parte dos que a enfrentam ou vivenciam. Esse gatilho deflagrador pode ser entendido como o motivo que levou a essa mudança, que no caso da pluriatividade é variado, segundo os autores que a estudam. Para Candiotto (2007), o motivo do surgimento da pluriatividade é o crescimento das atividades não agrícolas no meio rural, e das ocupações da população rural em atividades não agrícolas, seja na cidade ou no campo, vem modificando diversas unidades de produção e vida familiares.

Como os estudos iniciais sobre a pluriatividade tinham um foco, quase que exclusivo, na agricultura, mais especificamente na agricultura familiar, os motivos apresentados pelos autores para surgimento das múltiplas atividades empreendidas pelos autores da agropecuária, estão relacionados com os problemas enfrentados pela mesma. Esse pensamento segue na linha do trabalho de Moreira (2007), o qual reconhece que com o avanço da industrialização e urbanização, a migração rural-urbana dos filhos dos agricultores, a falta de política aos produtores familiares e as inúmeras dificuldades na agricultura foram elementos que afetaram a organização e a estrutura da família.

As ideias apresentadas por Moreira (2007) a respeito da pluriatividade são reforçadas pelos trabalhos de outros autores que, também, se dedicaram ao estudo do tema, dentre os quais pode-se mencionar Escher *et al* (2014), os quais afirmam que a agricultura brasileira conheceu mudanças estruturais que estão alterando várias

de suas características históricas, socioeconômicas e espaciais. Já Rocha (2016), falando sobre os motivos que levaram ao surgimento da pluriatividade, afirma que:

Com o acréscimo de que a diminuição da jornada de trabalho, favorecida pela incorporação das novas tecnologias, associada à busca pela reprodução e sobrevivência, por meio do trabalho em tempo parcial, possibilitou a liberação de membros da família ao exercício de outras atividades agrícolas, ou não, para o complemento da renda familiar [...] (Rocha, 2016, p. 66).

Certamente que tais fatores que contribuíram para o surgimento da pluriatividade exigiram das comunidades certa flexibilidade, visando adaptação para a nova realidade e desafio que o mercado de trabalho lhes apresentou. Boa parte das novas oportunidades de emprego e renda para as famílias rurais encontram-se nas atividades não agrícolas, haja vista a expansão destas para o espaço rural, e as dificuldades dos agricultores familiares em se manter somente com as atividades agrícolas (CANDIOTTO, 2007).

Falando sobre a terra indígena de Coroa Vermelha, Miranda (2009) reconhece que esta foi fundada em 1972, e teve como motivação principal o mercado de artesanato, que se apresentou, à época, como alternativa para a subsistência de inúmeras famílias indígenas no extremo-sul da Bahia. Nunca é demais lembrar que esse desafio de aventurar-se em atividades distintas daquelas já praticadas pelas famílias tinha como objetivo a busca por renda que possibilitasse o provimento de subsistência dessas famílias, uma vez que pluriatividade está diretamente relacionada com as rendas dessas famílias. Escher *et al* (2014) afirmam que a pluriatividade contribui para a diversificação das fontes de renda.

Já Condiotto, falando sobre as distintas fontes de renda e a estratégia das famílias buscando adaptação às novas oportunidades que o mercado de trabalho oferecia, faz a seguinte reflexão:

No sentido de adaptação às oportunidades que surgem nessa fase do capitalismo, a pluriatividade se constitui em um fenômeno importante e inevitável, pois além de diversificar as fontes de renda dos agricultores familiares, amplia suas relações capitalistas, inserindo-os em novos mercados e novas relações sociais (CANDIOTTO, 2007, p. 205).

A partir da leitura de alguns cientistas que se dedicaram a pesquisas sobre a pluriatividade, é possível diagnosticar que tal fenômeno surgiu em decorrência de

transformações ocorridas no meio rural. Pode-se afirmar que a pluriatividade desenvolveu-se devido à instabilidade no meio rural.

Como o fenômeno passou a ser estudado, como particularidade da agricultura familiar, é possível perceber que se trata de uma estratégia adotada pelos agricultores familiares, visando obter outras fontes de renda que trouxessem segurança para pagar suas dívidas, ou seja, pode-se tratar a pluriatividade como uma alternativa de mudança e como uma oportunidade de incrementar a renda na propriedade a partir dela.

A comunidade indígena Pataxó de Coroa Vermelha possui características próprias. Desde sua constituição, passando por sua exposição e interação com a comunidade não indígena, até as pressões sofridas pela atividade turística, ela se constitui como uma reserva indígena bem peculiar. É sabido que, em sua origem, quando da vivência na “aldeia mãe”, tinha forte ligação com a terra, em atividades que exploravam o ambiente natural no qual estavam inseridos.

A Costa do Descobrimento é, atualmente, uma das áreas turísticas mais visitadas do Brasil, tanto por suas belezas naturais como pelo aspecto histórico, sendo ali, o local tido como o da chegada dos portugueses em abril de 1500. Coroa Vermelha é reconhecida como o local onde foi celebrada a primeira missa em solo brasileiro, pelos ocupantes da esquadra de Cabral, constituindo-se assim, num marco histórico.

Não é possível afirmar se os primeiros Pataxós, vindos de Barra Velha, escolheram Coroa Vermelha para fixarem residência por suas características históricas e belezas naturais, mesmo porque, no início dos anos 1970, Coroa Vermelha ainda não era um ponto turístico que conseguia atrair tantos turistas como atualmente. É possível afirmar apenas que hoje é um dos pontos turísticos mais visitados da Costa do Descobrimento e que esse fenômeno influenciou demais o modo de ser da comunidade pesquisada.

Essa influência passa pela mudança nas atividades econômicas desenvolvidas pelos Pataxós, na busca por subsistência das famílias residentes na reserva de Coroa Vermelha. Tais atividades, também chamadas de atividades pluriativas ou pluriatividade, não podem ser consideradas como uma saída para momentos de crise como pensaram alguns autores, elas são permanentes e contribuem sobremaneira para a formação da renda das famílias.

É importante destacar que a pluriatividade é um fenômeno desencadeado a partir de relações e mudanças socioeconômicas, tendo como gatilho deflagrador a

realidade e cada grupo social específico, contudo, as atividades pluriativas não podem ser consideradas apenas como uma estratégia de diversificação das fontes de renda, mas um fenômeno socioeconômico que alteram as características sociais e econômicas de grupos sociais, não apenas da agricultura familiar.

5 Do crescimento e desenvolvimento econômico: uma releitura para falarmos de desenvolvimento local

O tema crescimento e desenvolvimento econômico definitivamente não é algo recente. Então, já que não é um tema novo, por que trabalhar com ele? Queremos esclarecer que nosso interesse pelo tema surge de nosso interesse pelas questões micro: microeconomia, micro e pequenas empresas. Outro fator que desperta nosso interesse é o fato de nosso país possuir dimensões continentais, com regiões possuindo características das mais diversas, seja nos aspectos sociais e econômicos, seja nos culturais e ambientais.

Viver em um país como o Brasil e perceber a discrepância socioeconômica existente entre suas diversas regiões despertou, sim, o interesse desta pesquisa em entender “*o porquê*” desse fenômeno e como equacionar essa indesejada situação.

O significado de crescimento, segundo o dicionário Aurélio Ferreira (2010), tem a ver com aumento; com algo em que há evolução, desenvolvimento, melhoria, avanço; porém, o termo crescimento possui várias vertentes e significados. Podemos falar em crescimento biológico, populacional, econômico. Nesse trabalho, falaremos sobre o crescimento econômico, que, segundo os autores pesquisados, pode ser entendido como o aumento da capacidade econômica de um país ou região.

Já o termo desenvolvimento é assim definido pelo dicionário supracitado: “ação de crescer ou progredir; progresso”. Ou ainda: “crescimento que, sendo social, político e econômico, pode ser observado num país, numa região, numa comunidade etc”. A

partir das idéias dos autores entende-se o desenvolvimento como uma evolução, num sentido positivo, já que a literatura trata de progresso.

No tocante ao desenvolvimento econômico, sua mensuração envolve variáveis quantitativas e qualitativas. Tais variáveis dizem respeito ao número de habitantes de um país, empregos gerados, nível de renda, qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente onde elas vivem, além do acesso e nível da educação. É com base na variação positiva dessas variáveis que se admite quando uma nação ou economia está crescendo ou não, se é desenvolvida ou não.

A partir desses conceitos buscou-se encontrar a definição e operacionalidade do desenvolvimento local. De maneira bem direta, podemos dizer que o desenvolvimento local é um conceito de desenvolvimento que tem em sua operacionalidade os atores locais tornando-se os protagonistas na construção de estratégias, na tomada de decisão e na execução das ações. Esse modelo de desenvolvimento foi pensado com o intuito de incluir no cenário econômico algumas nações ou regiões que não alcançaram, até então, o desenvolvimento conforme os preceitos capitalistas. A idéia é reduzir a diferença entre as nações ditas desenvolvidas e as não desenvolvidas.

Levando em consideração que as necessidades das pessoas variam de lugar para lugar, não podemos pensar em um modelo único, hegemônico, ou mesmo em uma metodologia rígida e imutável. Sabemos que o crescimento econômico é o aumento da capacidade econômica de um país ou região e que o desenvolvimento econômico é o crescimento econômico adicionado das melhorias na qualidade de vida que proporciona à população, porém, é importante salientar que esse processo de melhoria da qualidade de vida das pessoas, claro, não é de curto prazo.

Fugindo do imediatismo, os responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas devem pensar nas regiões e localidades, suas características, potencialidades e seus atores, visando o fortalecimento, a melhoria de vida dos atores locais. Para começar, pode-se pensar na implementação de iniciativas, nas localidades, que valorizem e tenham a participação e inclusão dos cidadãos, o protagonismo (controle) da sociedade, e não apenas a ação do poder público.

Obviamente que para o desenvolvimento local acontecer é necessário construir uma base sólida, sobre a qual esse modelo será construído. Dentre os elementos que constituem essa base estão: a inclusão social, o fortalecimento e a diversificação da economia local, concessão de microcrédito. De modo geral, podemos dizer que a ideia

de desenvolvimento local deve possibilitar o oferecimento de oportunidades de educação, trabalho, moradia digna e saúde. Tudo isso sem tirar desses grupos o poder de serem protagonistas no processo e fazerem suas próprias escolhas (SUSINI e CABRERA, 2010).

Os resultados preliminares indicam que o desenvolvimento local teve origem em países da Europa, com seus conceitos ganhando adeptos e sendo discutidos muito freqüentemente em países da América Latina. Algumas nações já implementaram a experiência, outras estão em iniciando a operacionalidade, algumas estão na fase da discussão.

5.1 Crescimento econômico

Seria difícil falar sobre desenvolvimento local sem lançar um olhar, mesmo que introdutório, sobre os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico. Entender o desenvolvimento local requer conhecimento da origem do termo, sua evolução e sua adaptação ao momento atual. Não é anormal afirmar que, ainda hoje, muitas pessoas confundem os conceitos de desenvolvimento com crescimento econômico.

Sempre que analisamos a situação econômica de diferentes países nos vêm à cabeça o crescimento e o desenvolvimento econômico. São conceitos que ganharam grande relevância, principalmente no que tange ao planejamento macroeconômico das nações. É assunto instigante debatido entre as diversas correntes do pensamento econômico.

Podemos iniciar observando o que Kieckhöfer (2018) aborda sobre a origem da discussão sobre o crescimento econômico:

Passada a fase da produção para a própria subsistência e, principalmente, com a eclosão da revolução industrial e o advento do capitalismo, a humanidade passou a acreditar que era necessário apenas haver crescimento para que o padrão de vida da população em crescimento pudesse subir (KIECKHÖFER, 2018, p. 9).

De acordo com Veiga (2006, *apud* Bomfim, 2009) a partir de meados do século XVIII, com a Revolução Industrial, a história da humanidade passou a ser quase inteiramente determinada pelo fenômeno do crescimento econômico intensivo.

De forma sucinta podemos definir crescimento econômico como sendo uma mudança quantitativa ou expansão na economia de um país. O crescimento econômico pode ser obtido de duas maneiras: extensivamente, com o uso de mais recursos (físicos, humanos, naturais) ou intensivamente, usando a mesma quantidade de recursos de forma mais eficiente.

É importante salientar que a literatura apresenta uma variedade de indicadores, os quais são utilizados para medir o crescimento e o desenvolvimento de uma economia. Tais indicadores podem ser utilizados de forma simples ou combinada/composta. Para Baptista (2011), existe uma variedade e multiplicidade de indicadores de natureza econômica, política, social, cultural, ambiental.

Os indicadores mais comuns na literatura econômica são: o Produto Interno Bruto (PIB), o Produto Nacional Bruto (PNB), o PIB *per capita*, o PNB *per capita*, o consumo de energia por habitante, a taxa de analfabetismo, a esperança média de vida à nascença, a taxa de natalidade e a densidade populacional.

Baptista (2011), argumentando sobre as correntes que defendem o crescimento econômico e os indicadores usados para medi-lo, afirma que:

Para alguns autores, o crescimento econômico deve ser medido e analisado através do Produto Interno Bruto (PIB), para outros a medida do crescimento econômico é o Produto Nacional Bruto (PNB). Constatamos que os defensores do PIB como medida do crescimento econômico são em muito maior número (BAPTISTA, 2011, p. 34).

Com base na afirmação de Baptista, podemos concluir que o crescimento econômico é convencionalmente medido como o aumento percentual do PIB. Nesse sentido, o crescimento econômico é quantitativo.

Mas, o que será o PIB? O PIB é um dos indicadores que a macroeconomia segue na hora de analisar o crescimento da economia. O conhecimento do PIB é de extrema importância por informar a produção total de bens e serviços de uma nação durante determinado tempo. A taxa de crescimento econômico diz respeito à quantidade de riqueza adicional que o país foi capaz de reunir através da produção de bens e prestação de serviços em relação ao período de tempo anterior (SILVA, 2014).

Basta analisar com um pouco de atenção o conceito de crescimento econômico, elaborado por Borbely (2016), quando o autor afirma que crescimento

econômico refere-se ao crescimento quantitativo do produto agregado, ou seja, é um indicador de quanto variou, em termos quantitativos, o PIB (Produto Interno Bruto) em determinado período de tempo. A idéia de Borbely é seguida por Macedo (2016), pois o referido autor reconhece que o crescimento econômico em um país é o aumento do seu PIB (Produto Interno Bruto) por habitante – também conhecido como PIB per capita. Em linhas gerais, a representação gráfica a seguir sintetiza essa perspectiva defendida pelos autores em questão:

$$\text{Crescimento econômico PIB per capita} = \frac{\text{PIB ano X}}{\text{População ano X}}$$

Para Kieckhöfer (2018), de acordo com esses padrões, pode-se verificar se a economia mundial ou a maioria das economias individuais apresentam uma tendência sustentada de crescimento econômico e qual a variação da taxa de crescimento de um país no decorrer do tempo.

Os defensores do crescimento econômico asseguram que esse crescimento é o meio que levará estes países ao desenvolvimento, promovendo o aumento do bem estar de toda a população e acabando com o grande problema da pobreza.

De acordo com Dowbor (1998),

o crescimento econômico era visto como a solução para uma variedade de problemas, argumentando-se freqüentemente que ele se constitui na única esperança para a redução ou eliminação da pobreza. Mas não apenas isso, no alicerce do crescimento econômico também estava a geração de emprego; aumento da renda do indivíduo, transformando-o em consumista insaciável; e melhoraria sua qualidade de vida (DOWBOR, 1998 apud BOMFIM, 2009, p. 19).

Em linhas gerais, e de acordo com essa concepção, o crescimento econômico mudaria significativamente o modo de vida da sociedade.

5.2 Desenvolvimento econômico

Afinal, o que é desenvolvimento? Qual a importância dele para a vida das pessoas? O que é necessário para que ele aconteça? Qual a diferença entre crescimento e desenvolvimento? Segundo Baptista (2011), o desenvolvimento é um processo econômico, social, cultural, ambiental e demográfico, que se traduz no aumento do bem-estar da população, sendo um fenômeno complexo de caráter qualitativo.

Durante muito tempo prevaleceu a idéia de que bastava promover o crescimento, que este traria consigo o desenvolvimento. Isso foi ensinado e defendido até, aproximadamente, meados do século XX.

Certamente que o tema desenvolvimento foi pensado e discutido faz muito tempo. Os chamados autores clássicos da economia já falavam sobre o tema. Santos *et al* (2012) fazem uma análise no trabalho de três grandes autores que se dedicaram a estudar a economia e, também, abordaram o tema desenvolvimento. Entre os autores analisados por Santos e seus companheiros, três merecem destaque: Smith, Ricardo e Marx.

Para Santos *et al* (2012), Adam Smith, em seu famoso livro “*A Riqueza das Nações*” (1776), defendia que o desenvolvimento de um determinado país só seria possível quando os agentes econômicos fossem capazes de satisfazer seus interesses individuais de forma espontânea. Segundo Smith, depois de satisfeitas as necessidades individuais, as coletivas seriam satisfeitas automaticamente, culminando, assim, no desenvolvimento humano.

Na análise de Santos *et al* (2012), Ricardo aprofunda essa discussão em *Princípios de Economia Política e Tributação* de (1817), quando se propõe a analisar o fenômeno da distribuição da riqueza entre as classes, nas quais a sociedade se acha dividida. Para Ricardo, a riqueza de uma nação depende dos lucros e, como o investimento é feito pelo dono do capital, a maior parte da riqueza gerada, deveria ficar com este, o capitalista.

Santos e seus colegas afirmam que, para Karl Marx, a acumulação de capital por parte do capitalista só se dá por intermédio da “mais-valia”. Esta emerge das relações sociais de produção estabelecidas entre o capital e o trabalho. O desenvolvimento econômico, na perspectiva de Marx, é assim descrito por Santos *et al* (2012):

Para Marx, o surgimento de uma economia moderna ou industrial é precedido de um período denominado de “acumulação primitiva de capital”, que possibilita algumas nações acumular certo volume de capital e conseqüentemente financiar os investimentos necessários para o desenvolvimento econômico (SANTOS et al, 2012, p. 48).

De acordo com Bresser-Pereira (2003), o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Para esse autor, tal processo é global, sistêmico e não parcial. O desenvolvimento pode ser considerado apenas se atingir essas três esferas: econômica, política e social. Isso porque,

Se o desenvolvimento econômico não trazer consigo modificações de caráter social e político; se o desenvolvimento social e político não fôr a um tempo o resultado e causa de transformações econômicas, será porque de fato não tivemos desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2003:15).

Apesar de o autor afirmar que o desenvolvimento é um processo social, o mesmo reconhece que o fator preponderante do desenvolvimento é o econômico. Quando houver modificações reais na estrutura econômica, estas repercutirão na estrutura política e social e vice-versa (BRESSER-PEREIRA, 2003). A partir das idéias de Bresser-Pereira, entende-se que, acima de tudo, tais transformações devem ter como principal objetivo a melhoria do nível de bem-estar da sociedade e, principalmente, a redução da pobreza.

Analisando essa idéia de Santos e seus colaboradores, e ainda, lembrando o que afirma Bresser-Pereira, pode-se entender o processo do desenvolvimento como uma transformação (econômica, política, social e ambiental), na qual a sociedade onde o processo ocorre evolui. Há, nesse caso, uma evolução nos principais aspectos da vida em sociedade.

Essa ideia também é compartilhada com Borbely (2016), pois o autor reconhece que o desenvolvimento exige mudanças profundas na sociedade, as quais ele chamou de *mudanças estruturais*. Borbely deixa claro que o desenvolvimento econômico depende do crescimento econômico. Sendo que o último funciona como um fio condutor para o primeiro. Essa dependência que o desenvolvimento tem do crescimento leva a confusão conceitual por grande parte da sociedade com pouca informação sobre o tema.

Para Santos e outros esse conceito de desenvolvimento ganha mais força com os teóricos neoclássicos da economia, pois esses autores acreditam que esse conceito de desenvolvimento se irradia concentricamente ao longo do tempo pelo espaço, trazendo a todos em algum momento o mesmo nível de progresso material, social e cultural dos países pioneiros capitalistas.

Santos *et al* (2012), visando um melhor entendimento do processo de desenvolvimento, elaboraram um conceito com base em quatro dimensões: econômica, política, social e ambiental. No entanto, vemos em Santos e seus colaboradores a mesma afirmação feita por Bresser-Pereira: essas quatro dimensões devem estar presentes na sociedade para que uma nação seja reconhecida como desenvolvida.

Na dimensão econômica do desenvolvimento, este é definido como a força motriz capaz de conduzir uma sociedade atrasada a uma sociedade avançada. Desenvolver é sinônimo de acumular para depois distribuir (SANTOS *et al*, 2012). Talvez seja na perspectiva dessa dimensão que muita gente tem confundido os termos *crescimento* e *desenvolvimento econômico*.

Sobre a dimensão política do termo desenvolvimento, Santos *et al* (2012) faz a seguinte afirmação:

No campo político, o termo é empregado pela primeira vez como elemento de um programa de governo, por Truman, presidente dos Estados Unidos da América, quando em seu discurso de posse, em 1949, aplicou o termo para dizer que iniciava uma nova era no mundo – a era do desenvolvimento (SANTOS *et al*, p. 50).

Sobre essa “era do desenvolvimento”, que a sociedade vive atualmente e a forma como esse desenvolvimento é mensurado, esses mesmos autores reconhecem o seguinte:

Uma sociedade desenvolvida é aquela capaz de garantir o crescimento da produção, do consumo e da renda. Nessa perspectiva, a meta do desenvolvimento é uma sociedade industrial urbana, cujo moderno é medido de acordo com o nível de industrialização e urbanização da sociedade (SANTOS *et al*, 2012, p. 51).

O conceito de desenvolvimento na dimensão social está relacionado com o grau em que são satisfeitas as necessidades humanas. Nessa perspectiva, a

sociedade, de alguma forma, participa e percebe os resultados do crescimento econômico. Para Santos e seus colaboradores, pensar o desenvolvimento agora deveria ir além do crescimento econômico e dos seus indicadores quantitativos. Era preciso intensificar as ações de valorização dos seres humanos através de um sistema de proteção ao cidadão: o Estado de Bem Estar Social.

Já na dimensão ambiental os autores aduzem que a sociedade capitalista e o Estado moderno são vistos como os maiores responsáveis pela degradação dos recursos naturais. Certamente, eles podem ter chegado a essa conclusão a partir de leituras do Relatório de Brundtland¹, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”.

Porém, ao que parece, o crescimento econômico não promoveu o desenvolvimento esperado por seus idealizadores. A melhoria na qualidade de vida da sociedade que se esperou, jamais chegou a algumas economias. O estado de bem estar (*welfare state*) não foi alcançado por todas as nações. Mesmo algumas economias tendo alcançado níveis de crescimento econômico, esse *estado de bem estar* jamais foi alcançado.

Kieckhöfer (2018) reconhece que muitos planos de desenvolvimento implementados em vários países conseguiram modernizar suas estruturas produtivas, mas isso nem sempre levou a uma melhoria do padrão de vida da maioria da população. O referido autor afirma que crescer é uma coisa, desenvolver é outra. Crescer é, em linhas gerais, fácil. Desenvolver, equilibradamente, é difícil.

Talvez por isso o conceito de desenvolvimento tenha ganhado tantos adjetivos, tantos complementos. Assim, “Desenvolvimento” deixou de ser “econômico” para tornar-se algo mais complexo e de difícil definição. Sobre isso, Santos *et al* (2012) explicam que

O *desenvolvimento*, desta forma, apresenta-se como uma rede de conceitos que podem estar diretamente associados ao conjunto de adjetivos traduzidos em expressões como *local, integrado, sustentável, territorial*, bem como *endógeno* e *exógeno*, a depender das forças propulsoras (internas ou externas), *global, regional, local*, da escala geográfica, e ainda *humano*,

¹ Também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, o Relatório foi elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento chefiada pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Apresentado em 1987, propõe o desenvolvimento sustentável, que é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”.

econômico, político, ambiental, a depender das dimensões sociais (Santos et al, 2012, p. 51).

Essa afirmação sobre a complexidade em se estabelecer um conceito para o desenvolvimento é compartilhada por Andion, segundo o qual:

É importante destacar alguns conceitos-chave que caracterizam e delimitam a noção de desenvolvimento na atualidade: *a sustentabilidade*, que dá origem ao termo desenvolvimento durável ou sustentável; *o território*, que é a base da noção de desenvolvimento local; *a participação cidadã*, que favorece a inclusão da sociedade civil como protagonista do processo de desenvolvimento e *o desenvolvimento com base em valores*, que implica atrelar os fins econômicos do desenvolvimento à proteção de bens e valores sociais, políticos, culturais e ambientais (ANDION, 2003, p. 1041-1042).

A partir das idéias de Keickhöfer podemos aduzir que, apesar de algumas nações ter alcançado crescimento econômico, isso não significa, necessariamente, que houve desenvolvimento. Sabemos que um pode levar ao outro e que, segundo as teorias econômicas, é necessário crescimento para que ocorra o desenvolvimento. Por isso mesmo, falar em desenvolvimento é falar também em crescimento, decrescimento, humano e não-humano, sustentável e não-sustentável, e isso depende do ponto de partida e do ponto de chegada de quem apresenta o conceito (SANTOS et al, 2012).

5.3 Desenvolvimento Local

Já vimos que para muitos teóricos, o desenvolvimento seria consequência direta do crescimento econômico e todos os benefícios produzidos por ele: uma vida digna a cada cidadão, proporcionando o acesso aos direitos civis, à educação de qualidade e a oportunidades de trabalho e renda; porém, isso não ocorreu em todas as sociedades que adotaram esse modelo de desenvolvimento a partir do crescimento econômico. Algumas economias enfrentaram problemas dos mais diversos. Sobre isso, Santos e outros (2012) fazem a seguinte afirmação:

Para os teóricos dessa corrente, o desenvolvimento se irradia concentricamente ao longo do tempo pelo espaço, trazendo a todos em algum momento o mesmo nível de progresso material, social e cultural dos países pioneiros capitalistas. Porém, verificou-se que no decorrer da história isso não aconteceu. Muito pelo contrário, a distância entre países ricos e

países pobres ampliou. Crescer é preciso, distribuir nem tanto (SANTOS e OUTROS, 2012, p. 48).

Uma das causas apontadas para essa situação foi a criação de um modelo de crescimento hegemônico, único e projetado para as economias das nações já desenvolvidas economicamente. As nações possuem características (cultural, social, econômica e ambiental) próprias.

Michel Thiollent, professor do COPPE/UFRJ, apresentando o livro *Globalização e diversidade cultural*, do autor Hassan Zaoual (2003), afirma que Zaoual elabora uma crítica radical ao modelo de desenvolvimento capitalista imposto ao conjunto dos países ditos em desenvolvimento, ou países do Sul, em nome da globalização, cujos resultados tem sido desastrosos em toda a parte. Entre tantos os conceitos criados pelo autor, nessa obra, está o de “*desenvolvimento transposto*”, o que para Zaoual (2006:15) significa a impossibilidade de transpor mecanicamente, de um espaço para outro, modelos de economia e de administração.

Os autores Lima, Loiola e Moura (2000) reconhecem que as estratégias governamentais das nações ocidentais de capitalismo avançado basearam-se na idéia de que os impulsos de desenvolvimento originados nas regiões mais desenvolvidas poderiam trazer benefícios a lugares menos desenvolvidos. Para alguns autores, foi muita presunção pensar que o modelo capitalista de desenvolvimento, o qual apresentou mudanças estruturais em algumas economias ocidentais, poderia proporcionar mudanças significativas nos países com economia em desenvolvimento.

Tentando demonstrar que transpor um modelo de gestão econômica de um país para outro envolve muito mais que teorias, Zaoual (2003) afirma que as realidades humanas são demasiadamente complexas para serem entendidas e, mais ainda, monitoradas a partir de um único modelo de pensamento e de conduta.

Hassan Zaoual é um daqueles autores que não concorda com os conceitos de desenvolvimento econômico, principalmente, aqueles conceitos que tentam uniformizar as práticas, que tentam implementar um modelo único, hegemônico e racional de desenvolvimento. Para esse autor, os resultados obtidos a partir da globalização econômica ou da economia não são iguais para todas as nações.

O modelo de crescimento e desenvolvimento criados pelas economias capitalistas, por nações desenvolvidas, pelos “países do Norte” como o autor gosta de

se referir, dificilmente podem ser transplantados para economias em desenvolvimento. Os EUA, Grã-Bretanha e França apostaram no rebaixamento do custo do trabalho: precarização do emprego, subcontratação e deslocamento para o Terceiro Mundo, reproduzindo nestes países o seu modelo hegemônico de desenvolvimento (ANDION, 2003).

Zaoual acredita que cada nação possui suas próprias características (social, econômica e ambiental), rejeitando um modelo econômico único para todas as nações. É preciso reconhecer a diferença, a interdisciplinaridade, a interculturalidade. A epistemologia do pensamento global deixou de evidenciar a interconexão da vida econômica de uma sociedade com o restante que define sua identidade, seus valores, e suas crenças (ZAOUAL, 2003).

Foi a partir dessas idéias e de suas pesquisas que Zaoual criou o conceito de “Sítio Simbólico de Pertencimento”. Segundo o autor, um sítio simbólico de pertencimento é um marcador imaginário de espaço vivido. Trata-se de uma entidade imaterial (ou intangível) que impregna o conjunto do universo local dos atores (ZAOAUL, 2003).

Sobre o uso prático ou aplicabilidade do conceito de sítio simbólico de pertencimento, Zaoual (2003) esclarece que,

Na prática, o conceito de sítio é “flexível”. Pode aplicar-se em múltiplas escalas e organizações: um bairro, uma cidade, uma região, qualquer localidade, uma tribo, uma etnia, uma comunidade de fato de origem diversa, um país, uma cultura, uma civilização, uma profissão, um ofício, uma empresa ou organização qualquer (Zaoual, 2003, p. 30).

Essas idéias de Zaoual caminham muito próximas de uma das dimensões do desenvolvimento: o desenvolvimento local. Tanto nas idéias desse autor como dos autores que trabalham com o conceito de desenvolvimento local e regional, esse deve acontecer diferentemente da idéia de desenvolvimento criada pelos países capitalistas, ditos “países do Norte” ou ainda países desenvolvidos.

Aquele modelo de desenvolvimento elaborado e implementado pelo Governo, onde as estratégias eram elaboradas por pessoas (mesmo que tenham conhecimento sobre economia e desenvolvimento) externas ao local, com viés assistencialista, sendo o Estado e seus entes responsáveis por todo o processo, já não são aceitos como modelo de desenvolvimento local. O verdadeiro desenvolvimento local deve ter

como alicerce alguns requisitos: o local, os atores locais, as características ou potencialidades locais.

De logo, é importante esclarecer que o tema desenvolvimento local não é algo novo. Sim, em alguns lugares essa discussão já aconteceu e foi implementada; em outros lugares o tema foi discutido e está em fase de amadurecimento. Quem confirma nosso raciocínio é Dowbor (2005), pois ele reconhece que, no contexto institucional das iniciativas de desenvolvimento local, esse conceito está simplesmente desatualizado, em alguns lugares ou instâncias nunca existiu, e em outros ainda atrapalha.

Com relação à origem da ideia e discussões sobre o desenvolvimento local, Lima, Loiola e Moura (2000) afirmam que a partir dos anos 80, intensificou-se o debate sobre as possibilidades de gestão local do desenvolvimento, tanto em países europeus, como na América Latina. Tal afirmativa é confirmada por Ávila (2005), segundo o qual o *Desenvolvimento Local* começou a se configurar intensa e sistematicamente na Europa justo nesse período ou, mais precisamente, ao longo da década de 80.

Ávila é ainda mais incisivo com relação ao tema quando afirma que

[...] a expressão *Desenvolvimento Local*, tanto em nível de idéia quanto no de variadas e por vezes ambíguas propostas operacionais, vem se espalhando rapidamente continentes afora, talvez até já beirando as raias do modismo desenvolvimentista, ou seja, com aparências tecnicamente atrativas, mas de fundo tipicamente político-assistencialista (ÁVILA, 2005, p. 56).

O desenvolvimento local deve acontecer de fora para dentro, ou ainda, de baixo para cima, ou do local para o global. Nas palavras de Alves (2007), o desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.

Muitos projetos de desenvolvimento regional e local não obtiveram o sucesso esperado por alguns motivos já conhecidos, mas que são repetidamente ignorados. O primeiro deles é o foco no local; o segundo são as iniciativas assistencialistas. Sobre essa afirmação, Andion (2003) reconhece que o espaço local contém o passado (história), mas também as possibilidades futuras de construção de uma nova realidade, a partir da participação dos atores e do uso dos próprios recursos existentes no local (desenvolvimento endógeno).

Outro autor que desenvolveu relevantes trabalhos sobre o desenvolvimento local e que, além de fundamentar também foi um dos que mais estimulou nossa iniciativa para trabalhar com essa temática, é Vicente Fideles de Ávila. Segundo ele, esse modelo de desenvolvimento deve ser

Concebido na perspectiva de processo alicerçado no desenvolvimento sociocultural e ao mesmo tempo gerador de mudança cultural de desenvolvimento, o *Desenvolvimento Local* requer medidas operacionalizadoras de alcance muito além de programas e projetos ou iniciativas promocionais e imediatistas. (ÁVILA, 2005, p. 67)

Ladislau Dowbor também produziu trabalhos sobre o tema e contribuiu sobremaneira como referência para nosso trabalho. Para Dowbor (2005), temos de nos apoiar em formas de organização local que funcionem adaptadas às condições reais, acompanhando o que as comunidades estão realmente motivadas para fazer.

A idéia do desenvolvimento local não tem por objetivo competir ou mesmo substituir o modelo de desenvolvimento capitalista, ele visa inserir no contexto econômico aquelas localidades (bairros, cidades, regiões, países) que, por algum motivo, ainda não alcançaram o desenvolvimento esperado para proporcionar aos seus cidadãos a qualidade de vida desejável. O foco no local não significa o fechamento para outras escalas da realidade (regional, nacional, global) (ANDION, 2003).

6. ALDEIA INDÍGENA PATAXÓ DE COROA VERMELHA: UMA COMUNIDADE PLURIATIVA, UM SÍTIO SIMBÓLICO DE PERTENCIMENTO

Uma palavra que representa a CIPCV, na atualidade, é Diversidade. Diversidade nas relações com não-índios que moram nos bairros que se limitam com a aldeia; diversidade na relação com os turistas do mundo inteiro que visitam Coroa Vermelha; diversidade nas atividades econômicas que praticam na busca para suprir suas necessidades. Definitivamente pode-se afirmar que a CIPCV é *diferenciada*, diversa, podendo ser lançada sobre ela diferentes olhares.

Também são diversas as opiniões dos pesquisadores que decidem estudar a CIPCV. Para alguns, é negativa a influência que o turismo exerce no modo de ser dessa comunidade, para outros é positiva. Certo é que não existe possibilidade de negar tão marcante influência.

Certamente que a CIPCV pode ser estudada sob várias perspectivas. Aqui estudaram-se as atividades econômicas praticadas pelas famílias Pataxós na busca por rendimentos, que contribuem para a subsistência dessas unidades familiares. A partir do estudo das atividades econômicas, foi possível analisar o modo de ser da comunidade, levando-se em conta teorias desenvolvidas para explicar sistemas com características iguais as da CIPCV.

Economia dos Setores Populares (ESP), Sítios Simbólicos de Pertencimento (SSP), Desenvolvimento local (DL) são algumas das teorias analisadas para se entender o atual modo de ser da comunidade estudada. Vale lembrar que a CIPCV possui características próprias, diferente de outras aldeias indígenas espalhadas pelo território brasileiro. O fato de a aldeia estar inserida em um local histórico, atraindo

visitantes/turistas do mundo inteiro, numa troca de culturas intensa, já a diferencia de outras aldeias.

A faixa litorânea onde está inserida a aldeia possui riquezas naturais enormes, com uma paisagem belíssima, sendo suficiente para desencadear uma especulação imobiliária fortíssima, com pressão antrópica. Os limites da aldeia não foram bem definidos, o que expôs a vida indígena num contato com não-índios muito próximo, tencionando seu modo de ser e forçando a perda de identidade.

Com limitações de terras para cultivo e criação de animais e vendo nos turistas que visitavam a Coroa Vermelha uma possibilidade de obtenção de renda, a produção de artesanato foi uma das saídas encontradas no curto prazo para obterem o necessário para suprir suas necessidades básicas. Com o passar do tempo, o artesanato ganhou a companhia de outros produtos e serviços, alterando o modo de ser dos Pataxós de Coroa Vermelha em relação àqueles encontrados décadas atrás, por pesquisadores que estudaram a vida dos Pataxós de Barra Velha, a chamada “Aldeia Mãe”.

Vale salientar que não se buscou exaurir o tema, dada sua dimensão e complexidade. Servir de base para pesquisas futuras é uma pretensão mais viável e lógica neste caso. Os resultados obtidos a partir das análises realizadas mostram que a CIPCV possui características peculiares, que as diferem de outras aldeias indígenas. Esses resultados mostram também que o modo de ser desta comunidade permite estudá-la na perspectiva da ESP, SSP e DL.

6.1 Turismo e trabalho na CIPCV

A importância da atividade turística para os municípios da Costa do Descobrimento é inquestionável. Esse assunto já foi tema de inúmeras pesquisas, realizadas por instituições públicas e privadas, além de pesquisadores ligados às Instituições de Ensino Superior (IES). Na Costa do Descobrimento, microrregião do Extremo Sul da Bahia, destacam-se os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, no tocante ao potencial das atividades turísticas. Sobre o turismo no Extremo Sul da Bahia, Neto e Silva (2015) reconhecem ser uma atividade econômica que tem uma expressiva relevância na transformação do território da região.

Direta ou indiretamente, o turismo influencia a vida de todos os moradores dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, no Extremo Sul da Bahia. Os fluxos de turistas presentes no destino mobilizam diversas atividades econômicas, como o setor de transporte, a hotelaria, o setor de alimentos e bebidas, dentre outros, comprovando a importância do turismo nas economias (PINHEIRO, GUIMARÃES E COSTA, 2011).

São diversos os aspectos que atraem visitantes para essa região do Extremo Sul da Bahia – a figura 03 mostra o Axé-Moi, maior complexo de lazer e estrutura de praia na orla Norte de Porto Seguro. Nessa mesma imagem, também é possível ver alguns hotéis ao fundo. Soares (2016) afirma que:

A cidade possui diversos equipamentos turísticos: hotéis, flats, villages, restaurantes e barracas de praias que se distribuem em quase 10 km de orla, no sentido que faz a ligação de Porto Seguro a Santa Cruz de Cabrália. Nesta parte da cidade, conhecida como orla norte, há também diversos condomínios de alto padrão, onde a classe média e os ricos da cidade e região moram ou possuem casas de veraneio (SOARES, 2016, p. 6).

Figura 03: Vista aérea do Axé-Moi.



Fonte: Tripadvisor (2020).

No aspecto econômico, esses dois municípios também possuem grande relevância para a economia do Estado. O fluxo de turistas durante todo o ano possibilita a geração de emprego e renda para ambos os municípios, além de contribuir para o aquecimento da economia de municípios vizinhos. É inegável que o turismo, se bem manejado, representa uma via de desenvolvimento não só de um município, mas de toda uma região (NETO E SILVA, 2015). Corroborando essa afirmativa Soares (2016) reconhece que, atualmente, a atividade turística tem grande relevância no desempenho econômico de Porto Seguro. Essa atividade articula-se a fatores sociais, culturais e políticos.

Sobre o fluxo de turistas na Costa do Descobrimento, a Secretária de Turismo do Estado da Bahia (SETUR), que faz o monitoramento desse fluxo, destaca que os dados disponibilizados para o período (entre 2000 e 2019) mostram um aumento substancial no número de desembarques no município de Porto Seguro que, juntamente com Santa Cruz Cabrália, são os municípios que mais recebem turistas na Costa do Descobrimento. O aeroporto internacional de Porto Seguro é um dos grandes responsáveis por facilitar essa movimentação de visitantes na região. A figura 04 mostra a Passarela do Álcool, em Porto Seguro, com grande fluxo de pessoas, em sua grande maioria, turistas.

Figura 04: Passarela do Álcool, Porto Seguro-Ba.



Fonte: Bahia diaadia (2017).

O Boletim das Atividades Características do Turismo da Bahia (BACT), publicado em 2019, traz algumas informações importantes sobre a relevância do turismo da Costa do Descobrimento para a economia da região e do Estado. Segundo o BACT (2019), o aeroporto de Porto Seguro é um dos que recebe mais vôos charters de destinos nacionais e internacionais com operação das principais companhias aéreas brasileiras.

O turismo proporciona emprego e renda, direta e indiretamente, com emprego formal e informal. Além dos estabelecimentos formais, que oferecem produtos e serviços para os visitantes, existem os empregos informais que proporcionam renda para uma parcela significativa da população fixa e flutuante. No período de alta estação, muitas pessoas de cidades circunvizinhas deslocam-se para Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, visando trabalhar nos meses de maior fluxo de turistas na região: o verão. Atualmente a atividade turística tem grande relevância no desempenho econômico de Porto Seguro. Essa atividade articula-se a fatores sociais, culturais e políticos (SOARES, 2016).

Não restam dúvidas de que o turismo movimenta a economia da região, beneficiando não apenas os meios de hospedagem como também uma variedade de outros setores da economia, inclusive com a geração de impostos. Soares (2016) reconhece que o turismo aquece a economia local, mobilizam outras atividades no setor de transporte, hotelaria, alimentos, gerando empregos e subempregos que ampliam a renda da população durante alguns meses do ano.

Uma população que é mobilizada e tem sua renda fortemente influenciada pelo turismo é a comunidade indígena Pataxó de Coroa Vermelha, uma vez que a renda da maior parte da comunidade vem de atividades direcionadas para o turismo.

Falar sobre as atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias da aldeia de Coroa Vermelha exige que se fale sobre sua origem, tradições e sobre as mudanças enfrentadas, fatores esses que causaram implicações nas questões identitárias da referida aldeia. Certamente que, ao longo do tempo, diversas variáveis contribuíram tanto para a constituição da aldeia de Coroa Vermelha, quanto para as mudanças em suas atividades econômicas que visam o sustento, como para as mudanças culturais.

No capítulo 1 desse trabalho, trataram-se os subsistemas econômicos, as atividades econômicas praticadas pelos Pataxós, desenvolvidas para garantir a

sobrevivência das famílias da comunidade. Visando entender a realidade econômica atual da aldeia de Coroa Vermelha e fazer um paralelo com a pluriatividade, analisou-se a dinâmica existente na década de 1970 na aldeia Barra Velha, também conhecida como “Aldeia Mãe”. Essa análise teve como base uma pesquisa da professora Maria do Rosário Carvalho, reunida em sua dissertação de mestrado de 1977, trabalho esse que se apresenta como um dos mais completos sobre as atividades econômicas praticadas pelos indígenas na aldeia Barra Velha.

Percebe-se que mais de um motivo levou os indígenas da Aldeia Mãe a se firmarem em Coroa Vermelha, sendo que a atividade turística tornou-se determinante para consolidação dos Pataxós ali e seu crescimento rápido e intenso. Para Rêgo (2012), estes índios também buscavam novas áreas para a venda de artesanato, tendo em vista a transformação da região em um pólo turístico.

Nesse sentido, é possível aduzir que os indígenas da aldeia da Coroa Vermelha ganharam novas características socioeconômicas e culturais. Segundo Grunewald (2015), foi na década de 1970 que o turismo começou a envolver os Pataxós e, desde então, cada vez mais o turismo penetrou na vida desses indígenas. Após sua consolidação em Coroa Vermelha e sua busca pela subsistência a partir do turismo, essa aldeia adquiriu características bem particulares, diferente até mesmo dos seus iguais que vivem em aldeias próximas. A venda de artesanato para turistas, além de outras atividades comerciais forçaram os Pataxós a adaptar-se à nova realidade. Dessa forma, foi se consolidando uma aldeia urbana e comercial (MAURO, 2007).

É possível afirmar que o modo de vida dos índios passou a expressar-se através das atividades econômicas por eles praticadas, na busca por trabalho e renda, pela subsistência. Esse modo de vida é considerado diferente, até mesmo, daquele dos Pataxós que vivem em outras aldeias e localidades. Essa migração dos Pataxós, rumo à Coroa Vermelha foi acompanhada de muitas mudanças socioeconômicas e na tradição desse povo. Alguns autores acreditam que a mudança para Coroa Vermelha não foi ao acaso, pois já existia um objetivo na escolha da localidade. Os Pataxós que foram, paulatinamente, fixando residência na Coroa Vermelha, fizeram-no a fim de se dedicar quase que única e exclusivamente ao comércio, forma essencial de sua atividade econômica (GRUNEWALD, 1996).

Apesar de o turismo ser a principal atividade econômica na região, e a mais importante para os indígenas de Coroa Vermelha, uma considerável variedade de outras atividades é praticada pelos membros da comunidade indígena. É Mauro

(2007) quem reconhece que há ainda aqueles índios que praticam a pesca, a mariscagem e o extrativismo vegetal, além de existir um pequeno número deles que conseguem se empregar como assalariados na economia local. Atualmente, esse número não é tão pequeno quanto era quando Mauro (2007) realizou sua pesquisa. Para que o turismo aconteça, é necessária uma rede de empreendimentos e serviços complementares, que envolva a prestação de serviços tanto de natureza formal quanto informal, resultando em vínculos de trabalho, tanto formais quanto eventuais (ISSA, 2007).

Certamente que, em termos de trabalho e renda, as atividades dos Pataxós de Coroa Vermelha em muito se diferenciam daquelas praticadas pelos indígenas de Barra Velha, conforme nos esclarece Grunewald (1996):

Hoje, além do artesanato vendido a turistas, alguns Pataxós se engajaram também na prestação de serviços a atividades comerciais mais extensivas (garçons, balconistas, etc), o que os une em termos econômicos, necessariamente, aos comerciantes e/ou comerciários brancos presentes na área (Grunewald, 1996, p. 31).

6.2 A pluriatividade no trabalho dos Pataxós

A dinâmica econômica que alterou a forma de obtenção de renda das famílias Pataxó contribuiu para proporcionar aos membros da aldeia estudada o desenvolvimento de novas características socioeconômicas e culturais, promovendo a associação do trabalho dos indígenas de Coroa Vermelha à pluriatividade. Isso por que uma família pode ser considerada como sendo pluriativa quando existe a prática, por parte de um ou mais membros do núcleo familiar, de diferentes atividades econômicas que venham a contribuir para a constituição da renda dessa família.

As visitas realizadas na pesquisa de campo, além dos relatos orais feitos durante conversas com algumas famílias, deixaram claro que é difícil existir, atualmente, uma família Pataxó onde a renda familiar provém de uma única atividade econômica. Conforme observado na citação feita por Grunewald (1996), não apenas a venda de artesanato, mas uma gama de atividades derivadas do turismo usa a mão-de-obra indígena, possibilitando emprego e renda a esses atores.

Mauro (2007) também narra a prática de multi-pluriatividades por parte dos indígenas:

Alguns índios são proprietários de barracas instaladas na praia de Coroa Vermelha, dentro da terra indígena (Gleba A), onde se vende principalmente artesanato, mas existem barracas que funcionam também como bares. É comum saber de casos de índios que arrendam suas barracas para os não-índigenas, obtendo assim a renda proveniente do aluguel (MAURO, 2007, p. 69).

A partir dos relatos e das observações realizadas, foi possível estabelecer essa associação das atividades da comunidade indígena com os conceitos de pluriatividade. Escher *et al* (2014) reconhecem que

[...] a noção de pluriatividade “surgiu sendo evocada para compreender as formas através das quais as explorações de caráter familiar reagem diante das adversidades do ambiente social e econômico em que se acham inseridas, bem como das pressões internas decorrentes da necessidade de assegurar o atendimento das necessidades materiais do núcleo familiar (Escher *et al* (2014) p. 650).

Outros fatores que contribuíram para entender as famílias Pataxós como pluriativas foram: sua origem agrária e seu histórico no manejo dos recursos naturais. Candiotto (2007) afirma que as famílias rurais passam a buscar atividades e rendas não-agrícolas ligadas especialmente ao trabalho externo da propriedade rural, tais como aquelas desenvolvidas na indústria, no comércio, nos serviços públicos e na prestação de serviços. Foi exatamente o que aconteceu com a comunidade indígena estudada, uma comunidade rural que extraía seu sustento, principalmente, do cultivo da terra, do extrativismo, da caça e da pesca. Para Schneider (2009), os indivíduos que formam uma família podem optar entre combinar duas ou mais ocupações (assumindo a condição de pluriativos) ou escolher pela troca de ocupação, deixando o trabalho agrícola e passando a ocupar-se exclusivamente em atividades não-agrícolas, mesmo sem deixar de residir no meio rural.

No momento em que uma família com essas características passa a buscar seu sustento em atividades fora do contexto rural, passando a desempenhar funções não ligadas ao cultivo da terra e exploração do ambiente, pode ser considerada pluriativa. Tais atividades não agrícolas podem estar vinculadas à indústria, comércio ou serviços públicos e privados, e são realizadas tanto em áreas consideradas rurais, como também nas urbanas (CANDIOTTO, 2007).

Mas não foram apenas as atividades econômicas que causaram alterações no modo de vida dos Pataxós de Coroa Vermelha, as relações sociais estabelecidas com a população de não-índios também contribuíram para essa alteração. A convivência entre moradores e turistas dos mais diversos lugares, hábitos, atitudes e valores tem contribuído para uma desconstrução da identidade cultural local (SOARES, 2016).

Já foi mencionado nesse trabalho que os limites da terra indígena com áreas não-indígena é imperceptível para aqueles que não conhecem, nem convivem com a comunidade, além disso, a pressão sobre a terra e os indígenas tornou o modo de vida tradicional dos Pataxós insustentável. Coroa Vermelha é um bairro desenvolvido, onde se localiza a Aldeia Indígena Pataxó Coroa Vermelha. “*Estamos em uma luta para garantir a cultura, tradição e costumes do Povo Pataxó*” (FERREIRA e SANTOS, 2019, p. 16).

Ferreira e Santos são dois indígenas Pataxó, que vivem na CIPCV e são professores na Escola Municipal Indígena Pataxó de Coroa Vermelha. Em 2019, ambos apresentaram uma monografia na conclusão do Curso de Licenciatura Intercultural para Educadores Indígenas na Área de Conhecimento Ciência da Vida e Natureza (CVN) da Universidade Federal de Minas Gerais. Sobre a confusão existente nos limites da terra indígena, Rêgo (2012) faz a seguinte constatação:

No mais, a situação de Coroa Vermelha no início desta década era desastrosa. A fim de exercer o controle sobre a ocupação local, a prefeitura havia concedido lotes de forma totalmente desordenada, suscitando invasões conduzidas por não-índios, construções irregulares, sobreposição dominial e crescente degradação ambiental (RÊGO, 2012, p. 64).

Se, na primeira metade do século XX, os Pataxós da aldeia de Barra Velha viviam isolados da civilização, o mesmo não se pode dizer dos indígenas da Coroa Vermelha. Essa relação é tão intensa, inclusive com muitos casamentos entre índios e não-índios, que é difícil distingui-los, caso não os conheçam. Para Rêgo (2012) a formação ao redor da aldeia de um distrito municipal inviabilizara totalmente o controle da circulação de não-indígenas dentro de seus limites, configurando toda uma singularidade para esta terra indígena.

6.3 Pluriatividade e a economia dos setores populares

Quando o processo de investigação se intensificou, indo um pouco mais a fundo no decorrer da pesquisa, outro importante termo emergiu e demandou maior reflexão sobre seu conceito. A partir daí, entendeu-se que o mesmo é bastante familiar e articulado com as atividades econômicas desenvolvidas pelos indígenas de Coroa Vermelha. Com isso, entrou-se no território conceitual da teoria da Economia dos Setores Populares (ESP).

A Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988, no *caput* do artigo 231, atesta que “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. O parágrafo 1º desse mesmo artigo aduz o seguinte:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (CF. 1988, art. 231, § 1º). Substituir por (BRASIL, 2020)

Pelo fato de a aldeia ser uma área federal, demarcada por meio de decreto, com o objetivo de que os povos indígenas possam ocupá-las e viver nelas conforme seus costumes, cabe apenas ao Governo Federal decidir sobre o gerenciamento desta terra.

O turismo é quem oportuniza maior variedade e quantidade de atividades para a comunidade indígena, as quais proporcionam rendimentos que possibilitam o suprimento das necessidades das famílias. Estas atividades podem ser informais (comércio de artesanato e serviços de praia) e formais (atividades assalariadas em meios de hospedagem, restaurantes, agência de turismo receptivo). É importante destacar aqui que o trabalho desenvolvido pelos indígenas, em Coroa Vermelha, na produção e comercialização de artesanato, bem como em todas as atividades associadas ao turismo possuem algumas características peculiares. Trata-se aqui, daquela característica que mais interessa para esse trabalho: a informalidade.

Segundo Baltar e Manzano (2020), uma unidade que realiza atividade formal é uma entidade legal, separada e juridicamente independente do proprietário, constituindo-se, portanto, como uma pessoa jurídica – o que implica na obrigação de dispor de contabilidade completa. Significa dizer que uma atividade formal precisa

seguir algumas regras e possui responsabilidades com algum ente público (União, Estado ou Município). Sobre a atividade informal, esses mesmos autores fazem a seguinte afirmação:

A ocupação do setor informal é aquela que ocorre em uma unidade que realiza uma atividade econômica informal, em uma propriedade do próprio indivíduo, de seus familiares ou de terceiros, que não é constituída como entidade legal, na qual não se consegue perceber com nitidez a separação entre as atividades domésticas e produtivas, não se dispondo de contabilidade independente e completa sobre o negócio (BALTAR e MANZANO, 2020, p. 01).

Essa característica das atividades econômicas dos indígenas enquadra-se no conceito ESP, que é muito bem trabalhado pelos autores KRAYCHETE (2000) e CORAGGIO (2000), entre outros. A definição de trabalho informal de Baltar e Manzano está em concordância com as de Kraychete (2000), o qual afirma que a reprodução de parcelas crescentes da população passou a depender, em maior escala, de atividades assentadas no trabalho individual, familiar ou associativa.

Kraychete (2000) reconhece, ainda, que, no caso dos empreendimentos populares, é impossível separar as atividades de produção e comercialização de bens e serviços das circunstâncias de reprodução da vida da unidade familiar das pessoas. Seguindo essa idéia, o autor José Luis Coraggio também explicou a atividade informal na perspectiva da Economia dos Setores Populares:

Neste sentido, a unidade doméstica, como já foi dito, pode ser formada tanto por pessoas com vínculo de consangüinidade, como pode ser unipessoal, multifamiliar, ou até ser formada por amigos, por comunidades étnicas, de vizinhos, por grupos que se unem livremente para cooperar, ou agregações solidárias de outro tipo qualquer, que compartilhem recursos e articulem estratégias, explícitas ou implícitas, para reproduzir sua vida coletiva (CORAGGIO, 2000, p. 95).

Assim sendo, pode-se afirmar que da mesma forma como se analisa a comunidade indígena Pataxó do Extremo Sul da Bahia como sendo um Sítio Simbólico de Pertencimento, suas atividades encaixam-se no conceito de Economia dos Setores Populares, podendo assim se estudar a comunidade nessa perspectiva, entendendo ser esta uma alternativa para a geração de emprego e renda baseada em atividades de baixo impacto ambiental e intensivas em trabalho (SILVA, DINIZ E FERREIRA, 2013).

Nesse trabalho, analisou-se a comunidade supracitada e o entendimento é que seu modo de ser, na perspectiva de suas atividades que visam à subsistência, como fazendo parte da ESP. Isso porque como os indígenas vivem em suas terras, segundo seus costumes e tradições, entende-se que o termo “informal” não se aplica as atividades empreendidas por eles. As análises feitas permitem afirmar que as atividades econômicas empreendidas pela comunidade Pataxó possuem todas as características da Economia dos Setores Populares.

Conforme já mencionado, as atividades dos Pataxós oferecem produtos e serviços para os turistas que visitam a região, conforme figura 05. Falando sobre as atividades que caracterizam a ESP, Kraychete (2000) afirma que essas atividades, em seu conjunto, sustentam uma economia dos setores populares, envolvendo, mesmo que de modo disperso e fragmentado, um extenso fluxo de produtos, serviços e modalidades diversas de trocas e mercados.

Destaca-se que nenhum empreendimento que venha a funcionar na aldeia necessita de qualquer autorização para seu funcionamento. Tudo é decidido e operacionalizado pelos indígenas que querem trabalhar e a liderança da aldeia, no caso o cacique. De igual maneira, nenhuma das atividades econômicas praticadas pelos indígenas de Coroa Vermelha sofre qualquer tipo de fiscalização ou controle por parte de órgãos estatais responsáveis por controlar atividades econômicas.

Mas as atividades de comercialização da produção dos indígenas não se resumem apenas aos limites da aldeia, essa comercialização também é feita nas praias da região e em outras localidades (feiras, eventos, pontos turísticos). É possível encontrar indígenas comercializando seus produtos em diversos pontos distintos entre os municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro.

Em Santa Cruz Cabrália, os indígenas comercializam nos principais pontos freqüentados pelos turistas: cidade histórica, píer de onde saem embarcações para passeio marítimo e fluvial, além de toda orla que banha o município, incluindo aí a Coroa Vermelha, onde está a aldeia. No município de Porto Seguro, os indígenas comercializam nos seguintes locais: cidade histórica, Passarela do Álcool e nas praias do município. Vale destacar que, em Porto Seguro, a extensão do litoral é maior, como é maior também o volume de visitantes em relação a Cabrália.

Figura 05: Comércio na CIPCV.



Fonte: <<https://www.facebook.com/praiadecoroavermelha/>>

O trabalho de comercialização dos indígenas, em alguns casos, envolve mais de um membro da unidade familiar. É comum encontrar nesses locais mencionados grupos familiares (pai, mãe e filho(s)) comercializando seus produtos, figura 06. Constitui-se uma prática comum, para as famílias indígenas que comercializam

artesanato, crianças e adolescentes acompanhando seus pais no trabalho diário, sendo que na alta estação (dezembro a fevereiro), período em que um maior número de turistas visita a região, a quantidade de famílias empenhadas na comercialização e trabalhos nas atividades turísticas aumenta.

Sobre essa característica do trabalho dos Pataxós de Coroa Vermelha que comercializam artesanatos, Coraggio (2000) afirma que esse tipo de trabalho acaba por ser é uma extensão da unidade doméstica, e o seu objetivo não é aquele de acumular *per si*, mas de manter e melhorar a qualidade de vida dos membros dessa unidade ao longo de sua trajetória vital.

Figura 06: Família Pataxó comercializando.



Fonte: Blog apaixonados por viagens (2018).

O período de alta temporada é aquele em que a possibilidade de aumentar a renda da unidade familiar cresce substancialmente, sendo necessário maior empenho dos membros da família. Há situações em que os membros da família se

dividem: parte trabalha em um local, os demais em outro ponto turístico. Existem também os casos em que os membros da família trabalham em atividades diferentes, sendo que algumas nem estão ligadas ao turismo.

Essa dinâmica do trabalho dos indígenas é explicada por Kraychete (2000):

Constatam que, diante de oportunidades de emprego regular, cada vez mais restritas, a reprodução da vida de uma parcela crescente da população passa a depender, em maior escala, de uma economia que se alimenta de inúmeras atividades realizadas de forma individual, familiar ou associativa, envolvendo um extenso fluxo de produção e troca de bens e serviços (Kraychete, 2000, p. 24)

Existem unidades familiares em que o rendimento é obtido entre comercialização de produtos e trabalho assalariado. Assim como existem famílias em que todo rendimento provém de atividade assalariada. Em todos os casos, seus membros juntam seus recursos, no todo ou em parte, a fim de satisfazer coletiva ou solidariamente as necessidades de todo o conjunto (CORAGGIO, 2000).

Atualmente, a variedade de atividades que estão ao alcance das famílias Pataxó é enorme, sendo que essas atividades são desenvolvidas tanto dentro da própria aldeia, como fora dela. Nas escolas indígenas da aldeia existem as seguintes funções e atividades: professor, secretário escolar, diretor e vice, merendeira, porteiro e serviços gerais.

Na área de saúde, já se menciona que há um posto de atendimento na aldeia de Coroa vermelha, disponibilizando as seguintes funções: enfermeiro, agente de saúde, técnico de enfermagem, atendente e serviços gerais.

Além de sermos contemplados com uma escola, também foi construído de alvenaria um posto de saúde. Isso nos fortaleceu muito para que pudéssemos lutar por uma saúde melhor e uma educação diferenciada e de qualidade, administrada pelos próprios indígenas (FERREIRA e SANTOS, 2019, p. 21).

Na aldeia, existe a Guarda Indígena (GI), criada para ajudar na segurança dos visitantes e dos membros da comunidade indígena. As especificidades da GI são muito bem trabalhadas na tese defendida por Rêgo (2012).

É fácil perceber que o modo de ser dos Pataxós de Coroa Vermelha, principalmente no tocante as atividades econômicas que visam obtenção de renda e subsistência, descritas em trabalhos como o de Carvalho (1977), foi bastante alterado em comparação com o modo de vida dos Pataxós da aldeia Barra Velha, de onde são originários.

6.4 A comunidade Pataxó como Sítio Simbólico de Pertencimento

Já foi dito anteriormente que se buscou pesquisar sobre a pluriatividade e aplicar seus conceitos para explicar a atual dinâmica socioeconômica da Comunidade Pataxó de Coroa Vermelha. Pois bem, durante as pesquisas um conceito chamou a atenção por estabelecer estreita ligação com a realidade da comunidade estudada: Sítios Simbólicos de Pertencimento.

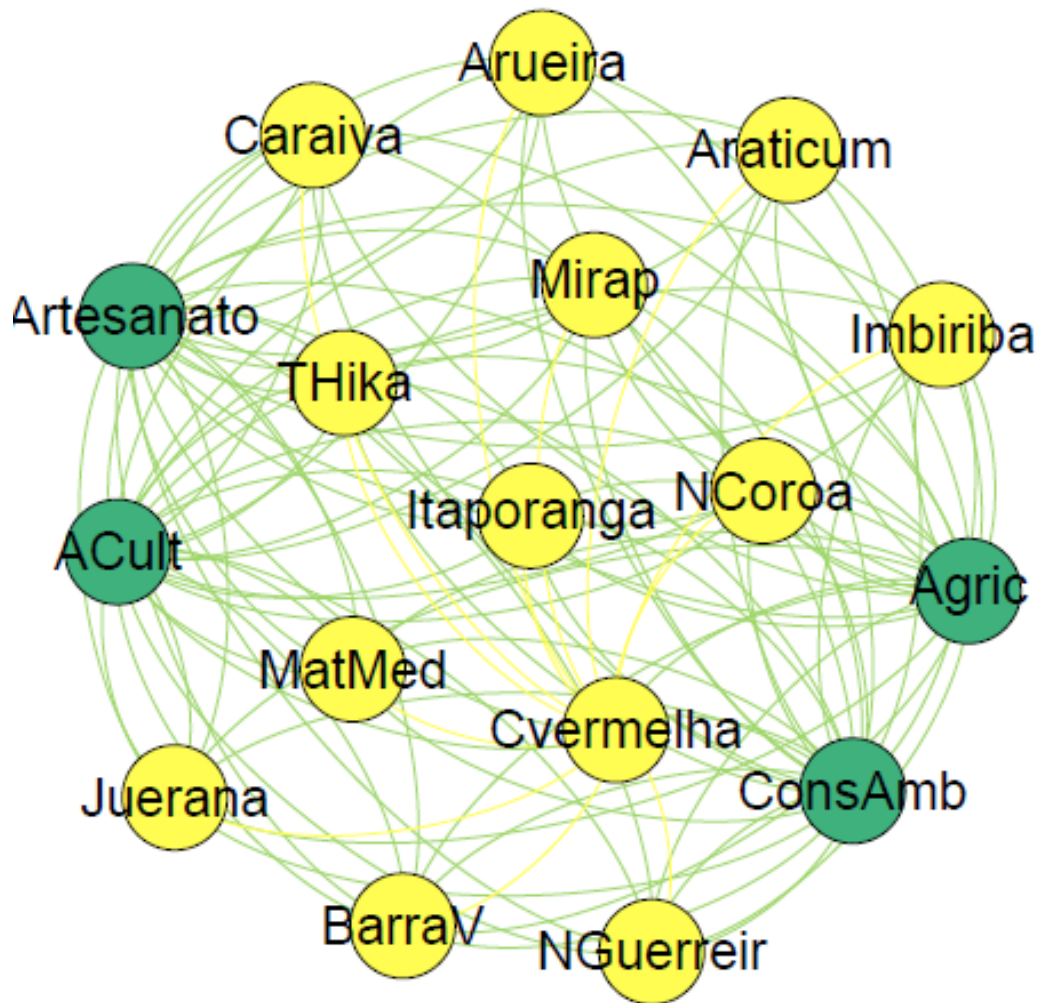
Conforme já explicado anteriormente, o termo sítios simbólicos de pertencimento surge a partir de pesquisas realizadas pelo professor Hassan Zaoaul. Em linhas gerais, o termo se refere a um conjunto de pessoas que possuem características (sociais, econômicas e culturais) iguais ou parecidas, que reconhecem tais características e as usam de forma a obter, com isso, sua sobrevivência. Importante destacar que esse conjunto de pessoas pode viver num espaço geográfico que pode variar entre um bairro, uma cidade, uma região, até mesmo em um país. Sobre a concepção de sítio, desenvolvida por Zaoaul, Issa (2007) faz a seguinte afirmação:

[...] é especialmente importante a idéia de *sítio*, de entendimento dos valores locais, [...] visando ao desenvolvimento de economias locais de uma forma mais humana, mais voltada para o homem, vendo-o e compreendendo-o em sua totalidade, adotando um procedimento que contemple não apenas aspectos técnicos e racionais, mas todas as dimensões culturais, freqüentemente contraditórias, que integram as raízes das localidades (ISSA, 2007, p. 2).

Analisando tal ideia, difícil não associá-la aos Pataxós do Extremo Sul da Bahia. Eles possuem características (sociais, econômicas e culturais) iguais, sua população ocupa uma área específica do município de Santa Cruz Cabrália, com ramificações pelo Extremo Sul do Estado da Bahia (figura 07) e usam suas características e

potencialidades do local para sobreviver. Com várias aldeias espalhadas no Extremo Sul baiano, esses indígenas – alguns com familiares vivendo outras aldeias – usam os recursos, características e potencial de cada aldeia para obterem a subsistência.

Figura 07: Aldeias Pataxó nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália-Ba.



Fonte: Autoria própria.

Importante salientar que a quantidade de aldeias aqui apresentada foi obtida durante a pesquisa de campo, junto a alguns de seus líderes. Certamente que os dados aqui apresentados diferem daqueles apresentados pelos órgãos oficiais, devido à própria dinâmica de ocupação dos Pataxós na região.

A teoria econômica dos *sítios* objetiva combinar cultura, economia, ecologia, com ênfase na escala local e na diversidade das práticas econômicas, pois é nesse nível (na escala local) que aparece toda a riqueza (ISSA, 2007).

Social e culturalmente, os Pataxós de Coroa Vermelha são bem parecidos, sendo que em termos econômicos, os indígenas apresentam diferenças, devido à vocação turística da localidade. Apesar dos problemas enfrentados, da concorrência entre eles, das divisões dentro da comunidade, os índios habitantes da região conseguem manter-se firmes e consolidam um comércio forte que atrai visitantes e movimenta um volume significativo de numerário.

Sobre esse aspecto, Rocha (2014) reconhece que os indivíduos são efetivos dentro de um sítio, a convivência em uma organização torna-se a fonte de motivação para as pessoas, que passam a ser tão importante quanto outros fatores como salários, segurança, status social. E De Paula (2006) ratifica a ideia de Rocha, afirmando que quanto mais as pessoas confiam umas nas outras, mais cooperam, organizam-se, emancipam-se e, portanto, podem interferir nas decisões que lhes dizem respeito.

O turismo da região forçou os indígenas de Coroa Vermelha a focar seus esforços em atividades econômicas relacionadas, diretamente ao mesmo. Tal situação parece ter sido entendida como positiva pelos Pataxós da Bahia, uma vez que indígenas de outras aldeias decidiram viver em Coroa Vermelha, temporária ou definitivamente. Além disso, o resultado do trabalho de muitos Pataxós de outras aldeias tem como destino a Coroa Vermelha, visando o comércio fomentado pelo turismo. Sobre essa dinâmica e influência da atividade turística na vida dos indígenas da aldeia estudada, Issa (2007) afirma que

Assim como existem exemplos de lugares onde o turismo é aparentemente apenas negócio, também existem locais em que o turismo foi aos poucos acontecendo sem interesses essencialmente econômicos; foi amadurecendo pelo fato de os interessados se identificarem ou terem a curiosidade de conhecer o lugar, resultando no despertar da população local, percebendo que seus valores, seus mitos, sua cultura, seu patrimônio poderiam vir a ser divididos e compartilhados com os de fora, e com isso desenvolver atividades capazes de gerar emprego que insiram, na atividade turística, os nativos e residentes... (ISSA, 2007, p. 4-5).

Outrossim, cabe ressaltar que a aldeia estudada, atualmente, dispõe de infraestrutura (escola, posto de saúde, acessibilidade) mais moderna que as demais

aldeias irmãs. Apesar da aldeia de Coroa Vermelha ter seus limites bem definidos, por Decreto Federal, um sítio simbólico de pertencimento é imaginário. É uma pátria imaginária, um sítio é, antes de tudo, uma entidade imaterial, logo, invisível, intangível a impregnar de modo subjacente os comportamentos individuais e coletivos e todas as manifestações materiais de um dado lugar (paisagem, habitat, arquitetura, saber fazer, técnicas, ferramentas, etc) (ROCHA, 2014).

Sobre essa característica da aldeia de Coroa Vermelha e a teoria dos Sítios Simbólicos, Issa (2007) faz a seguinte abordagem:

Essa forma de abordagem permite associar a questão do *sítio* simbólico de pertencimento e do homem do *sítio*, o homem da situação, do local, com a circulação do dom, da dádiva, da hospitalidade, apontando na direção de um paradigma alternativo, de uma nova forma de perceber, interpretar e organizar e planejar, considerando fundamentalmente os valores, os ritos, os mitos locais (ISSA, 2007, p. 03).

O modo de ser dos Pataxós de Coroa Vermelha e região (história, cultura, artesanato) casou-se muito bem com a atividade turística na área onde está inserida a aldeia, isso permitiu que essa comunidade se tornasse a aldeia mais populosa e, em termos econômicos, a mais importante, com relação às demais aldeias da mesma etnia espalhadas pela região. A presença e o trabalho dos Pataxós são imprescindíveis para o fluxo de turistas e a circulação de mercadorias e numerário na localidade.

Nem a sede do município de Santa Cruz Cabralia possui o movimento de turistas e, conseqüentemente, a economia ativa como acontece em Coroa Vermelha, de sorte que um comércio muito forte formou-se dentro da comunidade, pelos indígenas, e ao redor dela, por não-índios. Todos os produtos e serviços que não são oferecidos pelos indígenas, certamente serão oferecidos por um não-índio. Dentre eles, podemos destacar alguns: restaurantes, bares, meios de hospedagem, artesanato produzido por não-índio vindo de outras localidades, serviço de táxi, além de uma variedade de outros produtos (acarajé, milho cozido, tapioca). O próprio autor reconhece que o mundo se caracteriza por uma extrema diversidade de situações e de populações cujos sistemas de crenças e práticas são variados e variáveis no tempo e no espaço (ZAOAUL, 2003).

Toda essa dinâmica socioeconômica envolvendo o modo de ser Pataxó encontrar respaldo na teoria dos Sítios Simbólicos proposto por Zaoaul, conforme ele explica:

Um sítio é um local em sentido geográfico (bairro, cidade, microrregião, região, país etc) e também no sentido simbólico (adesão a uma cultura, a uma ideologia, a uma religião), remetendo a significados específicos definidos pelos seus autores que, em função de sua identidade, de um lado, aceitam ou recusam o que lhes é proposto ou imposto de fora e, por outro, procuram soluções originais para seus problemas (ZAOAUL, 2003, p. 08).

Os Pataxós de Coroa Vermelha foram inseridos ou se inseriram no contexto das atividades turísticas da região, conforme já explicado anteriormente, sendo isso algo compreensivo. Sobre essa inserção, o autor assegura que em todos os lugares, cada vez mais, as pessoas sentem a necessidade de crer e de se inserir em locais de pertencimento (ZAOAUL, 2002).

6.5 Os Pataxós de Coroa Vermelha e o Desenvolvimento Local (DL)

Já foi falado aqui que a aldeia de Coroa Vermelha é urbanizada, no sentido de ser rodeada por bairros de não-índios, pela dificuldade de se perceber os limites da aldeia. Sua localização provocou uma forte especulação imobiliária. Já se falou também que o comércio nesse distrito é mais aquecido que a sede, Santa Cruz Cabralia. Todo esse comércio formou-se a partir da presença indígena na localidade, o que atraiu e atrai turistas do mundo inteiro, também pelo contexto histórico do local.

É exatamente por esse aspecto que se analisou a comunidade indígena de Coroa Vermelha sobre a ótica do desenvolvimento local. Não fosse a presença dos Pataxós com seu modo de ser, não fosse o contexto histórico do local, esse comércio pujante certamente não existiria como não existe em outras localidades da região. Para Silva, Diniz e Ferreira (2013), a necessidade de desenvolvimento local surge para dar uma função aos territórios, afirmar a singularidade de cada local.

Sobre essa característica da comunidade estudada, De Paula (2006) reconhece que o desenvolvimento não cai do espaço, mas é produto das relações humanas. Corroborando esse pensamento, Betti (2014) afirma que existe uma diversidade de correntes de pensamento que mobilizam as iniciativas e os atores

locais, como se observa na proliferação das economias dissidentes: economia social, solidária, desenvolvimento local, economias paralelas.

É possível citar uma diversidade de empresas e serviços que seriam impactados caso a comunidade indígena não tivesse a importância que possui em Coroa Vermelha: agências de receptivo com seus guias de turismo, serviço de táxi, bares e restaurantes, meios hospedagem, serviços de praia e uma infinidade de serviços que, indiretamente, dependem do turismo para manter-se. A partir dessa constatação, é possível entender o motivo de muitos estudiosos falarem no fortalecimento e diversificação da economia local para promoção do desenvolvimento local, sendo que os atores da região são os protagonistas na formulação de estratégias, na tomada de decisões e na hora de colocá-las em prática.

A teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento serve de base para a ideia principal de Zaoaul, que é o Desenvolvimento Local. Toda a discussão sobre os Sítios Simbólicos visa fundamentar a importância e perspectiva do DL. Sim, é preciso falar sobre a comunidade indígena Pataxó de Coroa Vermelha como um agente/vetor de desenvolvimento. Nesse caso, de desenvolvimento local. Esse contexto em que está inserida a comunidade é bem explicado por Betti, assim:

[...] entende-se desenvolvimento local como aquele construído solidariamente por atores do sítio que, a partir de suas características individuais, recompõem seus sítios de pertencimento enquanto organismos coletivos ao integrar o conjunto dos dados sitológicos do contexto, incluindo-se as crenças, os conhecimentos comuns, a diversidade, a memória histórica, entre outros, contribuindo para a consolidação das multidimensões do desenvolvimento (BETTI, 2014, p. 42).

Assim sendo, como não pensar essa comunidade e seu modo de ser no contexto do desenvolvimento local? Conforme já mencionado, ao longo da pesquisa foram ouvidos muitos depoimentos e relatos sobre a importância dos Pataxós de Coroa Vermelha para o fortalecimento da atividade turística na região. O aspecto histórico ajuda, porém sem a presença Pataxó, acredita-se que o local não teria a importância econômica que desfruta atualmente.

Diante dessa realidade, é possível afirmar que a comunidade Pataxó com seu modo de ser é um sítio simbólico e um agente de desenvolvimento local, promovendo o autodesenvolvimento além do desenvolvimento da localidade e da comunidade não-indígena através de sua presença, história, cultura e economia. O enquadramento

como sítio simbólico é confirmado por De Paula (2006), o qual afirma que um sítio pode ser uma rua, um bairro um conjunto de municípios, uma microrregião, ou até um bloco de países. Como agente de desenvolvimento local, a comunidade é entendida a partir da ideia de Betti (2014), que aduz o seguinte:

A exploração dos potenciais de inovações locais do sítio deve ser feita levando em conta o conjunto dos dados sítológicos do contexto local, incluindo-se as crenças, os conhecimentos comuns, a diversidade, a memória histórica etc., do contrário não se faz possível o desenvolvimento local (BETTI, 2014, p. 42).

Mas o desenvolvimento local não acontece da noite para o dia, nem de forma involuntária. É preciso planejamento, parceria, tempo e investimento. É preciso educar para desenvolver. Foram décadas de lutas e resistência por parte da comunidade, adaptando-se a uma realidade diferente do seu modo de ser, com relações interpessoais bastante profícuas e conflituosas, por vezes. A pluralidade de caminhos é fundamental para que os atores de uma comunidade possam conduzir seus próprios destinos de acordo com a sua diversidade cultural e suas verdades locais (BETTI, 2014).

Foi assim que os Pataxós começaram a fabricar peças de artesanato, arcos, flechas, lanças, colares, pulseiras e outros adornos apreciados pelos turistas, para venda, como forma de subsistência. É assim que esse povo segue se mantendo, sobrevivendo, diante de um sistema econômico mundial que exclui e torna invisíveis os pequenos que buscam a subsistência a partir de suas peculiaridades e potencial.

É assim que a comunidade vai transmitindo suas experiências, mantém suas tradições, rituais, danças, jogos, comidas e bebidas típicas, pinturas e cantos indígenas, fazendo parte de uma grande história, costumes, economia e relações sociais.

Uma comunidade como a aldeia indígena de Coroa Vermelha pode ser estudada usando diferentes perspectivas, com diversos olhares, e pode contribuir muito para se entenderem as mudanças que a sociedade tem enfrentado ao longo do tempo. Seja um estudo antropológico, sociológico, seja mesmo econômico, muito já foi estudado sobre essa comunidade. Desde pesquisas que explicam sua origem, passando por aquelas que estudam perda de identidade cultural e também aquelas que analisam o subsistema econômico dos Pataxós do Extremo Sul da Bahia.

Este capítulo buscou analisar a CIPCV a partir de algumas teorias já pesquisadas e discutidas, dentre as quais se destacam: Pluriatividade, Economia dos Setores Populares, Sítios Simbólicos de Pertencimento e Desenvolvimento Local. Para isso, utilizaram-se estudos realizados com populações que possuem características semelhantes à CIPCV.

A pluriatividade foi pesquisada, inicialmente, para analisar a realidade de atores da agricultura familiar. Como é constituída a renda desses agricultores? Todo rendimento utilizado para suprir suas necessidades são oriundos de atividades desenvolvidas apenas na propriedade? Ou existe alguma parte da renda que provem de trabalho realizado fora da propriedade ou fora da atividade agropecuária? Quais são essas atividades? A pluriatividade foi utilizada pelo fato de a CIPCV ter sua origem na agricultura e pela grande diversidade de atividades disponíveis na atualidade, dentro ou fora da aldeia.

A Economia dos Setores Populares é uma teoria que foi desenvolvida para analisar a realidade dos trabalhadores informais, sem emprego formal. A ESP possibilita trabalho, renda e suprimento de suas necessidades. Seu objetivo não é o lucro *per se*, não visa transformar trabalhadores informais em **micro** empresários, ainda que isso possa acontecer. A estrutura das atividades indígenas, principalmente, aquelas voltadas para o turismo enquadram-se na teoria da ESP.

A forma como estão dispostas as aldeias Pataxós do Extremo Sul Baiano, a maneira como elas interagem e estão interligadas, como base cultural comum, modo de ser comum e trabalho comum apontam para que essa população, situada em determinada região, seja reconhecida como um Sítio Simbólico. Suas características culturais e econômicas formam a base para que seja estudada e entendida na perspectiva dos sítios. Lembrando que a teoria dos sítios foi pensada para estudar o modo de ser de uma determinada comunidade, sob a perspectiva socioeconômica, estando ela inserida em um determinado espaço geográfico, seja esse espaço delimitado de forma real ou imaginária. Esse espaço pode ser um bairro, uma cidade, uma região, um país ou um bloco de países.

A Coroa Vermelha está localizada numa área banhada pelo Oceano Atlântico, coberta pela Mata Atlântica e possuindo belas paisagens naturais. É um ponto de visitação turística por sua relevância histórica no contexto do desembarque dos portugueses quando ocorreu o descobrimento do Brasil, em 1500. A presença Pataxó no local, com sua cultura e seu trabalho artesanal, foi fundamental para que a

presença de visitantes e turistas fosse intensificada. Isso contribuiu para a formação de um comércio forte e aquecido durante todo o ano, não apenas no período da alta estação. Esse comércio é importantíssimo para a economia dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, diretamente, sendo que outros municípios acabam tendo suas economias impactadas pelo comércio de Coroa Vermelha. Esse é o motivo pelo qual se buscou analisar a CIPCV na perspectiva do desenvolvimento local.

Reforça-se que esse trabalho não tem a presunção de exaurir o tema, apenas contribuir para reflexões presentes e futuras, visando entender as transformações enfrentadas pela comunidade estudada e pela sociedade em geral.

7 Afirmação cultural e identitária a partir da educação no espaço escolar: o caso da escola indígena Pataxó de Coroa Vermelha

As mudanças globais enfrentadas por áreas como economia e política também afetam a educação, e não há exagero em afirmar que a educação enfrenta

transformações agudas diante das demandas apresentadas pela sociedade. Essas mudanças vão desde o conteúdo, objeto do estudo, até a maneira como será apresentada a metodologia a ser utilizada no processo de ensino/aprendizagem. Diante desse quadro, um questionamento impõe-se: o que e como ensinar?

Não constitui nenhuma novidade afirmar que educação é um dos temas mais relevantes e discutidos nos últimos anos, nos meios científicos, políticos, na mídia e nos espaços sociais em geral. O tema educação passou a ser discutido por todos, não apenas por educadores e pesquisadores ligados à educação.

Entendemos que a educação é um dos pilares mais importantes de uma sociedade, e serve também de alicerce para a construção de um projeto de desenvolvimento econômico que venha inserir o indivíduo no mercado de trabalho, contribuindo, assim, para a sua ascensão social. No que diz respeito à educação escolar indígena, são necessárias mudanças nos currículos e nas práticas pedagógicas para que todos os indivíduos adquiram um nível de formação e desenvolvam aprendizagem sobre o trabalho que lhes viabilizem a obtenção de um emprego, preservando sua identidade.

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, é importante que o modelo de educação elaborado leve em consideração as diferenças existentes em cada região, sejam elas econômicas, sejam sociais, sejam culturais. No caso das comunidades indígenas, que possuem características específicas, os responsáveis por elaborar e implementar o que deverá ser ensinado para essas comunidades devem considerar tais diferenças e, além disso, utilizar uma metodologia de ensino que desperte no aluno o interesse pelo envolvimento com o aprendizado, tornando a prática da pesquisa prazerosa e transformando esse aluno num agente do seu próprio desenvolvimento. Desse modo, o aluno terá mais possibilidades de se tornar um indivíduo independente, crítico, sensibilizado com as problemáticas locais e interessado em participar com ações que transformem problemas em oportunidades, produzindo melhorias na qualidade de vida da comunidade e seu entorno.

É sabido que a educação possui um papel imprescindível na geração de benefícios para a sociedade, pois ela deve abranger todo corpo social. Tendo em vista que a educação é uma condição para o exercício da cidadania, tais benefícios não atendem apenas a esfera individual, mas, sobretudo, o coletivo.

Ao logo de sua existência, a tradicional Comunidade Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, situada no município de Santa Cruz de Cabrália (Bahia) é conhecida por

significativa ligação com a terra, fundada na economia de subsistência do tipo autossuficiente, cuja base está no extrativismo, na agricultura e no artesanato. O conhecimento tradicional, produzido pela comunidade Pataxó, norteia a trajetória desta e serve de alicerce para a manutenção e consolidação desse povo, numa perspectiva epistemológica e cognitiva endógena local.

A educação indígena ou educação escolar indígena é fruto de anos de luta, pautando a necessidade de uma política educacional comprometida com os projetos societários desses povos. A luta é por um processo educacional específico, intercultural, comunitário e diferenciado.

Aqui se insere a problemática desse trabalho: A educação praticada nas escolas da Comunidade Indígena Pataxó de Coroa Vermelha contribui para a conservação do conhecimento tradicional, afirmação cultural e identitária dessa comunidade? O processo educacional forma um sujeito crítico, participativo, capaz de fomentar e enriquecer discussões sobre os problemas da comunidade e de empreender ações que contribuam para o desenvolvimento da mesma? Como a educação pode contribuir com a formação dos recursos humanos, visando sua capacitação para colaborar com o desenvolvimento da comunidade, levando-se em consideração seus vieses econômico, ambiental e cultural?

O objetivo desse capítulo é entender como a educação da escola indígena contribui para a conservação do conhecimento tradicional, afirmação cultural e identitária dessa comunidade. Não temos a intenção de esgotar o tema, por sua complexidade, profundidade e relevância, mas acreditamos que as reflexões aqui apresentadas podem contribuir para enriquecer esse debate. A metodologia utilizada nesse capítulo foi a pesquisa bibliográfica, a observação e a história oral, a partir da experiência do autor de atuação na Escola Indígena Pataxó.

7.1 A educação “escolar” indígena

Assim como a catequese, a educação foi introduzida nas aldeias indígenas com o intuito, não apenas de integração das comunidades indígenas à sociedade não indígena, como também para estabelecimento da língua falada pela sociedade nacional, no caso a brasileira. Tal intervenção ignorou todo o complexo sistema

organizacional das comunidades nativas (FERNANDES, 2010). O processo de produção e difusão do conhecimento nas aldeias indígenas, com seus ritos e cultura peculiar, foram desconsiderados pelo olhar da sociedade nacional que, com seu jeito de ver e pensar as populações indígenas, introduziu novas práticas culturais e pedagógicas na escola indígena.

Durante séculos, a forma de existir dos povos considerados indígenas, com seus ritos, crenças e tradições foi suprimida, inclusive do sistema de educação nacional. Somente após a promulgação da Constituição de 1988, os povos indígenas, após mobilizações e reivindicações, conseguiram obter o reconhecimento e direitos garantidos. O artigo 231 da Carta Magna aduz que:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (Brasil, 2020, p. 13).

Desde o início, a educação oferecida nas escolas indígenas foi elaborada sem considerar a cultura local, o modo de vida comunitário, os recursos disponíveis e a características econômicas, políticas, sociais, jurídicos e religiosos dos povos indígenas. No tocante à educação oferecida nas escolas indígenas, dois importantes mecanismos legais garantem a promoção e a valorização das identidades étnicas, dos processos próprios de transmissão de conhecimentos, das memórias históricas e das formas específicas de pensar e organizar o espaço escolar: a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A Lei nº 9.394/96, que dispõe sobre as *Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB), assegurou as características particulares da educação escolar indígena. Em seu artigo 78 e incisos I e II, a lei supracitada determina como sendo de responsabilidade da União o desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa para a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os objetivos de proporcionar aos índios, comunidades e povos, a recuperação das memórias históricas, a reafirmação das identidades étnicas, a valorização das línguas e das ciências. E, também, garantir o acesso às informações e aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas.

Novamente, a LDB, em seu artigo 79, estabelece que os programas de ensino e pesquisa além de serem apoiados, técnica e financeiramente, pelo governo federal, deverão ser planejados com audiência das comunidades indígenas, tendo como alguns objetivos, os seguintes: “fortalecer as práticas culturais e a língua materna de cada povo; manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas” (BRASIL, 2020, p. 5).

A Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), em sua Resolução de nº 3, de 10 de Novembro de 1999, artigo 2º, reconhece como sendo escola indígena, aquelas localizadas em terras habitadas por comunidades indígenas que: atendam exclusivamente a comunidades indígenas; consolidem o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas; tenham organização escolar própria.

Aduzindo sobre os interesses e autonomia dos povos indígenas e tribais, quanto suas escolhas sobre os processos que afetam suas vidas, o artigo 7º, da Convenção nº169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), afirma que:

Os povos interessados terão o direito de definir suas próprias prioridades no processo de desenvolvimento na medida em que afete sua vida, crenças, instituições, bem-estar espiritual e as terras que ocupam ou usam para outros fins, e de controlar, na maior medida possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, eles participarão da formulação, implementação e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional e regional que possam afetá-los diretamente (OIT, 2011, p. 19).

Em nível estadual, temos o Decreto Estadual nº 8.471, de 12 de março de 2003, o qual cria a categoria de Escola Indígena, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Estado da Bahia, e dá outras providências. Também temos a Lei nº 12.046, de 04 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a carreira de Professor Indígena, no Grupo Ocupacional Educação, do Quadro do Magistério Público do Estado da Bahia e dá outras providências. Além disso, existe a Portaria nº 3.918/2012, de 13 de abril de 2012: essa dispõe sobre a reorganização curricular das unidades escolares da educação escolar indígena, integrantes da rede pública estadual.

Aqui, percebe-se que a preocupação da formação das comunidades indígenas, a partir da educação formal escolar, está centrada em considerar os fatores culturais, peculiares, de cada povo observando que sua educação deve ser atrelada à realidade que o cerca. Conforme observa Ávila (2005):

Trata-se de educabilidade no sentido de que a comunidade se informe, atualize e impregne, ininterruptamente, do hábito cultural da *incessante pesquisa e discussão de novas formas* para se unir, cooperar e agir em direção à consecução de seus próprios rumos de desenvolvimento e concernentes meios de viabilização (ÁVILA, 2005, p. 104).

Nessa tarefa de educação continuada para o autodesenvolvimento, as comunidades vão precisar da ajuda das instituições parceiras, contribuindo para que a comunidade aprenda a ser autora de seus próprios destinos, através de ações individuais com ideário coletivo. Assim ela será capaz de criar mecanismos de desenvolvimento próprios, seja esse desenvolvimento econômico, social, cultural ou ambiental (ÁVILA, 2005).

Do ponto de vista legal, com esse arcabouço de leis, as escolas indígenas estão amparadas para desenvolverem programas de ensino, calendários próprios, material didático, enfim, para organizar a vida escolar de acordo com as especificidades culturais e linguísticas de cada povo. Infelizmente, na prática, a implementação desses programas ainda se constitui como um desafio aos povos indígenas e às instituições de fomento à educação escolar indígena, que enfrentam diversas dificuldades para a efetivação dos dispositivos previstos e garantidos por lei (FERNANDES, 2010).

Ante o exposto, podemos afirmar que, na perspectiva de uma educação específica, diferenciada e intercultural (SANTOS & LIMA, 2014), já se tem uma legislação estadual, nacional e até mesmo internacional que define princípios, regulamenta a educação escolar indígena e assegura a plena participação dos povos indígenas na definição e na elaboração das políticas públicas.

É preciso diagnosticar se esse direito, na prática, tem sido garantido em sua plenitude, uma vez que os indígenas ainda não ocupam de fato o papel de protagonistas nesse processo. Como já exposto, anteriormente, a educação escolar indígena é uma conquista marcada por séculos de lutas dos povos indígenas pelo direito a uma educação que considere seu modo de existir: comunitário, cooperativo, cultural e específico.

Como são elaborados os currículos para as escolas indígenas? Quem são as pessoas responsáveis pela organização da escola, do conteúdo e do material utilizados nessas escolas? O que diferencia as escolas indígenas das escolas tradicionais (não indígenas)? Diante de tais questionamentos, conhecendo as escolas

indígenas localizadas na comunidade supracitada, o objetivo aqui foi tentar, em termos de entendimentos básicos e de perspectivas operacionais explicitadas pela educação básica nacional, diagnosticar o processo de educação desenvolvido, visando contribuir para a conservação do conhecimento tradicional, afirmação cultural e identitária do povo Pataxó, em Coroa Vermelha.

7.2 A escola indígena Pataxó de Coroa Vermelha

A história do povo Pataxó que habita o litoral dos municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro, no Extremo Sul da Bahia, é marcada por lutas pelo reconhecimento e garantia dos seus direitos. Isso se reflete, também com a educação da comunidade. O histórico da escola indígena Pataxó pode ser narrado a partir da década de 1990 (figura 08), sempre lembrando que as lutas pelos direitos desse povo atravessam séculos.

No ano de 1987, ainda incipiente, sem atender as demandas de toda a comunidade e funcionando em um espaço improvisado, é que têm início as atividades da escola indígena Pataxó na aldeia. Contemplando apenas as séries iniciais, a primeira escola começa a funcionar com o auxílio da Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz Cabrália (Bahia), com seu corpo de colaboradores constituídos por indígenas e não indígenas, mesmo por que era necessário o suporte da Secretaria Municipal para a constituição e suporte das atividades da escola.

A maioria das crianças indígenas ainda estudava na escola tradicional, instituída para a educação da sociedade não indígena, com seu currículo voltado para atender as demandas gerais. Ainda não se tinham indígenas com formação necessária para participarem da organização e operação da escola indígena. Os indígenas ainda não tinham participado de cursos de formação de professores ou mesmo de curso superior que os habilitassem a exercer a docência ou direção da escola.

Vale salientar que, na década de 1990, ainda estavam ocorrendo as iniciativas que direcionaram a implantação e operacionalização das escolas indígenas. Conforme asseguram Santos & Lima (2014), os anos 1990 foram marcados por conquistas significativas a respeito da educação escolar, no Brasil e na Bahia. Segundo esses autores, uma das principais conquistas obtidas pelos povos indígenas foi a criação, pelo Ministério da Educação (MEC), da Coordenação Nacional de

Escolar Indígena, a qual tinha por incumbência desenvolver uma política pública de educação escolar indígena, em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

A luta do povo Pataxó pelo direito a uma educação que atendesse às demandas da comunidade nunca cessou. Muitas lideranças e jovens daquela comunidade buscaram incessantemente a qualificação necessária para habilitar-se no que diz respeito a atuarem na organização e operação da escola indígena. Em todo o país, os povos indígenas organizavam-se para mostrar aos governantes a necessidade de oferecer, aos indígenas, uma educação diferenciada, específica, intercultural e comunitária. Um modelo de educação que levasse em consideração o modo de existir de cada povo, suas características locais e regionais, sua língua, sua cultura.

O povo Pataxó, como todos os indígenas do país, não recebia a atenção necessária para implementar o modelo de escola indígena que fosse compatível com sua realidade. Nas séries dos ensinos fundamental e médio, os Pataxós continuavam cursando nas escolas convencionais, estruturadas para a educação de não índios, afastando os indígenas da sua realidade e do seu modo de existir.

A luta do povo Pataxó de Coroa Vermelha pela consolidação da escola indígena esbarrava na burocracia e na negligência dos governantes. As iniciativas e políticas criadas pelo governo, através do MEC e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação para cuidarem da educação indígena eram operacionalizadas pelo pessoal do governo e por instituições de ensino, um corpo de colaboradores que, muitas vezes, não conheciam a realidade das comunidades indígenas e não dispunham de qualificação para implementar as mudanças necessárias à consolidação de um modelo de educação desejada pelos indígenas.

Figura 08: Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha.



Fonte: Ferreira e Santos (2019).

Somente pelos idos dos anos 2000, a aldeia consegue a construção da escola indígena atual (figura 09). O formato das salas de aula, o layout da escola de maneira geral, fazia entender que ali funcionava uma escola indígena. A nova escola já oferecia

não apenas as séries iniciais, como também o ensino fundamental. O ensino médio ainda era cursado nas escolas normais. O corpo de colaboradores ainda era constituído por indígenas e não indígenas.

Figura 09: Escola Municipal Indígena Pataxó de Coroa Vermelha.



Fonte: Ferreira e Santos (2019).

O ensino médio passou a ser oferecido entre os anos de 2006 e 2007, sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação, como extensão do Colégio

Estadual Frei Henrique de Coimbra, um colégio estadual, que remanejava professores para lecionar na escola indígena, nos três últimos anos do ensino médio.

Em função da estrutura insipiente, nem todos os estudantes indígenas poderiam cursar o ensino médio na escola indígena, muitos tinham que concluir essa etapa nas escolas tradicionais, disponíveis na região. Após 2010, teve início a construção do prédio (figura 10) que abrigaria o ensino médio na escola indígena Pataxó. Atualmente, a escola indígena oferece desde as séries iniciais até a conclusão do ensino médio, sendo que esse último é de responsabilidade do governo estadual.

Figura 10: Escola Estadual Indígena Pataxó de Coroa Vermelha.



Fonte: Ferreira e Santos (2019).

Tive a oportunidade de lecionar na Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha. Foi uma experiência significativa, de aprendizado, percepção da realidade e complexidade que envolve a educação indígena e a operacionalização da escola indígena.

Depois de séculos de lutas e reivindicações, a escola indígena está consolidada, uma conquista imensurável para o povo Pataxó. É perceptível a busca dos indígenas por qualificação e habilitação para o aperfeiçoamento da educação

indígena e consolidação da escola; porém, é importante destacar que o sistema de ensino ainda fica sob a responsabilidade do município e do estado.

Analisando a estrutura de ensino na escola indígena, percebe-se que ela difere pouco do ensino oferecido nas escolas tradicionais. Observando a grade de disciplinas, o currículo dos cursos, percebe-se pouca diferença das escolas convencionais para não índios. Talvez a única diferença seja a substituição da língua estrangeira, do inglês para o Patxôrá, língua mãe do povo Pataxó, que já está quase extinta.

Percebe-se que há poucas ou quase nenhuma política pública voltada para oferecer, nas escolas indígenas, um modelo de educação conforme preconizado na Constituição Federal de 1988, e no aparato legal criado para garantir ao povo indígena uma educação que considere suas características locais, comunitárias e culturais.

Os indígenas continuam buscando qualificação, através de cursos de licenciatura, cursos de extensão e educação continuada, participação em eventos e parcerias com instituições de ensino na busca pelas competências técnicas que os habilitem a pensar e desenvolver uma educação específica, diferenciada e que atenda as demandas da comunidade Pataxó.

7.3 Educação de Jovens e Adultos (EJA) na (EIPCV)

Ninguém duvida de que a redução e, até mesmo, erradicação do analfabetismo é uma responsabilidade dos governantes nacionais e dos profissionais da área de educação. Assim sendo, entende-se que o acesso de jovens e adultos a uma educação de qualidade significa, antes de tudo, respeitar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e, no caso do Brasil, cumprir uma determinação da Constituição Federal de 1988, assegurando um direito do cidadão brasileiro; todavia, para efetivar uma educação comprometida com a realidade do educando no sentido de prepará-lo para a vida e para o mundo do trabalho, faz-se necessário uma educação conscientizadora para que o aluno possa, então, ser capaz de fazer sua leitura do mundo, com a mediação do educador (SILVA e PLOHARSKI, 2011).

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96 – é uma modalidade de ensino, que visa oportunizar a formação escolar para aqueles que não tiveram acesso ou não puderam

concluir o ensino fundamental ou médio nas idades apropriadas (SCARPARO & FERNANDES, 2017). Segundo Rego (2012), Coroa Vermelha surgiu e cresceu através do comércio de artesanato voltado ao turismo, atividade esta que se tornaria elemento fundamental na caracterização étnico-identitária do grupo.

Nesse contexto específico, nossas questões de pesquisa são: como a modalidade de ensino EJA pode colaborar para a redução do número de não letrados na comunidade e também possibilitar àqueles que interromperam os estudos de concluírem? Quais os desafios e perspectivas para consolidação da metodologia EJA? Além dos autores citados no texto, essa pesquisa utilizou como base de fundamentação os trabalhos de Paulo Freire: *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* e *Educação e Mudança*, (1996) e (2000), respectivamente. Para além disso, também foram observados trabalhos de autores como: Gadotti (1991); Haddad (2002); Pinto (2000) e Ireland (2008).

Segundo a professora Raimunda Pataxó, coordenadora da EJA na comunidade indígena Pataxó, a modalidade começou a ser oferecida no município no ano de 2003, porém, apenas em 2006 a metodologia EJA passou a ser inserida na comunidade indígena. A professora Raimunda reconhece que o número de indígenas não inseridos na educação indígena é elevado. Além disso, o índice de evasão é alto e os alunos indígenas que desistem dos estudos sem concluírem apresentam motivos dos mais variados: começam a trabalhar cedo, mudam de aldeia, entre outros. A coordenadora afirma que, desde o início da implantação da modalidade EJA na comunidade indígena, vem tentando oferecer um atendimento diferenciado aos alunos da EJA, no intuito de fazer com que esses indígenas concluam sua formação.

As mudanças provocadas pela atividade turística e exposição dos indígenas influenciaram não apenas a vida dos adultos, mas também das crianças indígenas. Muitas são as crianças que começam a trabalhar, comercializando artesanato no comércio indígena de Coroa Vermelha e nas praias nos municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro, no Extremo Sul da Bahia. A presença das crianças no âmbito do comércio indígena – quase sempre vestidas “a caráter” e vendendo colares de sementes – é recorrente (MIRANDA, 2009).

Observa-se que são diversas as ocorrências, aparentemente complexas na dinâmica da vida da CIPCV, que contribuem para a evasão escolar, por exemplo. Muitas crianças e jovens (figura 11) no trabalho é uma das causas que dificultam seu ingresso na escola e/ou interferem na continuidade dos estudos. Outro fator é a

migração de muitos indígenas que mudam de aldeia, estimulados pelo laço de parentesco existente entre as aldeias. Outrossim, o turismo na região assume um perfil sazonal e, por isso, é preciso aproveitar a alta estação, período no qual grande quantidade de turistas visitam a Coroa Vermelha e a Costa do Descobrimento.

Compartilhamos nossa preocupação em aprofundar a observação sobre essas ocorrências na pesquisa, com o intuito de compreender, mediante análise cognitiva, a relação que esses jovens estabelecem com o saber e, também, se suas lógicas de aprendizagem são enraizadas em matrizes culturais indígenas coincidentes com o que preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e a Constituição Federal de 1988.

Aqui nos reportamos a Ruth Canter Kohn na abordagem dos desafios da observação questionante. O essencial reside, a meu ver, na leitura do “complexo no simples”, da dialética das facetas desta complexidade na dinâmica dos confrontos, das exigências, dos esclarecimentos e no eventual investimento dessa dinâmica na vida cotidiana. Procurando ver de outro modo, confrontam-se problemáticas divergentes, recorre-se a noções provenientes de horizontes diversos, tenta-se formular as perspectivas (KOHN, 2016).

Apesar da aldeia de Coroa vermelha contar com duas escolas indígenas, as quais oferecem das séries iniciais ao nono ano do ensino fundamental (municipal) e do primeiro ao terceiro ano do ensino médio (estadual), grande quantidade de jovens e adultos não teve acesso ao ensino ou foi forçada a interromper os estudos por diferentes motivos, sendo a incompatibilidade da EJA com a modalidade de trabalho e a mobilidade dos indígenas entre aldeias, os principais.

Figura 11: Adolescentes e crianças comercializando artesanato.



Fonte: <<https://www.facebook.com/praiadecoroavermelha/>>

A aldeia de Coroa Vermelha é um ponto turístico com grande quantidade de visitantes diariamente. Esse fator alterou profundamente o modo de vida da comunidade Pataxó que vive ali. Do ponto de vista econômico, a produção e comercialização de artesanato tornaram-se as principais atividades dos indígenas da

aldeia de Coroa Vermelha, que surgiu e cresceu através do comércio de artesanato voltado ao turismo, atividade esta que se tornaria elemento fundamental na caracterização étnico-identitária do grupo (REGO, 2012).

Segundo Grunewald (1999), de maneira geral, os índios de todas as aldeias Pataxó do Extremo Sul Baiano estão, de algum modo, ligados ao turismo, uma vez que esta atividade movimenta em grande parte a economia regional. O turismo passa a oferecer uma atividade econômica nova, diferente e diversificada para o Pataxó de Coroa Vermelha.

Na pesquisa, fica evidente que o número de alunos desistentes é muito grande. Sendo baixa a quantidade de alunos concluintes nas turmas de EJA. A coordenação, juntamente com os professores, está empreendendo esforços no intuito de atrair maior número de alunos e, desse modo, tentar reduzir o quantitativo da evasão nas turmas.

Com todas as características aqui apresentadas sobre a CIPCV e as transformações enfrentadas, tanto aquelas desencadeadas pelas atividades turísticas nos subsistemas econômicos da comunidade, quanto àquelas provocadas pelas relações estabelecidas entre a comunidade indígena e os não-indígenas, mostra que essa aldeia precisa de suporte para enfrentar e sobreviver à atual realidade que está exposta.

Esse suporte, certamente, pode vir de uma educação que leve em consideração as atuais características da comunidade, suas demandas, desafios e perspectivas. Essa educação deve ser baseada em alguns alicerces imprescindíveis para formação de uma comunidade preparada para a nova realidade. Tais alicerces são: educação comunitária, intercultural, multilíngüe, específica, diferenciada e de qualidade na formação cultural, étnica e ambiental.

Essa educação deve ser pensada e construída conjuntamente, entre agentes externos (Secretaria de Educação) e membros da CIPCV, os quais poderão externar suas demandas, desafios e perspectivas, corroborando para a construção de componentes curriculares que atendam a comunidade.

Apesar das conquistas obtidas pelos povos indígenas no Brasil e na Bahia, no tocante à educação indígena, entende-se que muito ainda precisa ser feito. Apesar de muitos dos professores indígenas já terem concluído cursos de licenciaturas, inclusive a Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena, o ensino oferecido ainda não nos permite afirmar que a Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, oferece uma educação específica, diferenciada e intercultural.

Certamente que a elaboração de documentos capazes de normatizar a educação escolar indígena vem recebendo cada vez mais a participação de professores indígenas, e esse é o processo correto; porém, pode-se afirmar também que o modelo de ensino implantado, inicialmente, foi impositivo, uma receita pronta de uma educação tradicional - fato esse pontuado, inclusive, por Fernandes (2010) e Santos & Lima (2014).

A Escola Indígena de Coroa Vermelha possui uma estrutura considerável, suficiente para manter viva a cultura do povo Pataxó, seu modo de existir. A transmissão do conhecimento tradicional e o aprendizado do conhecimento científico são possíveis e desejáveis, necessitando, para isso, de políticas públicas e da construção de um sistema de ensino compatível com a realidade da comunidade. Luciano (2006) reconhece que cada povo indígena constitui-se como uma sociedade única, na medida em que se organiza a partir de uma cosmologia particular própria, que baseia e fundamenta toda a vida social, cultural, econômica e religiosa do grupo.

A preservação do conhecimento tradicional das comunidades, dos costumes e ritos, do espírito de participação e cooperação, e do senso de pertencimento, passa por um modelo de educação diferenciado, elaborado a partir da percepção e experiências dos povos indígenas numa perspectiva epistemológica e cognitiva própria.

A criação e implementação de políticas públicas educacionais voltadas para os povos indígenas deve ter ainda mais a participação dos professores indígenas e líderes locais comunitários. A afirmação cultural e identitária somente será consolidada no momento em que os responsáveis pela implementação dessas políticas (governos e instituições) entendam que as comunidades indígenas precisam ter seus direitos reconhecidos, podendo, assim, garantir a participação dos mesmos na criação e condução das ações. Santos & Lima (2014) afirma que várias ações tidas como prioritárias por esses povos, para fazer avançar as práticas ligadas à educação indígena, não chegam a ser implementadas pelas autoridades não indígenas.

A educação escolar indígena da escola de Coroa Vermelha, assim como em todas as comunidades indígenas, precisa ganhar a autonomia necessária para sua emancipação, o que contribuirá para a desvinculação de um modelo pré-estabelecido pela a sociedade capitalista ocidental.

8. Da visita de campo, coleta e análise dos dados

Conforme já mencionado, esta pesquisa foi realizada a partir de estudos comparativos com autores da área de Ciências Sociais, principalmente Economia e Sociologia, os quais puderam contribuir com as questões e conceitos abordados no estudo, dando destaque as contribuições de Ávila, Candiotto, Coraggio, Schneider.

Além dos autores supracitados, foram realizadas também, pesquisas com autores que se dedicam em pesquisas na temática indígena, destacando para Carvalho, Ribeiro, Sampaio.

Ao longo do curso, foram feitas 04 visitas à comunidade pesquisada, sendo que em uma delas, realizou-se uma experiência com a técnica de Grupo Focal, onde treze famílias participaram da pesquisa. A ideia inicial foi que mais famílias participassem da pesquisa, porém em 2020, último ano do curso, o surgimento da pandemia do COVID-19, impossibilitou novas visitas à aldeia Pataxó, inviabilizando a participação de mais membros da comunidade.

A partir de um roteiro, previamente elaborado, o qual consta no apêndice deste trabalho, acreditou-se ser uma opção para obtenção de dados e consolidação da pesquisa bibliográfica realizada a partir dos autores já mencionado e visando atingir os objetivos do estudo.

Para alguns autores, com destaque para Dall'Agnol e Trench (1999), a técnica de grupo focal é bastante utilizada nas áreas de Educação, Saúde e Mercadologia, e vem crescentemente sendo utilizada por outras áreas. Esta técnica de entrevista trata-se do encontro de um grupo de pessoas com um tópico específico a ser debatido, onde a intenção é fazer com que os participantes debatam e discutam entre si, moderados por um entrevistador/moderador (FLICK, 2004).

Sobre a operacionalidade do grupo focal, os autores citados recomendam que o número de participantes ideal seja de oito a dez pessoas (DALL'AGNOL e TRENCH, 1999; FLICK, 2004); porém, em virtude das características da comunidade e de algumas limitações encontradas, como reunir um número de membros no mesmo momento e local, fica registrado aqui que, nesta pesquisa, o número de membros nos grupos focais variou entre quatro e seis pessoas.

A escolha do público-alvo se deu principalmente devido a facilidade de acesso aos mesmos, além das diferentes atividades econômicas desenvolvidas por eles. Este público participante da pesquisa foi composto por pessoas entre 30 e 50 anos, em sua maioria homens. Uma das condições impostas para participarem do grupo foi não falar em valores, ou seja, não revelarem suas rendas mensais.

A partir dos dados obtidos com a pesquisa bibliográfica e com o grupo focal, foi possível identificar algumas características sobre as famílias indígenas e as atividades econômicas desenvolvidas por elas. Sendo que alguns atributos influenciam na escolha da atividade empreendidas pelos membros destas famílias.

8.1 Análise dos Dados

De posse das anotações dos diários de campo realizou-se a tabulação dos dados, das conversas/entrevistas tanto em grupo como as individuais. Lembro que, em virtude das características da comunidade, não foi possível reunir grupos, mas também conversar com famílias separadas. Foi realizada a organização e o mapeamento das semelhanças e diferenças das características de cada família, com o objetivo de delinear as primeiras ideias e selecionar as categorias que supostamente responderiam às questões da pesquisa. As características e categorias estão descritas e explicadas a seguir, nas formas de texto e gráficos, quando possível.

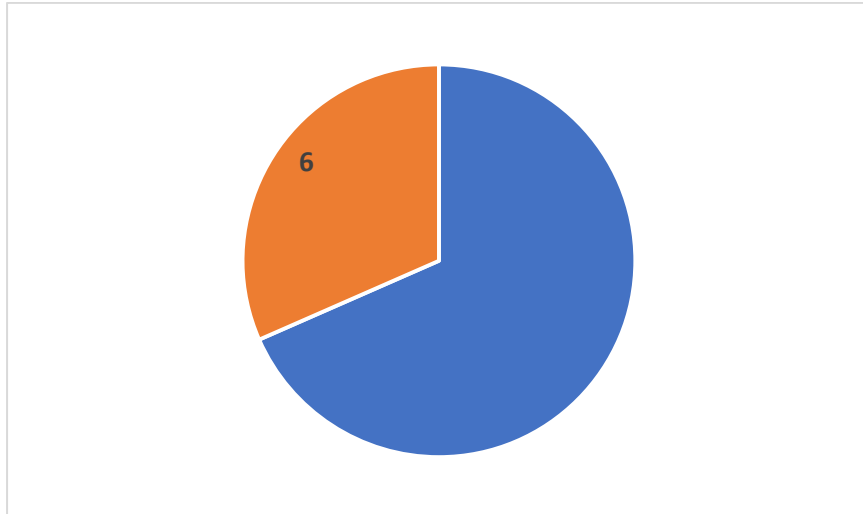
As 13 unidades familiares que participaram da pesquisa somam um total de 56 membros, com a seguinte configuração: 13 casais (26 pessoas, portanto) e 30 filhos, uma média de 2,31 filhos por família. As idades dos filhos variam entre 1 e 25 anos, com predominância de crianças e adolescentes.

Dentre as atividades econômicas praticadas pelas famílias, identificou-se certa variedade dentre as quais destacam-se as seguintes: venda de peças de artesanato; barraca de praia; comércio com foco na atividade turística e comércio voltado para a própria população indígena e não indígena (barraca de acarajé, mercearia, loja de óculos de sol); produção agrícola em pequena escala com objetivos de consumo e comercial também; taxista; garçoneiro; professor(a); secretário escolar e serviços gerais. Apenas uma das famílias tinha uma única atividade como fonte de renda, sendo esta a produção e venda de artesanato.

As atividades desenvolvidas pelos filhos variam entre as seguintes: venda de peças de artesanato, comércio de produtos tecnológicos (celular, relógio inteligente), produção e comercialização de cocô da Bahia, estudantes são aqueles que apenas ajudam os pais. Identificaram-se três jovens estudantes de cursos de graduação da Universidade Federal da Bahia.

Dos 13 casais que participaram da pesquisa (26 pessoas, portanto), 6 possuem formação em nível superior, conforme gráfico 1.

Gráfico 01. Indígenas com nível superior.



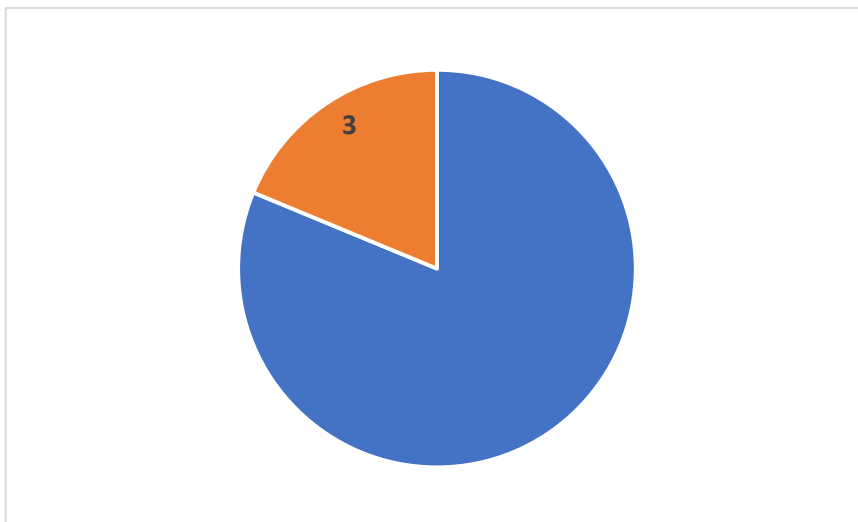
Fonte: O próprio autor (2020).

Destaca-se que os seis indígenas mencionados cursaram Licenciatura Intercultural Indígena, curso oferecido inicialmente pela Universidade do Estado da Bahia, atualmente o curso é oferecido por outras instituições, como a Universidade Federal de Minas Gerais. Dos seis, cinco atuam como professores na EIPCV.

Importante salientar que o total do número de indígenas com a formação mencionada é maior, alguns atuam em outras aldeias e outros atuam em outras funções que não professor. Existem indígenas concluindo a licenciatura e outros cursando.

Como o objetivo do estudo é conhecer a pluriatividade na comunidade, a pesquisa de campo buscou identificar a quantas e quais eram as atividades empreendidas pelas famílias Pataxós. Das famílias que participaram da pesquisa, ficou evidente que todas desenvolvem mais de uma atividade econômica com foco na formação da renda familiar. O gráfico 2 mostra que das 13 famílias, 3 delas desenvolvem mais de duas atividades.

Gráfico 02: Famílias que desenvolvem mais de 2 atividades econômicas.

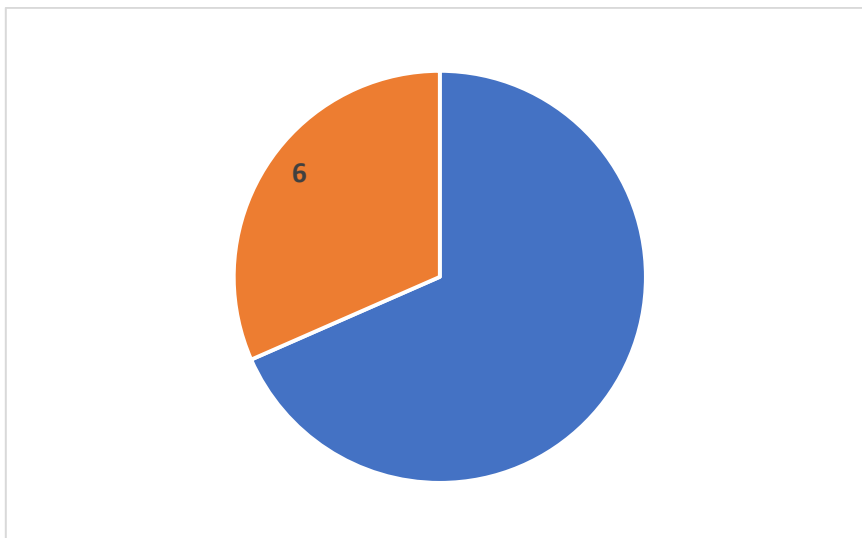


Fonte: O próprio autor (2020).

A principal atividade desenvolvida pelos Pataxós, sem dúvida, é a comercialização de peças de artesanato. Esse comércio acontece de duas maneiras: ou a família possui uma loja na Coroa Vermelha, onde os turistas visitam e fazem as compras; ou é comercializado em outros pontos turísticos de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro, ou ainda pode ser comercializado nas praias da região. A pesquisa mostrou que 46,15% das famílias que participaram do grupo focal possuem uma loja onde comercializam peças de artesanato, num total de 6 das 13 famílias, conforme o gráfico 3.

Com relação as principais atividades, supracitadas, empreendidas pelas famílias Pataxós, a pesquisa constatou que 23,07% das famílias trabalham com serviços de praia, mais especificamente, 3 das 13 famílias possuem uma barraca de praia, conforme gráfico 4. Nestas barracas são oferecidos produtos e serviços aos turistas e moradores da região, tais como, comida típica, bebidas, passeio de caiaque.

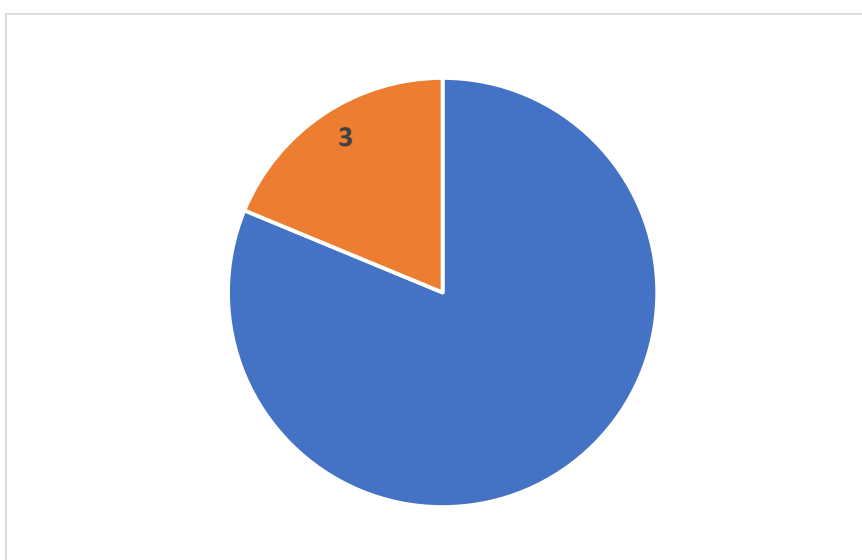
Gráfico 3: Famílias que possuem loja para venda de artesanato.



Fonte: O próprio autor (2020).

Sobre as barracas de praia, algumas encontram-se arrendadas para não indígenas, outras são operacionalizadas pelas próprias famílias indígenas. Já se menciona neste trabalho que a área onde está localizada a aldeia Pataxó é um ponto turístico intensamente visitado pelos turistas que viajam para a região da Costa do Descobrimento. Muitos turistas gostam tanto da região que decidem fixar residência na localidade. Alguns destes arrendam pontos comerciais para empreenderem atividades econômicas, visando obter renda para permanecerem residindo por aí.

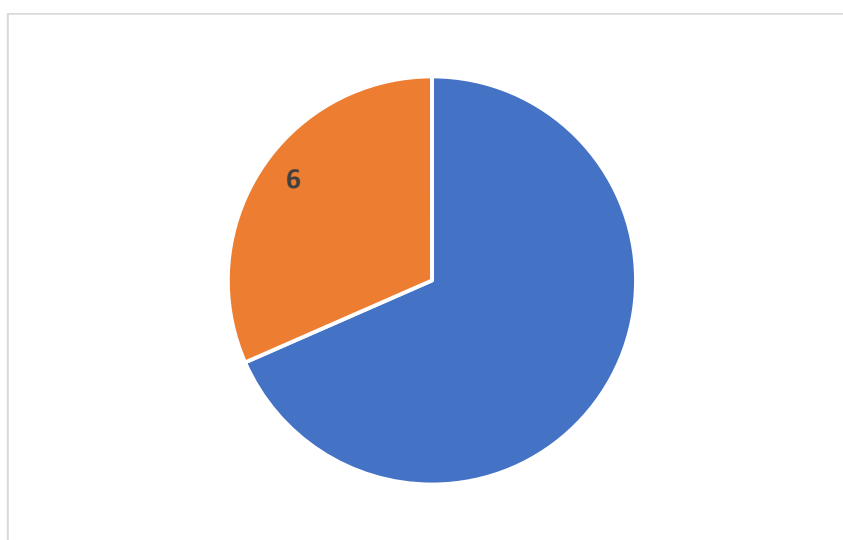
Gráfico 4: Famílias que possuem barraca de praia.



Fonte: O próprio autor (2020).

Já foi mencionado, anteriormente, que a partir do oferecimento do Curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena - LICEEI, oferecido desde 2009, alguns Pataxós concluíram o curso e tornaram-se aptos a lecionar na Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha. Outros indígenas trabalham como secretário escolar e há os que trabalham como serviço gerais e porteiro. Esta pesquisa diagnosticou que das 13 famílias pesquisadas, em 6 delas existem indígenas que concluíram o curso supracitado e lecionam na escola indígena, gráfico 5.

Gráfico 05: Indígenas que lecionam na EIPCV.



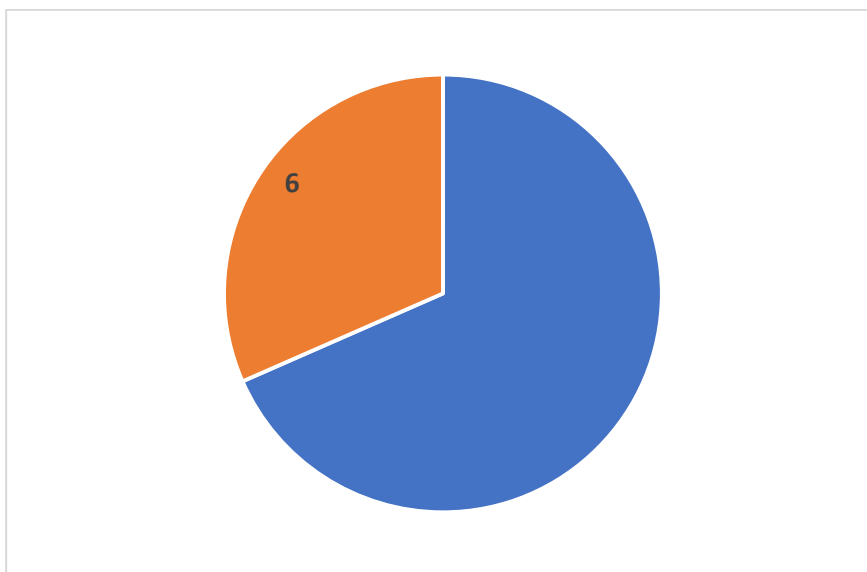
Fonte: O próprio autor (2020).

Das diferentes atividades econômicas apresentadas, existem indígenas que promovem suas rendas e sustentos com atividades que não estão, diretamente, ligadas à atividade turística, como a maioria. Conforme já mencionado, existem indígenas desenvolvendo as mais distintas das atividades econômicas, dada as características da comunidade indígena estudada.

Existem indígenas que trabalham como pedreiro, cozinheiro, garçom, segurança recepcionista. Existem ainda aqueles que empreenderam no comércio, com foco não na atividade do turismo, mas voltado para a comunidade indígena e mesmo a comunidade não indígena. Mercearia, bar e lanchonete, barraca de acarajé, aluguel de ponto comercial e residencial, são algumas das atividades desenvolvidas por indígenas visando a formação da renda para sustento familiar.

A partir dos dados coletados foi possível diagnosticar que uma quantidade significativa dos membros das famílias Pataxós trabalham com atividades não ligadas ao turismo. Em seis das treze famílias que participaram da pesquisa existem membros que trabalham nas atividades não direcionadas ao turismo, gráfico 06.

Gráfico 06: Famílias que trabalham com outras atividades econômicas.



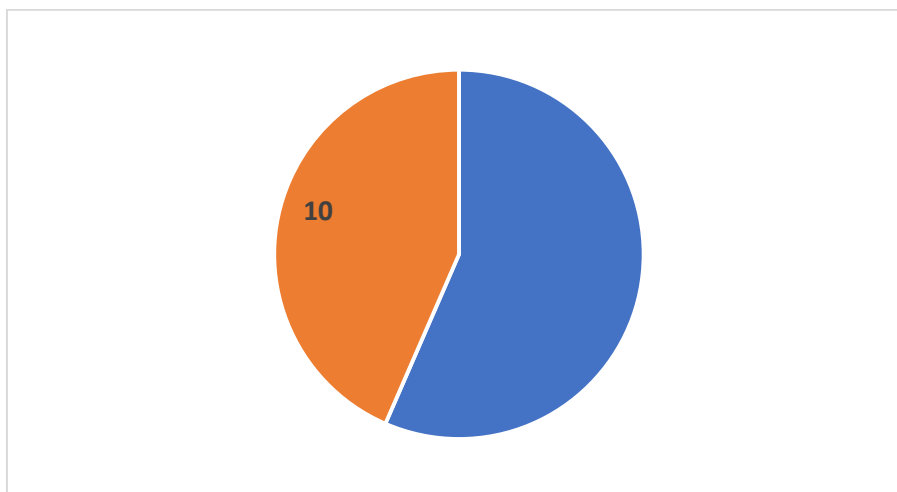
Fonte: O próprio autor (2020).

Como a pluriatividade diz respeito às diferentes atividades econômicas desenvolvidas pelos membros das famílias, buscou-se identificar a participação das mulheres na composição da renda familiar da comunidade indígena Pataxó de Coroa Vermelha. Importante salientar que em alguns núcleos familiares, a renda da mulher é a principal e mais importante que a do homem. Existem indígenas que são professoras na Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, concursadas no município, as quais possuem renda fixa. Tais mulheres indígenas também são responsáveis pela formação da renda familiar.

Importante lembrar que existem famílias onde não apenas o casal trabalha e contribuem com a renda da unidade familiar. Tem-se as famílias nas quais os filhos também trabalham, seja vendendo peças de artesanato, ajudando os pais no comércio ou mesmo desenvolvendo atividades independentes e distintas daquelas empreendidas pelos pais.

Certo é que a renda das famílias é constituída por distintas e múltiplas atividades econômicas. Destaca-se que a predominância da atividade turística na região, a formação técnica e acadêmica, a facilidade de acesso ao artesanato são atributos determinantes no processo de escolha e acesso à atividade a ser desenvolvida e da fonte de renda que será explorada.

Gráfico 07: Mulheres indígenas que trabalham.



Fonte: O próprio autor (2020).

Percebe-se que o percentual de mulheres indígenas que trabalham é considerável, dentre as famílias que participaram da pesquisa. Esta é uma informação que possui bastante fundamento e reflete a realidade das unidades familiares na comunidade Pataxó. A pluriatividade é este fenômeno que envolve todos os membros das famílias.

Uma informação interessante é que existem famílias indígenas que possuem funcionários indígenas, ou seja, existem indígenas que empregam indígenas. Alguns indígenas estabeleceram comércio que foi necessário contratar pessoas para auxiliarem no operacional dos respectivos comércios. Nas barracas de praia precisa-se das seguintes funções: cozinheiro, auxiliar de cozinha, garçom, atendente de bar. Quem possui uma mercearia precisa de pessoas para ajudar nas tarefas operacionais da loja. Existem ainda casos em que o casal trabalha e contrata uma pessoa para cuidar das crianças.

Das 13 famílias que participaram da pesquisa, 02 possuem pessoas trabalhando com elas e 02 informaram que já tiveram funcionários, não as tendo no momento.

Esta foi a análise realizada a partir dos dados coletados com as 13 famílias que participaram da pesquisa. Lembramos que, dentre as atividades econômicas praticadas pelas famílias, identificou-se certa variedade dentre as quais destaca-se a seguinte: venda de peças de artesanato; barraca de praia; comércio com foco na atividade turística e comércio voltado para a própria população indígena e não indígena (barraca de acarajé, mercearia, loja de óculos de sol); produção agrícola em pequena escala com objetivos de consumo e comercial também; taxista; garçoneiro; professor(a); secretário escolar e serviço gerais.

Conclusão

Por tudo que foi exposto neste trabalho, fica evidente que a CIPCV, é hoje, uma aldeia com características bem particulares. Conforme foi descrita no decorrer do trabalho, alguns autores que se dedicaram a estudá-la, a descreveram de maneiras variadas: “Aldeia Diferenciada”, “Aldeia Turistificada”, “Moderna”, “Descaracterizada”, entre outros.

De fato, pode-se afirmar que a aldeia indígena Pataxó de Coroa Vermelha é uma comunidade bastante diferente das demais aldeias espalhadas pelo território

brasileiro. Não é difícil entender os motivos que a levaram a ganhar tais características.

Foi explicado aqui que os Pataxós de Coroa Vermelha são oriundos da aldeia Barra Velha, assim como outras aldeias existentes no Extremo Sul baiano. O “Fogo de 51” ocasionou a fuga dos indígenas em busca de lugares tranquilos onde pudessem sobreviver de maneira tranqüila e cuidarem de suas famílias. Conforme explicado aqui, além de Coroa Vermelha, outras aldeias se formaram a partir dos aldeados de Barra Velha, também conhecida como “Aldeia Mãe”.

Também foi explicado aqui que além da mudança do local de moradia, houve mudança na maneira de viver, na forma como conseguiram prover o sustento e nas atividades desenvolvidas pelos Pataxós da nova aldeia. Diferentemente da agricultura e pesca, as principais atividades dos indígenas de Barra Velha, agora em Coroa Vermelha, as principais atividades estão, diretamente, ligadas a atividade turística, dada a importância histórica de Coroa Vermelha no cenário nacional e internacional. A produção e comercialização de artesanato é a principal atividade geradora de renda e sustento para os membros da aldeia de Coroa Vermelha, mas não apenas isso, uma variedade de atividades relacionadas ao turismo, são empreendidas pelos Pataxós proporcionam emprego e renda para as famílias indígenas.

Atualmente um maior número de atividades faz parte da realidade e da vida dos Pataxós de Coroa Vermelha, com a instalação de escolas e o oferecimento de serviços de saúde na aldeia, além do acesso à universidade, por meio das cotas, outras atividades estão sendo oferecidas e desenvolvidas pelos indígenas, professor e enfermeiro são algumas delas, conforme já mencionado anteriormente.

A partir da diversidade de atividades praticadas pelos Pataxós de Coroa Vermelha, foram usados os conceitos de *Pluriatividade* para explicar e significar o novo jeito de ser desta comunidade. Foi uma maneira de entender a nova forma de viver deste povo, usando para isso as discussões que ocorrem no contexto da agricultura, mesmo porque essa comunidade já foi agrícola, tem suas origens na agricultura e, em menor intensidade é claro, mas ainda pratica, cultiva e cria animais.

Com a análise dos dados obtidos identificar algumas características sobre as famílias Pataxó, que vivem na aldeia de Coroa Vermelha. Estas características estão ligadas às atividades econômicas desenvolvidas por estas famílias na busca por renda e sustento das respectivas unidades familiares.

Identificou-se que alguns indígenas já possuem formação em nível superior, a maioria cursou Licenciatura Intercultural Indígena, com o objetivo de trabalhar com educação, especificamente, suprir a demanda de professores para a escola indígena. Durante muito tempo os professores que lecionavam nas escolas indígenas não eram indígenas, isso começou a mudar com o surgimento das contas nos vestibulares de acesso ao ensino superior, além dos cursos de licenciatura direcionados para as comunidades indígenas. Atualmente o número de indígenas estudando é ainda maior, tanto no nível técnico quanto superior.

Sobre a pluriatividade praticada pelas famílias indígenas, ficou evidente, considerando o número de famílias que desenvolvem duas ou mais atividades econômicas com vistas à formação de renda para o sustento da unidade familiar. É possível afirmar que são raros os casos de famílias que possuem apenas uma atividade econômica.

Uma parcela considerável das famílias indígenas possui lojas ou barracas para comercialização de artesanato em Coroa Vermelha. Importante destacar que o comércio de artesanato não se restringe aos limites da aldeia, vai além desses limites. Muitos indígenas comercializam nas praias e em outros pontos turísticos e feiras da região. Existe o caso de famílias que possuem loja em Coroa Vermelha, onde um membro da família trabalha e outros membros comercializam nas praias. Existem casos em que trabalham em Coroa Vermelha e em outras feiras e pontos da cidade. O certo é que o comércio de artesanato configura-se como uma das principais fontes de renda das famílias indígenas.

A barraca de praia é outra fonte de renda interessante para os indígenas, porém, nem todos podem possuir uma barraca de praia. O espaço para construção e o custo são os principais obstáculos. Como Coroa Vermelha é um ponto turístico bastante visitado, com praias excelentes, ter uma barraca de praia é um diferencial para uma família indígena. Geralmente, gera renda para os proprietários e para outros indígenas, dada a demanda por mão-de-obra. Além disso, a possibilidade de arrendamento ou aluguel para não indígenas pode assegurar uma renda extra interessante.

Outra constatação interessante desta pesquisa foi o número de indígenas que conseguiram concluir o nível superior, seja a Licenciatura Intercultural Indígena, seja outra licenciatura, o que os habilitaram a conquistar a função de professor na Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha (EIPCV). Os dados mostram que das famílias

que participaram da pesquisa, em 46,15% delas existem professores que atuam na EIPCV. Vale lembrar que, nos primeiros anos da EIPCV, os professores eram todos não-indígenas, e atualmente, os indígenas lecionam tanto no ensino fundamental quanto no médio.

Já foi mencionado aqui que a principal atividade econômica é o comércio de artesanato. Porém, existe uma parcela significativa de indígenas que desenvolvem outras atividades com vistas a obtenção de renda e sustento da unidade familiar. Das 13 famílias que participaram da pesquisa, em 6 delas existem membros que trabalham com outra atividade que não o comércio de artesanato. Estas atividades já foram descritas, anteriormente, neste trabalho. Todas as famílias que participaram dessa pesquisa possuem parte de sua renda oriunda do comércio de artesanato, seja pela venda propriamente dita, seja pelo aluguel/arrendamento das lojas.

Outra informação bastante interessante é o percentual de mulheres indígenas que trabalham e colaboram com a formação da renda e o sustento da família. Em alguns casos, conforme já mencionado, a renda da mulher é a principal ou mais importante que a dos homens, lembrando que algumas mulheres são concursadas (professoras, agente comunitário de saúde, serviços gerais e etc.), a maioria atuando na educação e saúde da própria comunidade indígena. Em 10 das 13 famílias que participaram da pesquisa as mulheres trabalham e contribuem para a formação da renda familiar.

A partir desta análise foi possível caracterizar a CIPCV como sendo uma “*comunidade pluriativa*”, pelo fato de os membros das famílias praticarem mais de uma atividade econômica, sendo que algumas delas fora da aldeia, sensato reconhecê-la como pluriativa e com plurirrendimentos.

A partir desta análise, utilizaram-se os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico para explicar como a CIPCV ganhou importância no cenário econômico local e regional e, por isso, contribui para o desenvolvimento local da região onde está inserida. Foi explicado que, além da importância histórica do local, a presença indígena em Coroa Vermelha atrai visitantes do Brasil e do mundo, o que aquece o comércio local, proporcionando trabalho e renda para índios e não índios.

Os resultados desta pesquisa possibilitam afirmar que os Pataxós de Coroa Vermelha contribuem para o desenvolvimento local da região onde está inserida.

Conforme foi explicado ao longo desta tese, algumas aldeias formaram-se a partir de 1951, quando várias famílias fugiram de Barra Velha em busca de territórios seguros e potenciais para novos aldeamentos. Essas aldeias se concentraram, em maior número, nas áreas dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Apesar da distância, estas aldeias guardaram semelhanças no modo de vida, nos costumes e nas práticas das atividades econômicas. A partir desta observação e constatação, analisando os estudos de Hassan Zaoual, foi possível caracterizar a comunidade indígena Pataxó do Extremo Sul da Bahia, incluindo a CIPCV, como sendo um *Sítio Simbólico de Pertencimento*.

A partir da constatação das mudanças sofridas pela comunidade Pataxó de Coroa Vermelha e dos desafios e perspectivas que o mundo globalizado lhe apresenta, entende-se que apenas uma educação com foco na afirmação cultural e identitária, com foco na nova realidade da comunidade estudada será capaz de atender as demandas deste povo.

Esta educação indígena deve ser pensada juntamente com os atores envolvidos. Suas demandas precisam ser ouvidas, seus desafios e perspectivas e, a partir daí ser construído um modelo de educação que forme cidadãos prontos para serem atores de suas próprias histórias. Enquanto este modelo de educação for pensado e elaborado apenas por agentes externos, não será suficiente para formação de um povo que precisa ser autor de sua própria realidade.

Nesta tese, tentou-se analisar e entender a CIPCV sob a perspectiva da pluriatividade, a partir de pesquisas já realizadas, da pesquisa de campo com coleta de dados e da experiência do pesquisador com a sua vivência na comunidade. Foi isso que se objetivou com esta pesquisa.

Referências

ALCOFORADO, F. **Globalização e desenvolvimento**. São Paulo: Nobel, 2006.

ALMEIDA, Danilo Sette de. **Projeto de Recuperação de Matas Ciliares – Rio dos Mangues**. Porto Seguro-Ba, 1999.

ALVES, Raimundo Nonato Brabo. **Desenvolvimento Local: Alternativas de Produção Sustentável para Pequenos Municípios da Amazônia Brasileira**. Documentos 285 - Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/handle/123456789/7271>> Acessado em: junho de 2018.

ANDION, Carolina. **Análise de redes e desenvolvimento local Sustentável**. RAP Rio de Janeiro 37(5):1033-54, Set./Out. 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6512>> Acessado em: maio de 2018.

AUGUSTO, Cleiclele Albuquerque; SOUZA, José Paulo de; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; CARIO Silvio Antonio Ferraz. **Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011)**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400007. Acessado em: 28/09/2018.

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral: Edições UVA, 2005.

BAHIA. Secretaria de Educação da Bahia. **Decreto Estadual nº 8.471, de 12 de março de 2003** - Cria a categoria de Escola Indígena, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Estado da Bahia, e dá outras providências. Disponível em: <<http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/77390/decreto-8471-03>> Acessado em: novembro de 2015.

_____. **Lei nº 12.046 de 04 de janeiro de 2011** - Cria a carreira de Professor Indígena, no Grupo Ocupacional Educação, do Quadro do Magistério Público do Estado da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <<http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/77390/decreto-8471-03>> Acessado em: novembro de 2015.

_____. **Portaria nº 3918/2012 de 13 de abril de 2012** - Dispõe sobre a reorganização curricular das unidades escolares da educação escolar indígena, integrantes da rede pública estadual. Disponível em: <http://www.egba.ba.gov.br/diario/_DODia/DO_frm0.html> Acessado em: novembro de 2015.

BALTAR, Paulo E.. MANZANO, Marcelo. **O problema da informalidade ocupacional na periferia do capitalismo**. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 379, maio 2020. Disponível em: <<http://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD379.pdf>> Acessado em: 12 Jun. 2020.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões a independência do Brasil**. 2ª edição. Ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

BAPTISTA, Luís Humberto de Freitas. **Análise do crescimento económico e do desenvolvimento da Madeira (período de 1997 a 2008)**. Dissertação submetida na Universidade da Madeira (UMa) para a obtenção do grau de Mestre em Economia. Funchal, 2011. Disponível em: <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/338/1/MestradoLu%C3%ADsBaptista.pdf> Acessado em: julho de 2018.

BETTI, Patrícia. **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTUDO DE CASO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUARAQUEÇABA E NO PARQUE NACIONAL DO SUPERAGÜI, GUARAQUEÇABA – PARANÁ.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Defesa: Curitiba, 30/05/2014. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/37153?show=full>> Acessado em: 05 Mai. 2020.

BOMFIM, Antônio Ribeiro. **CRESCIMENTO ECONÔMICO E AÇÃO ANTRÓPICA: OBSTÁCULOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.** Monografia apresentada à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB/Campus de Itapetinga, para obtenção do título de Especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Itapetinga, 2009.

BORBELY, Alexandre. **Desenvolvimento ou crescimento econômico?** Disponível em: <<https://www.dgabc.com.br/Noticia/1976432/desenvolvimento-ou-crescimento-economico>> Publicado em: (18/06/2016), Acessado em: agosto de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Organização de Alexandre de Moraes. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso 10 Jul 2015.

_____. Conselho Nacional de Educação Básica. **Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999.** Fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 nov. 1999.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula.** 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável:** material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA. Brasília, jun. 1999.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. **Pluriatividade:** aspectos históricos e conceituais. Revista Faz Ciência, v.9 n.10 Jul./Dcz.2007, pp. 191-208. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7536>> Acessado em: 01 nov. 2019.

CARVALHO, Maria Rosário G. de. **Os Pataxó de Barra Velha:** seu subsistema econômico. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977.

COMISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CORAGGIO, José Luís. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel. LARA, Francisco. COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

CRUZ, Patricia Maíssa Ferragioni da. **RELAÇÃO RURAL-URBANA NO CONTEXTO DAS NOVAS RURALIDADES: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA**. Anais XVIII ENANPUR 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1667>> Acessado em: 04 nov. 2019.

CUNHA, Rejane Cristine Santana. **O fogo de 51: reminiscências Pataxó**. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Regional e Local, 2010. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/354467892/O-FOGO-DE-51-REMINISCENCIAS-PATAXO>> Acessado em: 13 Out. 2018. 146 f.: il

DE PAULA, Juarez. Parcerias para o desenvolvimento. In: **Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil** / Organizadores Cleiton Mello, Jorge Streit, Renato Rovai. São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

DIAZ BORDEVANE, J. E. **O que é participação**. 8ª Ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DIEGUES A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DOWBOR, L. **O que é poder local**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DOWBOR, Ladislau. **Políticas nacionais de apoio ao desenvolvimento local: empreendedorismo local e tecnologias sociais**. RAP Rio de Janeiro 39(2):187-206, Mar./Abr. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6566>> Acessado em: junho de 2018.

ESCHER, Fabiano et al. **Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006**. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 52, n. 4, p. 643-668, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000400002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 11 nov. 2019.

FERNANDES, Rosani de Fatima. **A ESCOLA COMO ESPAÇO DE AFIRMAÇÃO E REELABORAÇÃO IDENTITÁRIA: A EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA KYIKATÊJÊ**.

In: Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão / Mônica Castagna Molina, organizadora. – Brasília: MDA/MEC, 2010. (p. 180-188)

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004. 550 p.

FONSECA, Clovis Pereira da. **Maracás, história mitos e magia**. Salvador : Secretaria da Cultura e Turismo , 2006.

FRANCO, A. de. “**Desenvolvimento local integrado e sustentável: dez consensos**”. Em proposta, nº 78, 1998.

FURTADO, R. & FURTADO, E. **A intervenção participativa dos atores**. Inpa: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: IICA, 2000.

GEILFUS, F. **80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación**. San Salvador: Proyecto Regional IICA – Holanda/Laderas, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel e SOUZA, Aline Corrêa de. Aspectos teóricos e conceituais. IN: **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **Os ‘Índios do Descobrimento’: tradição e turismo**. Tese submetida à Banca Examinadora como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 1999.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **De algumas características sociais e culturais dos Pataxós de Coroa Vermelha**. 1996. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/de-algumas-caracteristicas-sociais-e-culturais-dos-pataxo-da-coroa-vermelha>> Acessado em: 10 Nov. 2018.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **Turismo na Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha: imperialismo e pos-colonialidade na região do Descobrimento do Brasil**. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural - Vol. 13 N.º 2. Special Issue Págs. 411-424. 2015. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/13215/PS0213_10.pdf> Acessado em: 15 Out. 2018.

INSTITUTO TRIBO JOVEM. **Inventário Cultural Pataxó: tradições do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia**. Bahia: Atxohã / Instituto Tribos Jovens (ITJ), 2011.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto de política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local**. Documento de Conclusão. São Paulo: Instituto Cidadania, 2006. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/1509/1509.pdf> - Acessado em: 10/07/2015.

ISSA, Yara Silvia Marques de Melo. **Produção do turismo e sítios simbólicos de pertencimento: inserção da comunidade local como fator de hospitalidade**. Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo, Rio de Janeiro, p. 05 a 06, jan. 2007. ISSN 1980-6965. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/view/5685>>. Acesso em: 17 Nov. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/oit.v2n4.5685>.

KIECKHÖFER, Adriana Migliorini. **DO CRESCIMENTO ECONÔMICO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: uma retrospectiva histórica**. Disponível em: <https://www.diritto.it/pdf_archive/28276.pdf> Acessado em: julho de 2018.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, Gabriel. LARA, Francisco. COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

KRONEMBERGER, Denise. **Desenvolvimento Local Sustentável: uma abordagem prática**. Editora Senac – São Paulo, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LIMA, Ana Luiza de Codes. LOIOLA, Elizabeth; MOURA, Suzana. **Perspectivas da Gestão Local do Desenvolvimento: as Experiências de Salvador e Porto Alegre**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 31, n. 4 p. 986-1007, out-dez. 2000. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/pt/revista/ren- revista-economica-do-nordeste/20>> Acessado em: maio de 2018.

LUCIANO, Gerssem dos Santos. **Desafios para execução de uma Política Pública municipal de educação escolar indígena: dois anos de experiência em São Gabriel da Cachoeira**. In: SILVA, Araci Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal. *Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAURO, Victor Ferri. Turismo em Terra Indígena: o caso da Reserva Pataxó da Jaqueira. Brasília, 2007. Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14714/1/2013_AlmirDeAmorimVonHeld.pdf> Acessado em: 10 Nov. 2018. xvi, 57 f. : il.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Além da Hierarquia – Como implantar estratégias participativas para administrar a empresa enxuta**. São Paulo: Atlas, 1995.

MELO NETO, F. P. de & FRÓES, C. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Quaitymark, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). **Guia informativo das ações de trabalho e renda no âmbito do Governo Federal**. Brasília: MDS, 2006.

MIRANDA, Sarah S. de. **Aprendendo a ser Pataxó: um olhar etnográfico sobre as habilidades produtivas das crianças de Coroa Vermelha, Bahia** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia, 2009.

MORAES, Antonio Carlos de; MARONE, Radamé S.. **O desenvolvimento sustentável e as novas articulações econômica, ambiental e social**. PESQUISA & DEBATE, São Paulo, volume 12, n. 2(20), p.119-140, 2001.

MOREIRA, Erika Vanessa. **As múltiplas fontes de renda e a pluriatividade nos bairros Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Ponte Alta e Gramado no município de Presidente Prudente-SP**. 2007. 265 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96750>>. Acessado em: 07 dez. 2019.

NETTO, Marinilse; SILVA, Antonio Waldimir Leopoldino da; CUNHA, Cristiano J. Castro de Almeida; SELIG, Paulo Maurício. **Gestão do conhecimento aplicada ao conhecimento tradicional: o estado da arte**. Disponível em: http://www.altec2013.org/programme_pdf/553.pdf - Acessado em: 27/07/2014.

NEUMANN, L. T. V. & NEUMANN, R. A. **Desenvolvimento comunitário baseado em talentos e recursos locais – ABCD**. Coleção Investimento Social. São Paulo: Global, 2014.

NEVES, S. C. **A Domesticação do Turismo: estratégias Pataxó na relação com agentes e agências de turismo em Coroa Vermelha**. PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. Vol. 13, Nº 3. Pags. 567-580. 2015.

NEVES, S. C. **“O Índio não gosta de ficar cativo”: Trabalho e Atividades Econômicas dos Pataxó da Aldeia de Coroa Vermelha**. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. Vol. 13 N.o 1. Pags. 131-143. 2015.

NUNES, Eduardo J. F; SOUZA, D. M. de; SANT’ANNA, I. **Agenda 21: estratégias de desenvolvimento local na periferia de Salvador**. Revista da FAEEBA, Educação e contemporaneidade. Salvador, v. 16, n. 28, p. 57-66, jul./dez., 2007.

OIT. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.institutoamp.com.br/oit169.htm> Acesso em: 01/11/2016.

REGO, A. G. **Questões de legitimidade envolvendo a Guarda Indígena Pataxó da aldeia Coroa Vermelha**. 34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS – Caxambu, Outubro de 2010.

REGO, André. **“Uma aldeia diferenciada”: Conflitos e sua administração em Coroa Vermelha/BA**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social. 2012.

RIBEIRO, Darcy. “Expansão Agrícola na Floresta Atlântica” in: **Os Índios e a Civilização**. Petrópolis, Vozes. 4ª edição, 1982. p. 91-110.

ROCHA, Gabriela Silveira. **Capital social, pluriatividade e desenvolvimento local: tratos e retratos no sudoeste da Bahia**. 2016. 325 f. Tese (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

ROCHA, Tamires Regina; VINHAES, Alan da Silva; HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. **O desenvolvimento da pluriatividade e das atividades não agrícolas: estratégias de reprodução social das famílias nos Bairros Rurais do Poste e Caxambú no município de Jundiá –SP**. Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 5, n. 7, p. 7786-7807 jul. 2019. Disponível em: <<http://www.brjd.com.br/index.php/BRJD/article/view/2143>> Acessado em: 19 out. 2019.

ROCHA, José Cláudio. **Gestão Universitária e a Dimensão Local X Global: Um Olhar Sobre a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento (Sites Simboliques D'appartenance)**. Disponível em: <<http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/gestao-universitaria-e-a-dimensao-local-x-global-um-olhar-sobre-a-teoria-dos-sitios-simbolicos-de-pertencimento-sites-simboliques-d-appartenance--2>> Acessado em: 09 Jul. 2020.

SAMPAIO, José Augusto L. Breve História da Presença Indígena no Extremo Sul Baiano e a Questão do Território Pataxó de Monte Pascoal IN: Espírito Santo, M. (Org.) **Política Indigenista Leste e Nordeste Brasileiros**. Ministério da Justiça/Funai, Brasília, 2000.

SAMPAIO, J. A. L. **Sob o signo da cruz: Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Pataxó da Coroa Vermelha**. Cadernos do LEME, Campina Grande, vol. 2, nº 1, p. 95 – 176. jan./jun. 2010.

SANTOS, Elinaldo; Braga, Vitor; Souza, Reginaldo; Braga, Alexandra. **DESENVOLVIMENTO: UM CONCEITO MULTIDIMENSIONAL**. DRd – Desenvolvimento Regional em debate. Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. Ano 2, n. 1, jul. 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.22/1858>> Acessado em: junho de 2018.

SANTOS, Jucimar Pereira dos; LIMA, Maria Nazaré Mota de. **Educação escolar indígena: trajetórias históricas e momento atual no Brasil e na Bahia**. Pontos de Interrogação, v. 4, n. 2, jul./dez. 2014. (p. 147-160)

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro**: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso – Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-s-agricultura-familiar-e-emprego-no-meio-rural-brasileiro-analise-comparativa-das-regioes-sul-e-nordeste-parcerias-estrategicas-brasilia-df-v-1-p-217-244-2006>> Acessado em: 11 out. 2019.

SILVA, Fernando Ricardo Fernandes da. **Qual será a evolução do crescimento económico de Timor-Leste na presença de recursos naturais?**. Dissertação de Mestrado Mestrado em Economia Monetária, Bancária e Financeira. Universidade do Minho, 31 de Outubro de 2014. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/33848>> Acessado em: agosto de 2018.

SILVA, Harley; DINIZ, Sibelle; FERREIRA, Vanessa. **Circuitos da economia urbana e economia dos setores populares na fronteira amazônica: o cenário atual no sudeste do Pará**. R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS V.15, N.2 / NOVEMBRO 2013. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4734>> Acessado em: 12 Mar. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n2p61>

SILVEIRA, Denise Tolfo e CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica**. IN: Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SPERANZA, J. S. “**Limites e possibilidades do desenvolvimento local**”. Em *Sinais Sociais*, Sesc, set./dez., 2006.

SOUSA, L. S. de; SANTOS, L. C. **Veredas da Gestão do Conhecimento**. Pesquisa-Educação & Desenvolvimento Regional. EDUNEB, Salvador-Bahia-Brasil. 2012.

SUSINI, George Marx Coelho Campello; CABRERA, Valéria Cabreira. **Algumas considerações sobre desenvolvimento econômico**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 78, jul 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=8106&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em out 2018.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**. Textos selecionados e traduzidos por Michel Thiollent – Editora Cortez - São Paulo, 2003. (Coleção questões da nossa época; v. 106)

